

**GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHEK: modernização na
arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**

**Diamantina
Minas Gerais
2016**

Cláudia Elizabeth Baracho

**GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHEK: modernização na
arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Pereira Lage

**Diamantina
Minas Gerais
2016**

Ficha Catalográfica
Bibliotecário Rodrigo Martins Cruz - CRB6-2886

B223g Baracho, Cláudia Elizabeth
Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na
arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961 / Cláudia Elizabeth
Baracho. – Diamantina, 2016.
142 p. : il. (algumas color.)

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Pereira Lage

Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas,
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2016.

1. Grupo Escolar Júlia Kubitschek. 2. Concepções pedagógicas – Modernização. 3.
Arquitetura escolar – Modernização. I. Título. II. Lage, Ana Cristina Pereira. III. Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 370.09

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudia Elizabeth Baracho

**GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKE: modernização na
arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Pereira Lage

Data de Aprovação: 17 de agosto de 2016


Prof. Dr. LEONARDO SANTOS NEVES - UFVJM


Prof. Dr. ROGÉRIO PEREIRA DE ARRUDA - UFVJM


Prof.^a Dr.^a ANA CRISTINA PEREIRA LAGE - UFVJM

Dedico este trabalho aos meus filhos **Ana Luiza Baracho Cruz** e **Eisenhower Geraldo da Cruz Júnior**, por sempre acreditarem que eu seria capaz, e ao meu marido **Aizenral Geraldo da Cruz**, pela paciência e alegria durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio constante de vários amigos que compartilharam minhas angústias e incertezas e que me incentivaram a seguir adiante e cumprir minha meta. Mas, antes de todos os agradecimentos, quero deixar registrada a força de Deus em minha vida, a memória constante da minha mãe, Jovelina Advíncula Santos Baracho, e os ensinamentos do meu pai, Hélio Antônio Baracho.

À minha orientadora, professora Ana Cristina Pereira Lage, por ter me aceitado como aluna da disciplina isolada Instituições e formações socioeducacionais, disciplina através da qual aprendi a importância dos estudos em História da Educação e que me possibilitou a elaboração do projeto voltado para a história das instituições educativas e a cultura escolar. Agradeço também pela paciência com as fases atribuladas pelas quais passei ao longo dos dois anos e meio. Sem a sua ajuda constante, críticas, correções e orientação competente e responsável, não teria aprendido tanto.

Aos professores Rogério Pereira de Arruda e Leonardo Santos Neves, por aceitarem gentilmente o convite para as bancas de qualificação e de defesa. Sem a avaliação de vocês, as sugestões de leitura, o carinho e a sensibilidade das críticas, esta defesa não seria possível.

A todos os professores do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFVJM, pela dedicação e responsabilidade. Em especial ao professor Leonardo Lana de Carvalho, por me aceitar como aluna da disciplina isolada Temas contemporâneos em Ciências Humanas, que foi de grande relevância para atualizar os meus conhecimentos e reafirmar o meu desejo de fazer o mestrado neste programa e instituição.

Aos colegas da Pós-Graduação, de maneira muito especial à Tacimara Cristina Reis, pelas diversões nas viagens, pela companhia e diálogo nessa etapa de vida.

Ao professor Carlos Alberto Gois Suzart, pela ajuda nas formatações e incentivo para a conclusão desta dissertação.

Ao professor Wagner Lannes, pelas sugestões de leituras sobre a História da Educação Matemática.

Ao Wander Conceição, agradeço as sugestões de leituras, as breves conversas e por ter cedido gentilmente a foto do corpo docente do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek com Dom Armando Lombardi (Núncio Apostólico), em visita à instituição na década de 1950.

À reitoria do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, professores e funcionários, agradeço por me incentivarem a buscar novos conhecimentos. Agradecimento em especial ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, professor Alisson Magalhães Castro, e à professora Dayse Lucide Silva, por estarem sempre acompanhando a minha caminhada.

Aos funcionários dos acervos que frequentei, agradeço a acolhida e o trabalho que desenvolvem no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Antônio Torres, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina e no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. Ainda é importante salientar e agradecer a possibilidade de acesso às fontes do Museu Casa de Juscelino Kubitschek e das seguintes escolas estaduais: Matta Machado, Júlia Kubitschek e Joaquim Felício dos Santos. Agradeço especialmente à diretora da Escola Estadual Matta Machado, Izabel Cristina Pereira Soares, por facilitar minha pesquisa no acervo desta instituição.

Às antigas funcionárias da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, que me orientaram e forneceram dados e sugestões de material para consulta, principalmente às ex-diretoras Maria José Matilde Cunha Rodgher, a qual possibilitou o meu acesso ao acervo quando comecei a pesquisa, e Rita Nascimento Fonseca Brant, pela cessão de um CD com informações importantes para esta pesquisa. À Maria Célia de Miranda, agradeço as informações sobre os documentos e fotos das décadas de 1950 e 60. Agradecimento especial à primeira diretora do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, Helena Lopes. Não tenho palavras para registrar o carinho com o qual me recebeu em sua casa, propiciando pistas para esta pesquisa por meio de conversas e orientações. Agradeço ainda à atual diretora, Cláudia Geralda Gomes Ferreira, pelo apoio dado quando soube desta pesquisa.

Aos diretores das instituições nas quais trabalho, o Sr. Hermes Pimenta Werneck (Colégio Diamantinense) e o Sr. Argemiro Maria Godinho (Escola Estadual Professora Isabel Motta), pelo apoio e por acreditarem em minha capacidade.

Aos colegas e funcionários do Colégio Diamantinense e da Escola Estadual Professora Izabel Motta, pelo incentivo sempre. Em especial à professora Lúcia Helena da Cunha Ferreira, amiga, companheira e incentivadora de todo esse processo, e ao professor Konstantino do Athanase Fernandes Papaspyrou, pelas sugestões e materiais emprestados para leitura.

À Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais e à Superintendência Regional de Ensino de Diamantina, agradeço a licença concedida no período de dois anos para efetivar esta pesquisa.

À Lindalva de Cássia Baracho, agradeço a atenção, carinho e orações que sempre me deram forças nos momentos mais difíceis. À minha irmã Luiza Marilac Baracho e sobrinhos, Renan, Luma e Milla, saibam que o orgulho que sempre demonstraram foi a fonte de minha energia para lutar por este sonho. Ana Carolina Rodrigues Cruz, Rogério Brozinga de Lima e Pedro Arthur Rodrigues de Lima, agradeço o convívio familiar e por estarem sempre presentes nos momentos alegres e de dificuldades.

Às pessoas que deixei de citar, mas estão em meu coração - tios, sobrinhos, primos, cunhados, parentes, colegas de trabalho, alunos e amigos -, obrigada por estarem sempre torcendo pelo meu sucesso!

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar o processo de criação, construção, inauguração e as primeiras atividades do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. A instituição foi o terceiro grupo escolar instalado em Diamantina, Minas Gerais, na década de 1950, período histórico considerado de grande importância para o município, uma vez que estava à frente do governo do Estado, e posteriormente da presidência da República, o diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira. Inicialmente, fez-se necessária uma pesquisa bibliográfica que contribuísse para a discussão do surgimento dos grupos escolares no contexto brasileiro e no Estado de Minas Gerais com o intento de analisar o ideário renovador da primeira metade do século XX. A investigação documental foi realizada em arquivos públicos e privados, onde foram selecionados jornais locais, livros contendo atas de reuniões, termos de posse, termos de visitas, imagens e outros documentos que serviram para fundamentar este estudo. Ao discutir a arquitetura do prédio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, pretende-se ler e interpretar a história da educação local e entender como os governos estadual e municipal procuraram aquilatar a importância de se construir um novo prédio escolar com traços arquitetônicos modernos, em um centro histórico tombado pelo patrimônio na década de 1930. Ao analisar o funcionamento da referida instituição através das atas produzidas no seu interior e compará-las às resoluções, portarias, instruções e avisos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, procura-se entender a prática dos docentes e os ideais dos dirigentes políticos da época. Do ponto de vista teórico, são propostas reflexões sobre a arquitetura escolar, os grupos escolares e a escola pública ao longo do século XX, respectivamente. Desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, esta dissertação se justifica pelo ineditismo do trabalho, por contribuir para os estudos de cunho regional da história das instituições escolares e despertar o interesse da comunidade local em preservar e resgatar a sua história.

Palavras-chave: Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Concepções pedagógicas - Modernização. Arquitetura escolar – Modernização.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the process of creation, construction and inauguration of the School Group Professora "Julia Kubitschek," and its first activities. The institution was the third School Group installed in Diamantina, Minas Gerais, in the 1950s. This historical period have a high importance for the city since it was ahead of the state government and later of the Republic Presidency, the born in Diamantina Juscelino Kubitschek de Oliveira. First it was necessary a bibliographic research about the emergence of School Groups in the Brazilian context and on the state of Minas Gerais in order to analyze the renovator ideas of the first half of the twentieth century. Documental research was performed on public and private archives, where local newspapers, books containing minutes of meetings, nomination terms, terms of visits and other documents were selected to support this study. When discussing the architecture of the School Group building Teacher "Julia Kubitschek" we intend to read and interpret the local education history and to understand how the state and local governments sought to appraise the importance of building a new modern architectural features school building in a historic center listed by heritage in the late 1930. When analyzing the functioning of the mentioned institution through the minutes produced by them and comparing them with the resolutions, ordinances, instructions and warnings from the State Department of Education of Minas Gerais, looking for understand how the teaching work put into practice the ideals of the political leaders of the time. From a theoretical point of view, reflections on school architecture, school groups and the public school are proposed throughout the 20th century. Developed on the research field of Education, Culture and Society of the Professional Master in Interdisciplinary Humanities, this dissertation is justified by being an un precedented work and by the contribution to regional studies of the history of school institutions and arouse the interest of the local community to preserve and rescue its history.

Keywords: School Group Professora "Julia Kubitschek". Pedagogical conceptions – Modernization. School architecture – Modernization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escola-Modelo do Carmo. Grupo Escolar do Carmo (São Paulo, SP), 1890	40
Figura 2 - Grupo Escolar Dr. Rangel Pestana (Amparo, São Paulo), 1929	43
Figura 3 - Moradores recebem o Presidente João Pinheiro	62
Figura 4 - Escola Normal de Diamantina	62
Figura 5 - Vista externa do Colégio Nossa Senhora das Dores em Diamantina, MG	66
Figura 6 - Alunos e professores da Escola Normal Regional Américo Lopes	67
Figura 7 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Rua Dona Nazaré	68
Figura 8 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Rua Dona Nazaré	68
Figura 9 - Pátio atual do Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos	69
Figura 10 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Portão de entrada	70
Figura 11 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos	70
Figura 12 - Ginásio Diamantinense, 1934. Primeiras casas da Rua da Glória, Centro. Diamantina, MG	71
Figura 13 - Lançamento da pedra fundamental para a construção do novo prédio do Colégio Diamantinense	72
Figura 14 - Entrevista com o prefeito de Diamantina, Lomelino Ramos Couto	74
Figura 15 - Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro P-027	75
Figura 16 - Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro A-089	75
Figura 17 - Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus	76
Figura 18 - Prédio reformado do Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus	77
Figura 19 - Rascunho do Decreto n. 3.591, de 13 de julho de 1951	85
Figura 20 - Mapa de Diamantina com a delimitação do sítio histórico tombado pelo IPHAN	89
Figura 21 - Salão de entrada com pano de vidro. Acesso às salas da diretora e professores	93

Figura 22 - Obra sem título. Emiliano Di Cavalcanti, 1954	93
Figura 23 - Chegada da tela de Di Cavalcanti à Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, após restauração	94
Figura 24 - Hotel Tijuco	96
Figura 25 - Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek	96
Figura 26 - Inauguração do Grupo "Júlia Kubitschek"	100
Figura 27 - Busto da professora Júlia Kubitschek de Oliveira	101
Figura 28 - Placa alusiva ao acontecimento	101
Figura 29 - Dona Júlia Kubitschek de Oliveira quando diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1926-1929)	103
Figura 30 - Dona Júlia Kubitschek de Oliveira e Juscelino Kubitschek de Oliveira	103
Figura 31 - Divisão dos textos em frases	113
Figura 32 - Divisão das sentenças em palavras	113
Figura 33 - Bandeiras, sino e busto de Dona Júlia Kubitschek	121
Figura 34 - Piano	121
Figura 35 - Meu catecismo . Padre Álvaro Negromonte, 1953	122
Figura 36 - Planos de Lições de Catecismo . Evangelina Gonzaga, 1945	122
Figura 37 - Visita de Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico, ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diretora e professoras da instituição	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado final do aluno Juscelino Kubitschek de Oliveira	63
Quadro 2 - Matriz curricular do ensino primário - Década de 1950	105
Quadro 3 - Livros adotados para o ensino primário. Minas Gerais, 1950	114
Quadro 4 - Avaliação final do ensino primário. Minas Gerais, 1952	118
Quadro 5 - Orientações para a avaliação dos resultados da escola primária. Minas Gerais, 1953	119

LISTA DE SIGLAS

AAPSTA - Arquivo da Associação do Pão de Santo Antônio

APM - Arquivo Público Mineiro

AEAD - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

CARPE - Comissão de Construção, Ampliação, Reparo e Conservação dos Prédios Escolares do Estado

CONDEPHAAT - Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CRE - Centro de Referência em Educação

E.E - Escola Estadual

FAFIDIA - Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina

IEPHA - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IGC - Instituto de Geociências

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK - Juscelino Kubitschek

PABAE - Programa de Assistência Brasileiro - Americana ao Ensino Elementar

PR - Partido Republicano

PSD - Partido Social Democrático

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

UNI-BH - Centro Universitário de Belo Horizonte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A MODERNIZAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	29
1.1 Moderno, modernidade e modernização	29
1.2 O projeto republicano de grupo escolar e a ampliação da educação pública	37
1.3 Grupos escolares em Minas Gerais	47
1.4 Modernização e expansão do modelo educativo dos grupos escolares	51
2 CRIAÇÃO E ARQUITETURA DO GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK	59
2.1 Instituições escolares em Diamantina (1907-1950)	61
2.2 O papel de Juscelino Kubitschek na criação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: destaque na imprensa diamantinense (1951-1954)	77
2.3 Uma obra moderna no núcleo tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional	88
3 O GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK E O IDEÁRIO EDUCACIONAL DE MODERNIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950	98
3.1 A inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek em Diamantina	100
3.2 Funcionamento do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek através das legislações: o currículo legal	104
3.3 Funcionamento do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: análise das atas das reuniões docentes	106
3.4 Práticas escolares do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: um estudo através das disciplinas escolares	110
3.5 Avaliação e corpo docente	123
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pesquisadores que se debruçam sobre a História da Educação Brasileira têm voltado o olhar para períodos que tratam da história dos grupos escolares, enfatizando momentos que vão além da implantação das primeiras instituições escolares em uma determinada localidade. Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho afirmam que “o interesse pelas origens, isto é, pelo momento de implantação das instituições modelares, deve extrapolar para outros períodos históricos. É igualmente necessário tanto recuar ao século XIX, como avançar no século XX” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 44). Faz-se necessário, portanto, entender as transformações estruturais geradas pela graduação escolar no momento da sua implantação, tanto quanto perceber permanências e rupturas no desenvolvimento desta instituição ao longo do período republicano.

Esta pesquisa analisa o momento de implantação do terceiro grupo escolar no município de Diamantina (Minas Gerais), criado em 1951, conforme Decreto n. 3.591 publicado no **Minas Gerais** de 14 de julho de 1951, página 2, coluna 01. Através da documentação encontrada no acervo da instituição, é possível afirmar que o Grupo inicia seus trabalhos com a posse de nove professoras em maio de 1952¹. O jornal **A Estrela Polar** registra a vinda do Governador para participar do ato de instalação do Grupo e relata a adaptação de um prédio da Mitra Arquidiocesana para que a escola entrasse em funcionamento². Nota-se pelo livro de atas que a primeira reunião aconteceu em 11 de junho de 1952 com a escola em funcionamento³. A inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek se concretizou em 19 de junho de 1954. Sendo assim, esta pesquisa se justifica pelo ineditismo da investigação histórica acerca da criação, construção e inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek.

O marco temporal inicial do presente estudo é o ano de 1951, uma vez que o objeto desta pesquisa foi criado em 1951 e o novo prédio inaugurado em 1954. Todavia, tal marco necessita de compreensão histórica de períodos anteriores para torná-lo inteligível. A compreensão do contexto de mudança do regime monárquico para o republicano (final do

¹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. **Livro Termo de Posse (1952-1985)**. Termo de Instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, p. 1, 1952. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

² O GOVERNADOR do Estado em Diamantina. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 11 de maio de 1952. Acervo AEAD.

³ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 1, 1952.

século XIX) é fundamental, uma vez que, neste momento, os ideais de moderno e modernização chegam ao Brasil e a sociedade burguesa começa a ser vista como reivindicadora de mais poder e espaço, o que propiciou a alteração das relações políticas, culturais e sociais dessa época. Nesse contexto, surgiram os grupos escolares no Brasil. O modelo dos primeiros grupos escolares no Brasil e em Minas Gerais, especificamente na capital mineira, foi analisado com riqueza de detalhes e informações por Rosa Fátima de Souza (1998) e Luciano Mendes de Faria Filho (2000), respectivamente. Compreender a escola primária no contexto do projeto político e social republicano se torna necessário no primeiro capítulo para esclarecimento de conceitos e mudanças na organização política e cultural que antecede o objeto de estudo desta dissertação.

Ao adentrar nos anos 1960, percebe-se que a educação, mesmo sendo elitista e não muito democrática, foi marcada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61. Nesse momento histórico importante para o Brasil, quando se trata de políticas e do sistema educacional brasileiro e com a preocupação de relacionar dialogicamente as políticas locais, estadual e federal, o marco temporal final deste estudo estende suas investigações até o ano de 1961 por considerar que esta nova década constitui um novo momento para o ensino público nacional.

O segundo capítulo aborda o período de 1930 até 1961 e tem como objetivo investigar as práticas escolares, as mudanças nas legislações de ensino, na arquitetura e na cultura escolar. Entre os anos de 1951 e 1954, acontecem a criação, construção e inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek pelo governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira⁴. Considera-se que esse período corresponde ao momento ímpar na política diamantinense, na qual líderes políticos e religiosos tinham acesso “privilegiado” ao governo estadual. Segundo a síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, “A industrialização será também a chave dos problemas educacionais”. A energia e o transporte eram as prioridades em Minas Gerais. “Não havia alternativa” (OLIVEIRA, 1959, p. 307-308), pronunciava o governador. Ao adotar a política “desenvolvimentista” e alegar

⁴ Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho de Júlia Kubitschek e João César de Oliveira, nasceu em 12 de setembro de 1902, em Diamantina (MG). Formou-se em Medicina, na Universidade de Minas Gerais, em 17 de dezembro de 1927. A carreira política de Juscelino Kubitschek iniciou-se em 1933, quando Benedito Valadares foi nomeado Interventor em Minas Gerais e o designou como seu Chefe de Gabinete. Em 1940, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte por Valadares, permanecendo nesse cargo até outubro de 1945, quando foi eleito deputado federal pelo PSD. Em 1950, foi eleito governador de Minas Gerais. Sua administração baseou-se no binômio “Energia e Transportes”. Em outubro de 1954, lançou sua candidatura para a Presidência da República balizada pelo *slogan* “50 anos em 5”. Em 3 de outubro de 1955 foi eleito o 20º presidente do Brasil (1955-1961), e João Goulart seu vice-presidente. Em 3 de outubro de 1961 foi eleito senador pelo estado de Goiás. JK morreu no dia 22 de agosto de 1976. Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

que os problemas existentes na educação, em Minas e no Brasil, estavam ligados à necessidade de se ter um desenvolvimento industrial, ou seja, a educação deveria ser a chave para o desenvolvimento, JK segue sua trajetória política, sendo eleito presidente do Brasil (1956-1961). A educação básica continuava em segundo plano, pois grande parte da população brasileira apresentava apenas conhecimentos básicos da escrita e leitura. Mesmo com o “espírito desenvolvimentista” do país, especialmente com o investimento na ampliação de escolas técnicas, o objetivo de diminuir o grau de analfabetismo fracassou. De acordo com Paulo Ghiraldelli Júnior,

Em relação ao analfabetismo e à educação básica, Juscelino oscilou entre polos conflitantes e incongruentes. Ora clamava por recursos privados para a educação, batendo na velha tecla de que o Estado, não poderia assumir, sozinho, os encargos da universalização do ensino básico. Em outros momentos, inadvertidamente, dizia-se disposto a conceder auxílio financeiro federal para as instituições particulares que pudessem colaborar com o ensino público na tarefa de distribuição de serviços educacionais. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001, p. 131-132).

Como governador, ou como presidente do Brasil, o discurso juscelinista era via a industrialização. Em Minas Gerais, os investimentos públicos foram em grande parte dirigidos ao transporte rodoviário e à produção de energia elétrica, deixando as metas relacionadas à agricultura e a educação sem concretizá-las. Parafraseando Maria Elisabete Gontijo dos Santos (2013), em 1951, JK não titubeou em destinar “um milhão de contos” para a CEMIG, o que representava o total da receita estadual daquele ano, e em 1952, destinou um quarto do total da receita estadual para o Departamento de Estradas e Rodagem (DER).

A compreensão da história da educação nacional, estadual e regional se constitui em condição *sine qua non* para a análise mais específica do desenvolvimento e a organização da educação primária na cidade de Diamantina, na década de 1950. Ao voltar o olhar para o ensino primário, é necessário compreender a reestruturação educacional republicana que ocorreu a partir de 1890, quando se passou a construir prédios próprios e foi elaborada uma legislação específica para os grupos escolares que surgiam gradativamente nos grandes centros urbanos. A República não construiu meras escolas, mas erguia *templos do saber*. A febre dessas construções durou até meados do século XX, período em que se inicia a presente investigação acerca da criação do terceiro grupo escolar em Diamantina. Ao pensar na relação entre município e estado de Minas Gerais, pretende-se chamar a atenção para as instituições escolares existentes no município de Diamantina e anteriores ao período da gestão do governador Juscelino Kubitschek (1951-1955), sendo este o mesmo período da criação do

terceiro grupo escolar nesse município, que recebeu o nome de Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek em homenagem à mãe do governador mineiro. Como instituição pública, projetada, construída e mantida pelos recursos do estado de Minas Gerais, nesse momento, é necessário procurar entender a relação entre o público e o privado na história educacional. As considerações de Ester Buffa, sobre o público e o privado como categoria de análise da educação, vêm colaborar e esclarecer as discussões acerca da homenagem à mãe do governador mineiro. Segundo a autora, os debates sobre essas categorias ocorreram em 1930 e depois em 1950-1960: “Público era o ensino mantido com recursos governamentais e privado era o ensino mantido por particulares - Igreja, ordens religiosas ou proprietários leigos”. (BUFFA, 2005, p. 51). O conflito que se estabeleceu nos anos de 1950 se referia basicamente ao destino das verbas públicas, que, na prática, muitas vezes acontecia pela interpenetração com o setor privado, ou o poder público estadual mantinha instituições que, na verdade, eram apropriadas pela elite econômica e política.

Observa-se que a importância da pesquisa sobre os grupos escolares, tem levado diversos historiadores da educação a analisarem esse modelo de organização escolar pública. Por *grupo escolar* entende-se o modelo de organização do ensino primário criado primeiramente em São Paulo, em 1894, e que se expandiu por diversos estados brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Conforme Rosa Fátima de Souza,

Em realidade, na origem da escola graduada encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária: da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma de acesso obrigatório, generalizado e universalizado. O século XIX foi o cenário de experimentação e construção da escola graduada, dotada de uma estrutura coerente e durável mais adequada à universalização do ensino primário. (SOUZA, 1998, p. 31-32).

Os grupos escolares contribuíram para a difusão do ensino primário e simbolizavam o Estado republicano que se organizava sob a crença do poder na educação, tanto para a consolidação do novo regime quanto o desenvolvimento e progresso da Nação. O programa de ensino dos grupos escolares em São Paulo inicialmente compreendeu uma estrutura enciclopédica, com a inclusão de novas disciplinas e procedimentos didáticos:

Leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática (taquimetria) com as noções necessárias para suas aplicações à medida de superfície e volumes; sistema métrico decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo;

noções de física, química e história natural nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares, trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo. (Decreto n. 248, de 26/07/1894 *apud* SOUZA, 1998, p. 48).

O estudo de José Carlos Araújo acerca da política educacional mineira, a partir de 1906, ano de implantação das primeiras escolas graduadas no Estado, bem como as pesquisas de Luciano Mendes de Faria Filho sobre a cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República vêm nortear a busca pelas especificidades da implantação desse modelo em Minas Gerais, tanto na capital como no interior, em Diamantina - cidade fundada no século XVIII e que detém, desde 1999, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Analisar as instituições escolares de Diamantina torna-se necessário para o desenvolvimento desta dissertação, que se propõe a investigar o terceiro grupo escolar de Diamantina. Nessa época, já existiam dois grupos escolares no município: o primeiro grupo escolar da cidade, hoje denominado Escola Estadual Matta Machado, criado em 1907, e o segundo, denominado Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos, fundado em 1928. (MINAS GERAIS, 1928). O interesse por investigar o início da terceira instituição diamantinense que oferecia esse tipo de ensino torna-se mais forte ao conhecer a arquitetura de seu prédio, bem como as relações políticas estabelecidas no período da sua criação, construção e inauguração. Entretanto, não é possível estudar uma instituição educativa sem deixar de abordar fatos históricos que antecederam esse período. Assim, pode-se compreender mais efetivamente o processo de criação de um educandário que envolveu pessoas, fatos e ações políticas que marcaram uma época.

Nem sempre a criação de uma instituição educativa significa a sua imediata abertura para atendimento à comunidade. No caso da instituição aqui investigada, observa-se que o espaço entre o tempo da criação, a construção e a inauguração foi pequeno, ou seja, a criação dessa instituição se deu em julho de 1951 e a inauguração do novo prédio em 19 de junho de 1954. Pela consulta aos jornais locais pesquisados, é possível perceber que o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, tinha grande interesse em concluir a obra o mais rápido possível. Entende-se que fazia parte do seu Governo cumprir os prazos estipulados e atingir as metas previstas, de modo que as suas ações atraíssem a atenção pública e repercutissem não só em todo o Estado, mas também no nível nacional.

No início desta investigação, com a intenção de verificar se haveria fontes disponíveis para a pesquisa, realizaram-se visitas à instituição aqui analisada, cujo prédio hoje abriga a Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. Na visita empreendida, alguns

fatos despertaram atenção: as fontes existentes se encontravam em um quarto sem ventilação e com avançado processo de deterioração; além de desorganizados, havia poucos documentos para o período aqui analisado. Em conversa com a comunidade escolar, observou-se também a falta de informações pelos profissionais e alunos sobre a história da instituição.

Para a fundamentação desta dissertação foi necessário o levantamento de fontes externas à instituição, o que foi iniciado com a consulta ao jornal impresso **O Nordeste**⁵, depositado na Biblioteca Antônio Torres, e o cruzamento de dados obtidos nos documentos da própria instituição. Quanto às fontes documentais disponíveis na escola, foi possível o acesso ao livro denominado **Termo de Posse**⁶, com dados dos funcionários do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, além de documentos do processo de restauração de uma tela de Di Cavalcanti⁷ que compõe o acervo material da Escola desde sua inauguração, bem como os livros de **Termos de Visitas e de Atas das Reuniões** de professores deste grupo⁸. Esses documentos foram fotografados com câmera digital, transferidos para o computador e compõem um banco de dados analisado mais profundamente no desenvolvimento desta dissertação.

Além dos documentos escritos, considera-se ainda a cultura material da instituição, como os móveis dispostos no *hall*, que remontam à época de sua inauguração e despertam a atenção pela beleza e disposição espacial. Em destaque entre os móveis, há um busto da professora Júlia Kubitschek, com os seguintes dizeres: "Mestra Júlia, ensinando realizastes o ideal do belo tornando úteis vossos discípulos". É notável também um pequeno ambiente com o painel de Di Cavalcanti, datado de 1954. Segundo as informações contidas na placa ao lado da pintura, esta é uma obra de técnica mista sobre tela, com dimensões de 240 cm por 250 cm. A obra não tem título e foi doada ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek por Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1954. Nesta primeira etapa foram tratados ainda referenciais teóricos sobre a análise das instituições escolares. Após a seleção,

⁵ **O Nordeste**, Diamantina, 29 de março de 1952, número avulso, p. 1. Acervo Biblioteca Histórica Antônio Torres.

⁶ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. **Livro dos Termos de Posse (1952-1985)**, Diamantina, Minas Gerais.

⁷ Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976) foi um dos primeiros artistas a pintar elementos da realidade brasileira, como festas populares, favelas, operários, o samba etc. Foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Em 1932, fundou em São Paulo, com Flávio de Carvalho, Antônio Gomide e Carlos Prado, o Clube dos Artistas Modernos. Em 1951, participou da Bienal de São Paulo e doou seus desenhos ao Museu de Arte Moderna (MAM). Em 1953, recebeu o prêmio de melhor pintor nacional, na II Bienal de São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1976. Disponível em: <<http://www.dicavalcanti.com.br>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

⁸ Este livro contém 50 folhas e se destinam ao registro de termos da visita e atas das reuniões de professoras do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, 11 de junho de 1952. Helena Lopes, diretora. GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. **Livro dos Termos de Visitas e Atas das Reuniões**. (1952-1957), Diamantina, Minas Gerais.

leitura, fichamento e análise das fontes acima citadas, foram buscadas outras fontes em outros arquivos e instituições educativas.

Encontraram-se notícias em periódicos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD), onde está arquivado o jornal impresso **A Estrela Polar**⁹, produzido na década de 1950. Foram consultados todos os exemplares do referido jornal, de janeiro de 1950 a novembro de 1970. De acordo com os marcos temporais da pesquisa, utilizaram-se apenas os números publicados no período de janeiro de 1951 a dezembro de 1961¹⁰. Destaca-se que esse periódico era ligado à Igreja Católica e contava com um grande número de padres que escreviam em suas páginas.

Ao consultar **A Estrela Polar**, realizou-se o levantamento dos dados mais importantes sobre o objeto de pesquisa e a transcrição das informações relevantes que auxiliariam na escrita desta dissertação. O texto jornalístico é entendido como *documento*, o qual apresenta registros produzidos por um grupo, em um determinado tempo e lugar. Segundo James William Goodwin Júnior,

Ler o jornal como um documento significa perceber que um jornal existe como um artefato produzido, desde a escolha das notícias a ser publicadas, passando pela redação do texto a publicar, o tipo (formato e tamanho da letra) a ser utilizado, se há ou não destaque visual (símbolos, gravuras, ilustrações), até à escolha do lugar onde o texto (ou a imagem) será colocado dentro do jornal. Enfim, uma série de opções que, por si só, podem alterar o impacto do texto sobre o leitor, quando não seu conteúdo. (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 101-102).

Entende-se que a produção de um texto em jornal pode ser visto como documento, mas também como resultado de um processo de recortes, de escolhas e de possibilidades produzido por um grupo de pessoas cujos interesses pessoais e coletivos movem-se dentro de um conjunto de valores que serão remetidos à sociedade. “O destaque dado a certos eventos, a frequência com que certos tipos de notícias aparecem, o lugar que estas ocupam, comentários feitos ao longo do texto, ou mesmo em outros espaços do jornal, tudo isso ajuda a compor o perfil de uma publicação.” (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 113).

A escolha do jornal como fonte de pesquisa em História da Educação se justifica por entender a imprensa como um dos principais canais de informação e transmissão de valores, interesses e ideologias de um grupo social. Muitos foram os artigos e notícias que

⁹ “A imprensa na cidade episcopal contou com o apoio e o incentivo de Dom Joaquim Silvério de Souza, que assumiu o bispado em 1905. [...] Quando foi bispo coadjutor, no primeiro dia do ano de 1903, fundou o jornal doutrinário, noticioso e literário chamado **A Estrela Polar** que, na visão do Jornalista José Teixeira Neves, o próprio nome dado ao jornal já indicava a que veio: nortear e indicar o caminho para os católicos. [...] O jornal é longo e funcionou até 2013.” (SANTOS, 2015, p. 173).

¹⁰ **A Estrela Polar**, Diamantina, edições de 4 de janeiro de 1950 a 15 de novembro de 1970. Arquivo AEAD.

circularam no jornal **A Estrela Polar** para registrar as visitas do governador Juscelino Kubitschek, sempre destacando nas primeiras páginas, em apoio ao seu governo, as propostas de novas construções na cidade. As notícias ressaltavam as ações do governo com o objetivo de transformar o Estado e o Município em um espaço “moderno”, “civilizado”, com a convicção de que um futuro brilhante seria construído em Minas Gerais e em Diamantina.

Na continuidade da pesquisa, após o levantamento das fontes no jornal citado, ocorreu uma breve visita ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, onde foi localizado o decreto de criação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Ainda foram visitados dois museus e consultados seus respectivos acervos documentais em Diamantina: a Casa de Juscelino Kubitschek e o Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. Neste último, encontram-se organizados e digitalizados todos os exemplares do jornal impresso **Voz de Diamantina**¹¹. Buscaram-se nesses acervos outras informações que pudessem complementar esta pesquisa. Embora não fossem encontradas fontes documentais sobre o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek na Casa de Juscelino, no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio foram encontradas reportagens sobre Juscelino Kubitschek de Oliveira e a visita de Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico, em 1957, às dependências da instituição aqui analisada.

Paralelamente à pesquisa documental e material, a participação em congressos e a produção de artigos provocaram novas leituras e novas abordagens. Como desafio de investigar a história dos grupos escolares em âmbito local com a articulação aos estudos sobre políticas públicas, cultura escolar primária no período republicano, arquitetura escolar, e ideais de modernização, fez-se necessário um referencial bibliográfico extenso de outros pesquisadores¹², bem como a consulta de legislações estaduais e federais. O levantamento e a seleção das legislações como fontes oficiais nas pesquisas em História da Educação auxiliam na melhor compreensão das concepções do homem, da sociedade e da educação. Assim, a legislação é também um precioso documento para a compreensão das questões educacionais e o aprofundamento do objeto em estudo.

Após a leitura, os fichamentos bibliográficos e as análises dos dados coletados, percebeu-se que a atividade pedagógica desenvolvida no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek merecia uma reflexão mais aprofundada. As atas das reuniões mostram as

¹¹ A Associação do Pão de Santo Antônio tem como finalidade original e primordial abrigar e assistir materialmente pessoas carentes e/ou idosas através da manutenção do abrigo dos pobres, em atividade desde 1901. Em 1906, com o objetivo de obter renda para a manutenção do abrigo, foi criado o **Jornal Pão de Santo Antônio**, que, depois de algumas interrupções, passou a se chamar, em 1936, **Voz de Diamantina**. Disponível em: <<http://www.museutipografia.com.br/historico/associacao-2/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹² Cf. VIDAL, 2006; SOUZA, 1998; SAVIANI, 2006; BENCOSTTA, 2005; BRANDÃO, 2002; CARVALHO; CARVALHO, 2012; FARIA FILHO, 2000; GONÇALVES, 2010; LIBÂNEO; OLIVEIRA, 2003.

orientações ao corpo docente sobre os procedimentos didático-metodológicos que deveriam ser adotados para planejar suas aulas. Essas orientações serviam para padronizar o cotidiano em sala de aula nos grupos escolares estaduais e garantir ao Estado um modelo de ensino público “eficiente”, que mostrasse, através dos relatórios e dados estatísticos, a preocupação dos governantes em melhorar a educação em Minas Gerais. Dentre vários assuntos abordados, está a disciplina, a preocupação com as excursões, as festas cívicas e religiosas, a leitura, os cálculos orais, entre outros. Sobre as diversas possibilidades apresentadas pelo objeto de pesquisa referente às instituições escolares, Paolo Nosella e Ester Buffa afirmam:

(...) um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o investigador abre e investiga. É o conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto. Por exemplo: diante de uma determinada organização do espaço escolar construído (prédio), o pesquisador pode inferir decisões, projetos, valorações, atribuição e exercício do poder; ou diante dos livros de matrícula, pode inferir e descrever o perfil dos alunos que frequentavam a escola; ou ainda diante de trabalhos escolares, pode verificar as matérias estudadas e a qualidade do ensino ministrado. Enfim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes. Uma escola pode ser vista com base em várias perspectivas, e isso faz da história uma ciência aberta. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 56-57).

Verifica-se que o objeto de pesquisa em questão apresenta diversas perspectivas de análise, como a arquitetura moderna, as relações entre líderes políticos e religiosos diamantinenses com o governo mineiro e as metodologias de ensino adotadas em instituições educativas. No universo escolar, diferentes sujeitos se relacionam: comunidade, professores, diretoras, alunos, inspetores, entre outros. Tais relações conferem ao Grupo Escolar uma identidade própria.

Finalmente, após leitura e análise do material em mãos, foi elaborada esta dissertação, dividida em três capítulos. O primeiro discute alguns conceitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, como *moderno*, *modernidade* e *modernização*. Em seguida, contextualiza-se o período republicano, o surgimento e o desenvolvimento dos grupos escolares, encerrando-se com uma análise sobre o surgimento dos grupos escolares mineiros. Essa análise é estendida para as décadas seguintes, até 1960, quando a LDB de 1961 foi promulgada. No caso específico do ensino primário, entende-se que é importante compreender as reformas que antecederam à década de 1950 para analisar o contexto político e educacional do objeto de estudo em questão. A escolha dessa divisão faz-se porque a dissertação abordará as políticas educacionais, ou seja, a regulamentação do ensino primário, destacando as discussões e os pressupostos que nortearam essas ações governamentais. Os

anos de 1930 e 1940, período de expansão industrial e de urbanização, apresentaram inúmeras regulamentações, que deram um caráter orgânico à educação do país. As reformas nacionais e mineiras provocaram mudanças nos programas de ensino, na estrutura educacional e arquitetônica dos grupos escolares. De 1945 até 1961, período identificado como a segunda fase de industrialização e de ajuste do país ao desenvolvimento econômico mundial, assiste-se a uma ampla discussão sobre a necessidade de se criar uma legislação nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino, discussão que envolveu vários setores da sociedade e acabou por desembocar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961.

O segundo capítulo inicia-se com a percepção das instituições educacionais em Diamantina; entre elas, destaca-se a fundação do primeiro e do segundo grupos escolares do município. Ao abordar as instituições escolares de Diamantina no período de 1907 a 1950, optou-se por uma pesquisa documental nas próprias instituições. Livros de Atas, Livros de recortes de legislações mineiras, imagens, regimentos escolares e outros documentos foram selecionados. Também foi consultado o Arquivo Público Mineiro à procura de documentos e imagens que pudessem colaborar para a percepção das instituições escolares diamantinenses nesse recorte temporal. Considera-se a importância desta análise para compreender a relação dessas instituições com a instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek na cidade. A seguir, concentra-se a pesquisa entre 1951 e 1954, período da criação, construção e inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, com destaque para o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e a atuação do arquiteto Oscar Niemeyer¹³ em Diamantina, particularmente na proposição do Grupo Júlia Kubitschek. Este capítulo busca ainda explicitar os motivos pelos quais esse grupo escolar, com arquitetura moderna, foi instalado no centro histórico de Diamantina, espaço tombado em 1938 pelo SPHAN¹⁴, cujo conjunto

¹³ Oscar Niemeyer (1907-2012) nasceu no Rio de Janeiro. Em 1929, matriculou-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que seria dirigida, a partir de 1931, por Lúcio Costa. Em 1935, iniciou sua vida profissional no escritório de Lúcio Costa. Aí, em 1936, participou da equipe que desenvolveu o projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES), composta por Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Jorge M. Moreira e Ernani Vasconcelos, entre outros. Conheceu o arquiteto Le Corbusier, que chegara ao Rio de Janeiro a convite de Lúcio Costa e Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, para atuar como consultor nos projetos do MES e da Cidade Universitária. Em 1940, conheceu o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que o convidou a fazer o projeto do Conjunto da Pampulha. Em 1956, é convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para projetar a nova capital do Brasil. Foi nomeado diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, empresa responsável pela construção de Brasília, e encarregado de organizar o concurso para a escolha do plano-piloto de Brasília, participando também da comissão julgadora. Nos anos de 1957-1958, em Brasília, executou os projetos do Palácio da Alvorada, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, entre outros. No dia 5 de dezembro de 2012, o arquiteto Oscar Niemeyer faleceu no Rio de Janeiro aos 104 anos. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/biografia/>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

¹⁴ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

arquitetônico é datado dos séculos XVIII e XIX. Na discussão deste capítulo é necessário mobilizar o conceito de cultura política. Baseia-se aqui a sua compreensão na definição de Serge Bernstein, o qual propõe a cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas.” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Nesta pesquisa, salientam-se dois fatos fundamentais para o referido autor:

por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. (BERSTEIN, 1998, p. 350).

No interior de uma nação, existem várias culturas políticas e, em um determinado momento, é possível ter uma cultura política dominante. A cultura política republicana, nas primeiras décadas do século XX, exemplifica um dos momentos em que a política do Estado traduz o plano de organização da sociedade ideal, através dos valores e normas que se supõe representar uma sociedade democrática e moderna. As crianças eram ensinadas a honrar e admirar a nova forma de governo. Para isso, eram criadas escolas nas quais se difundiam ideias compostas por um grupo de heróis criados e símbolos específicos, como sino, relógios, hinos e bandeiras. No período de 1950 e de 1960, observa-se que o Estado centra sua atenção no desenvolvimento econômico, na ideologia do progresso, na crença de que a expansão e a melhoria dos sistemas educativos assegurariam o desenvolvimento nacional. Nos anos de 1950, a análise da dimensão econômica da educação “atribuía à educação escolar a tarefa de formar as habilidades requeridas pelo ‘mundo moderno’: difundir os avanços tecnológicos e o progresso material e preparar os sujeitos para a vida democrática.” (XAVIER, 2007, p. 76). Para organizar a educação pública do estado de Minas Gerais, instruções, normas e decretos eram expedidos pela Secretaria de Educação, de acordo com os valores patrióticos, morais e religiosos implantados pela República. Os clubes de leitura, jornais escolares, horas de história e excursões são exemplos de atividades estimuladas pelo Secretário de Educação, Odilon Behrens¹⁵, e sua equipe com o objetivo de construir um plano educacional que não se destinasse apenas a formar habilidades para a vida na sociedade moderna, mas também que se

¹⁵ Odilon Behrens (1901-1959) cursou Medicina na UMG e foi colega de Juscelino Kubitschek. Foi Secretário de Educação de Minas Gerais, quando JK era o governador do estado. Além deste, ocupou outros importantes cargos na administração do Estado, tendo sido Presidente do Tribunal de Contas e, posteriormente, Secretário de Finanças e Chefe da Casa Civil do governador. ESCOLA ESTADUAL ODILON BEHRENS. **Regimento Escolar**. Belo Horizonte, MG. 2009.

preocupasse com o sentido social indispensável para desenvolver a consciência nacional e os projetos econômicos defendidos pelo governador Juscelino Kubitschek.

No terceiro capítulo, a análise “seguirá” para o interior do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, utilizando-se principalmente das fontes que se encontram no acervo desta instituição: o **Livro de Atas** e o **Livro de Recortes do Minas Gerais**, contendo as instruções e portarias da Secretaria de Educação do período de 1950 a 1960. Dentro da perspectiva da História da Educação, as atas são entendidas como um lugar de memória. Tratando as atas como fontes documentais, parte-se do princípio de que estas são fontes de pesquisas que permitem entender as concepções pedagógicas adotadas na instituição. Para realizar a interpretação desses documentos, buscou-se o confronto com as legislações estaduais do período e pressupõe-se uma postura crítica para analisar as atas como documentos que foram construídos para atender a uma determinada finalidade, em um momento histórico, de acordo com um determinado grupo. As atas das reuniões escolares mostram uma periodicidade aproximada de quinze dias, com finalidade de orientar o corpo docente sobre o trabalho com as disciplinas e/ou conteúdos, como composição, ortografia, cálculo mental, entre outros; discutir instruções estaduais; prestar informações sobre o Caixa Escolar; dar avisos sobre festas religiosas ou eventos sociais e políticos de que a escola iria participar; finalmente, registrar o cotidiano da escola, para futura inspeção da Secretaria da Educação.

Observa-se que, por meio da análise das atas das reuniões¹⁶, é possível entender as práticas educativas dos primeiros anos da instituição. Para isso, o confronto com documentos oficiais se torna necessário, acrescentado à mobilização da compreensão de alguns conceitos, especialmente aqueles de cultura escolar e cultura material. Segundo Paolo Nosella e Ester Buffa, a expressão “cultura escolar” tem sido utilizada como uma categoria abrangente nos estudos de instituições escolares. Dominique Julia, muito citado pelos estudiosos da temática, assim define cultura escolar:

A cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA *apud* NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 17-18).

¹⁶ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHEK. *Este livro contém 50 folhas e se destinam ao registro de termos de visita e atas das reuniões de professoras do Grupo Escolar “Professora Júlia Kubitschek”*. Helena Lopes, diretora. Diamantina, 11 de junho de 1952. Acervo Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

A cultura escolar pode ser entendida como a prática cotidiana da escola, que envolve os indivíduos e as diversas culturas que a circundam e que por lá transitam. Além disso, observa-se que as disciplinas originárias do sistema escolar são responsáveis por formar, moldar e modificar a cultura da sociedade. Os decretos, portarias e instruções que regulamentaram o ensino primário na década de 1950 foram analisados e comparados aos registros das reuniões que aconteciam no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek e se encontram no acervo dessa instituição. É importante ressaltar que as atas foram registradas no livro **Termo de Visitas e Atas das Reuniões** (1952-1957), que contém desde a primeira reunião, já com a primeira visita da inspetora, em 15 de junho de 1952.

Entende-se que a maioria das práticas não está registrada nos documentos oficiais das instituições e que a *história oral* como método historiográfico se amplia gradativamente entre profissionais de história e outras disciplinas sociais afins. Não se pretendeu nesta dissertação trabalhar com a metodologia da história oral, mas foram contactadas com algumas ex-diretoras para a busca de informações acerca da instituição aqui analisada. Com a primeira diretora, Helena Lopes, foram realizadas duas entrevistas: uma aconteceu por telefone, para esclarecer algumas questões que estavam registradas nas atas das reuniões com as professoras do grupo; a outra ocorreu presencialmente em Belo Horizonte, quando Helena Lopes selecionou e disponibilizou documentos, livros e fotos que poderiam servir para esta pesquisa. Embora não fossem encontradas em seu arquivo pessoal e nem no arquivo da escola fotos referentes ao período da análise da instituição, a entrevista indicou caminhos para outras buscas. Os relatos orais não foram usados aqui como fontes e apoio factual ou de ilustração, mas como evidências de busca de outras fontes documentais para complementação da pesquisa.

Contatos ainda foram realizados com outras ex-diretoras do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Com Rita Nascimento Fonseca Brant, diretora no período de 2000 a 2011, foi localizado um CD com cópia de uma fita cassete relativa a uma homenagem prestada a Juscelino Kubitschek, em Diamantina, em 1957. O áudio foi transcrito e faz parte do banco de dados desta pesquisa. No CD consta o discurso do então deputado estadual de Minas Gerais, Carlos Murilo Felício dos Santos, também diamantinense e primo de JK, além do discurso da então diretora Helena Lopes e do próprio Juscelino Kubitschek. Observa-se que o jornal **Voz de Diamantina**, de 15 de setembro de 1957, também registrou a chegada do então Presidente da República à cidade para a homenagem.

De acordo com o **Dicionário Houaiss**, transcrever é “escrever novamente (um determinado conteúdo) em outro lugar; transladar, copiar, reproduzir” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 1866). Procurou-se ainda por definições na literatura técnica que tratassem da citação de texto oral e do documento sonoro. De acordo com Antônio Raimundo dos Santos, a citação de texto oral faz “referência a trechos de palestras, aulas, conferências. É a transcrição, de forma direta ou indireta, de um texto não escrito. A fidelidade do que foi dito é essencial, bem como a correta referenciação” (SANTOS, 2000, p. 94). Certamente um evento como a inauguração de um grupo escolar pode ser arrolado aqui, pois “[...] o objetivo de qualquer citação é permitir sua comprovação ou aprofundamento no tema pelo leitor [...], é necessário citar a fonte [...] possibilitando dessa forma que qualquer pessoa possa percorrer o mesmo caminho” (FRANÇA, 2000, p. 113). Atenta-se ainda para o **Manual de Normalização**: monografias, dissertações e teses da UFVJM, que especifica no item 6.8 como documento sonoro: disco, CD, fita cassete, rolo, *long play* etc. (SILVA; CRUZ; LEAL, 2015, p. 68). Com base nessas informações, os dados do CD foram transcritos de forma coerente e na íntegra, com a observação dos padrões de apresentação de trabalhos acadêmicos. Assim, esta pesquisa não utilizou da metodologia da história oral para entrevistar na atualidade sujeitos que passaram pela instituição aqui analisada, mas procurou dialogar com tal metodologia no concernente à transcrição do referido CD.

Com a segunda diretora da instituição, a senhora Maria Célia de Miranda, gestora entre 1960 e 1972, foi feita uma entrevista que propiciou a procura de documentos, fotos e livros que complementaram esta pesquisa. Além disso, por meio de conversas e entrevistas com professores e representantes políticos do período aqui analisado, foi realizada uma busca em arquivos particulares, mas que não teve muito êxito.

Para encerrar este estudo, o terceiro capítulo inicia-se com a inauguração do prédio próprio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitscheck e procura entender como o ideário político mineiro influenciou esse espaço de formação escolar primária e contribuiu para a construção da identidade dessa instituição. Os conteúdos trabalhados, as formas de avaliação, as festas escolares, os auditórios, os desfiles, enfim, as teorias pedagógicas e as práticas registradas em atas revelaram como a transmissão de conhecimentos configurou novas formas de pensar, sentir e agir, possibilitando a identidade/diferença desse Grupo Escolar no conjunto das instituições escolares diamantinenses.

1 A MODERNIZAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A primeira abordagem deste capítulo refere-se aos aspectos conceituais envolvidos nos termos modernidade, moderno e modernização. Esses termos são comumente usados no período estudado nesta pesquisa e carecem de explicação para que sejam compreendidos os processos de modernização e desenvolvimento em curso no Brasil da segunda metade do século XX. Ainda neste capítulo, serão analisadas questões mais gerais relativas ao período republicano brasileiro, assim como o projeto de criação e instalação dos Grupos Escolares e as reformas educacionais propostas.

É apresentada ainda uma breve análise histórica de Minas Gerais nos primeiros 30 anos do século XX, momento da implantação dos grupos escolares mineiros. Em Minas, essa modalidade escolar se iniciou em 1906, a partir do governo de João Pinheiro (1906-1908), com os primeiros prédios implantados na capital mineira, cidade projetada para dar visibilidade à “modernidade” republicana. A implantação nas demais localidades mineiras foi gradual e dependeu das políticas do momento e da relação entre Estado e Município dos respectivos locais de instalação desse modelo educativo.

1.1. Moderno, modernidade e modernização

Moderno, modernidade e modernização são termos específicos que ocupavam destaque em vários campos de estudos, como na arte, na política, na arquitetura e na educação, especialmente nas pesquisas que abarcam o período do final do século XIX e início do século XX. Os materiais consultados para a concepção deste capítulo evidenciam que os termos moderno, modernidade e modernização aparecem em diferentes contextos e em diversificados discursos e práticas ligados à educação, ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Embora a pesquisa tenha o seu objeto idealizado e construído no início da segunda metade do século XX, observa-se que as articulações entre esses polissêmicos conceitos e a noção de educação foram fartamente estabelecidas ao longo dos séculos XIX e XX, por instituições e sujeitos diversos.

Entende-se que o termo moderno surge como contraponto àquilo que seja antigo, no sentido do que seja “recente”, “atual” e “novo”. Já a palavra “modernidade” tem se prestado a diferentes interpretações e muitas vezes é traduzida com a mesma ideia da palavra modernização, mas pode-se entender que a primeira foi interpretada e apropriada de maneira

geral como “época da história” em que predominariam as categorias da “novidade”, da “superação” e do progresso. Já a “modernização” foi introduzida como termo técnico, nos anos 1950, na tentativa de conceituar um conjunto de processos como o desenvolvimento do capitalismo, a formação de identidades nacionais e a expansão das formas urbanas de vida e da escola, dentre outros. Pretende-se então discutir esses termos delimitando alguns de seus contextos históricos de uso e recorrendo a autores consagrados no pensamento ocidental.

Verifica-se que os termos acima citados foram apropriados e aplicados em diferentes contextos históricos. Ao ter como base especificamente a história e a filosofia, autores como Jürgen Habermas (1990), Marshall Berman (1986) e Jacques Le Goff (1984) discutiram a definição e o desenvolvimento desses conceitos desde o século XVII. De acordo com Habermas, o conceito de modernização se refere a

Um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade no trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades naturais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, à secularização de valores e normas, etc. (HABERMAS, 1990, p. 14).

A teoria da modernidade habermasiana procura evitar as falhas das antigas teorias da evolução (como a de Darwin, por exemplo) e tenta compreender os processos de transformação e formação da moderna sociedade. O tema polêmico da “Modernidade”, com suas múltiplas facetas, se situam no tempo. Ele abrange historicamente as transformações societárias ocorridas na Europa nos séculos XVIII, XIX e XX, cujos efeitos se propagaram pelo mundo: o Iluminismo, a Revolução Francesa e a consolidação da burguesia.

Para colaborar no entendimento dos conceitos, torna-se necessário mobilizar as ideias de Marshall Berman (1986), que caracteriza o conceito de modernização como processos sociais que dão vida às fontes de modernidade e que se subdividem em três fases.

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do Século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que

emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. (BERMAN, 1986, p. 16-17).

O autor demonstra a intenção de compreender de que maneira as transformações sofridas pelo conceito de moderno podem influenciar na compreensão atual da modernidade. A divisão da história da modernidade proposta pelo autor visa cumprir essa intenção, apesar de Berman reconhecer que é impossível precisar algo tão extenso. Para ele, a palavra modernidade está ligada à contradição, pois o alcance global do moderno atua de modo a fragmentar, defasar e enfraquecer a formulação de um conceito que realmente esteja presente na vida das pessoas. Dessa realidade, derivaria a perda pela era moderna do contato com as raízes de sua própria modernidade. O pensamento de Berman é corroborado pelas considerações sobre a origem da palavra “moderno” pelo historiador Jacques Le Goff (1984):

A palavra “moderno” nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja “modernidade” foi assinalada por Henri Hauser [1930]. Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de “modernidade” na França no segundo Império, quando a Revolução Industrial se está a impor; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a ideia de modernização na sequência da segunda Guerra mundial, no contexto da descolonização e da emergência do terceiro mundo. O estudo do par Antigo/moderno passa pela análise dum momento histórico que segrega a ideia de modernidade e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar- ou simplesmente, para distinguir e afastar- uma antiguidade, pois que tanto se destaca uma modernidade para promovê-la como a vilipendiar. (LE GOFF, 1984, p. 372).

Nos dizeres desse historiador, a dicotomia entre o antigo e o moderno usada na historiografia ocidental é uma convenção construída culturalmente ao longo dos séculos. Apesar de essa discussão estar presente não apenas no Ocidente, foi lá que se tornaram decisivas as discussões acadêmicas para esta compreensão. Para Le Goff, os conceitos antigo e moderno são construídos pelos homens segundo a força que a cultura exerceu em determinadas épocas do Ocidente. “O termo ‘antigo’ é ambíguo, pois pode ter sentido neutro, ou de longínquo, depreciativo ou positivo, isto depende do contexto analisado”. (LE GOFF, 1984, p. 373). O termo antigo passa também por uma sucessão de compreensões, assim como o termo moderno. Essas compreensões estão ligadas não apenas à história, mas a outras manifestações do intelecto humano, como a ciência, a filosofia, a arte e a religião. Os termos antigo e moderno podem ser vistos por diferentes olhares, pois quem os vê é o homem, e este vê a partir de seu tempo histórico. É por essa razão que os termos ganham uma natureza

polissêmica e sua compreensão está subordinada à leitura que o homem faz de seu tempo. As contribuições nas artes, ou na economia, como o advento do progresso e do processo de industrialização, segundo esse autor, intensificaram a discussão sobre o que é antigo ou antiguidade, ou sobre o que é moderno, novo, ou modernidade. Para o teórico francês, a questão não é se o antigo é melhor do que o moderno, como alguns no passado cogitaram, ou o contrário; a questão está em o que é ou o que a antiguidade e a modernidade significam no âmbito da historiografia e para o conhecimento humano com um todo.

Habermas (1990) afirma que Hegel¹⁷ foi o primeiro filósofo a desenvolver um conceito preciso de modernidade. Mesmo não sendo o primeiro filósofo dos tempos modernos, foi o primeiro a tratar a modernidade como problema. Hegel começou a empregar o conceito de modernidade em contextos históricos, como conceito de época, pois considerava que os ‘novos tempos’ eram os ‘tempos modernos’ (HABERMAS, 1990, p. 18). A partir de Hegel, as expressões “tempos modernos” ou “novos tempos” ganharam um novo significado, válido até os dias atuais: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito da época, entre outros.

A noção de modernidade trouxe uma nova consciência do sentido histórico, uma forma nova de perceber a realidade cujos indícios são mais visíveis na Europa do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. Nesse momento, a ideia de história está voltada para a valorização da razão, a exaltação da subjetividade e da autonomia dos sujeitos. No século XIX, o conhecimento histórico aspirou alcançar a objetividade científica e a verdade dos fatos. A eficácia da história estava em servir ao Estado e às instituições da sociedade burguesa. Nesse contexto, os ideais de moderno e modernização chegaram ao Brasil com a mudança do regime monárquico para o republicano. Segundo Luciana Carvalho e Carlos Henrique de Carvalho (2012), o Brasil experimentava avanços socioeconômicos que deixavam o regime monárquico cada vez mais obsoleto:

¹⁷ Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em 27 de agosto de 1770, em Stuttgart, na Alemanha. Considerado o último dos grandes criadores de sistemas filosóficos dos séculos XVIII e XIX, Hegel frequentou as aulas de Teologia, Literatura e Filosofias gregas na Universidade de Tübingen. Nessa época, fez amizade com o poeta Friedrich Hölderlin e o filósofo Friedrich Schelling. Este último também se tornaria um símbolo do idealismo alemão. Em 1801, Hegel se tornou livre-docente na Universidade de Jena. Nessa época, dedicou-se aos estudos das obras de Johann Gottlieb Fichte e de seu amigo Schelling. Baseado nesses teóricos, começou a se aprofundar em dois temas que, mais tarde, se tornariam grandes obras da filosofia ocidental: *Fenomenologia do Espírito* (1808) e *Ciência da Lógica* (1812). O sucesso da *Ciência da Lógica* deu-lhe um contrato como professor pela Universidade de Heidelberg (1816-1818), a qual deixou para substituir Fichte na Universidade de Berlim (1818), onde lecionou pelo resto da vida, tornando seus cursos uma referência em todas as partes da Europa. Friedrich Hegel faleceu em 14 de novembro de 1831, em Berlim, vítima de cólera. Disponível em: <<http://redes.moderna.com.br/2012/08/27/friedrich-hegel-o-idealismo-absoluto/>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

A base da economia brasileira era o café; se isso denunciava o passado colonial do país (latifúndio, monocultura e escravismo), também dinamiza a realidade local, estimulando a construção de ferrovias e portos, os quais criariam condições favoráveis a atividades comerciais internas, ao crescimento de empreendimentos como os bancos e a uma série de iniciativas empresariais; todas podem ser lidas como traços da adaptação do país às práticas de modernização difundidas pelo mundo. Para substituir a mão de obra escrava, a economia cafeeira estimulou a vinda de europeus para o país. (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 33).

Em meados do século XIX, os países europeus viviam o contexto da Segunda Revolução Industrial. A pesquisa científica era realizada em escala crescente em universidades, instituições públicas e privadas. “O passado aparecia envolto em uma aura de atraso, descaso - marcas do império -, a ser superada pela nova ordem mediante valorização do conhecimento moderno, da ciência, do país e da educação - marcas da República”. (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 38). A República devia estar em harmonia com a modernidade europeia, como condição para desenvolver o conhecimento científico, a industrialização e acompanhar o desenvolvimento do mundo moderno. Nesse sentido, como afirma Marcus Levy Bencostta, a elite republicana brasileira passou a adotar um discurso de defesa à Instrução Pública, como determinante para o aprimoramento da civilização:

[...] construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Esse discurso, sem dúvida, sofreu impacto das concepções elaboradas a partir das experiências civilizatórias norte-americanas e europeia, que inspiravam os políticos e intelectuais na construção de argumentos discursivos e práticas que enalteciam a República. (BENCOSTTA, 2005, p. 95).

Para atender à demanda crescente da urbanização e acompanhar o desenvolvimento tecnológico, o sistema escolar necessitava, além da alfabetização das massas pelo ensino público e obrigatório, de uma extensão desse ensino até o antigo nível secundário e a criação de escolas técnicas. O trabalhador precisava ser formado para manter o *status quo* da época, colaborando para a hegemonia e supremacia da sociedade capitalista. À educação cabia o papel de formar o cidadão para a República “democrática” e elevar o país ao estágio de nação desenvolvida; ao Estado cabia a organização do sistema escolar de forma rápida e eficiente. Mas as desigualdades econômicas entre estados e regiões agravavam o cenário educacional e, nesse momento de transformação nacional, Minas Gerais e São Paulo se destacavam pela hegemonia do poder e lideravam as reformas educacionais, entre elas a implantação dos grupos escolares no período inicial da República.

Com a implementação dos grupos escolares, outras reformas educacionais se faziam necessárias na tentativa de aperfeiçoar o sistema educacional brasileiro. Desde os

primeiros anos da República, várias propostas educacionais visavam à inovação do ensino, mas muitas foram idealizadas e, destas, muitas não foram postas em prática, como cita Otaíza de Oliveira Romanelli sobre a reforma de Benjamin Constant:

Faltava para sua execução, além da infraestrutura institucional que pudesse assegurar-lhe a implantação, o apoio político das elites, que viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude, cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural. (ROMANELLI, 1978, p. 42).

Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o responsável pela primeira Reforma de Instrução Pública do período republicano, em 1890. Dentre outras mudanças, Constant propôs a inclusão de disciplinas científicas nos currículos e dava maior organização aos vários níveis do sistema educacional. Essa reforma foi bastante ampla e, assim como as outras que se seguiram, enfrentou dificuldades para sua implantação, acabando por não substituir o modelo educacional existente. Segundo Maria Luíza S. Ribeiro, as reformas que se seguiram àquela de Benjamin Constant também tiveram resultados desastrosos:

O código Eptácio Pessoa (1901) acentua a parte literária ao incluir a lógica e retirar a biologia, a sociologia e a moral; a Reforma Rivadávia (1911) retoma a orientação positivista, tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência, abolindo o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento, e transferindo os exames de admissão no ensino superior para a faculdade, com o objetivo de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não do candidato ao nível seguinte. Os resultados, no entanto, foram desastrosos. Daí as reformas de 1915 (Carlos Maximiliano) e de 1925 (Luiz Alves/Rocha Vaz). (RIBEIRO, 1981, p. 77).

Essas reformas eram influenciadas por princípios positivistas¹⁸ e liberais¹⁹ que norteavam o pensamento filosófico dos intelectuais e a formação de uma sociedade com princípios éticos e morais republicanos.

No livro **O lugar da Educação na modernidade luso-brasileira no final do século XIX e início do XX**, os autores Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e Carlos

¹⁸ Por Positivismo compreende-se, agora de modo mais amplo, a filosofia desenvolvida por Auguste Comte que se caracteriza, conjuntamente, pela expressa confiança nos benefícios da industrialização, no otimismo em relação ao progresso capitalista, no culto à ciência e a valorização do método científico, voltados a uma reforma intelectual da sociedade. (COTRIM, 1993 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 9).

¹⁹ No âmbito de uma abordagem histórica, o termo liberalismo seria usado para propor uma definição mais “globalizante”, “explicativa”, e não descritiva. Grande parte do século XIX constituiu-se como uma “Era Liberal”. Os indivíduos tomavam consciência da liberdade como um valor primordial para viver em sociedade e, além disso, a liberdade era uma categoria que explicava o conjunto de comportamentos políticos e sociais nesse período, variando nas diversas nações que se constituíam naquele momento. (MATEUCCI *apud* LAGE, 2010, p. 34).

Henrique de Carvalho (2012) afirmam que, após a proclamação da República, o Brasil era considerado um país de analfabetos, incultos e de negros recém-alforriados. Os políticos e a população em geral entendiam então que a educação tinha potencial transformador e regenerador:

E se pensava não só na formação moral e intelectual do povo, mas também em sua capacitação para o trabalho. Os moldes modernos de produzir, baseados na divisão “científica” do trabalho, requeriam do trabalhador uma escolarização mínima que o habilitasse a ler e compreender explicações sobre a forma de produzir e a operação de máquinas. (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 39).

No início do período republicano brasileiro, entendia-se que, para se alcançar o desenvolvimento industrial e sair da condição ruralista, era necessário “dominar” a ciência, o que não poderia ser feito sem a escola. Parafraseando Carlos Henrique de Carvalho (2012), a educação surgia então como “civilizadora”, formadora do cidadão para a República “democrática” que se anunciava, como um impulso para elevar o país ao estágio de nação desenvolvida. Os moldes modernos de produzir, baseados na divisão de trabalho, requeriam um mínimo de escolarização do trabalhador que, além de ler, pudesse também compreender explicações sobre a forma de produzir e sobre como operar as máquinas. Na Primeira República, o espírito agrário com verniz de modernização forneceu ao positivismo o terreno fértil para se alastrar. Segundo Antônio Joaquim Severino:

Do ponto de vista do ideário, a República nasceu sob a influência e inspiração do Positivismo que marca, sobretudo, sua visão educacional. Com isto, opunha-se explicitamente ao ideário católico, propondo a liberdade e a laicidade da educação, investindo na publicização do ensino e em sua gratuidade. Além disso, buscava-se superar a tradição clássica das humanidades acusada de responsável pelo academicismo do ensino brasileiro, mediante a inclusão de disciplinas científicas, no currículo escolar, segundo o modelo positivista. (SEVERINO, 1994, p. 77 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Nos discursos políticos, a educação surgia como a “salvadora” do regime republicano no sentido de formar cidadãos capazes de manter o regime e desenvolver a nação. Mas, para alcançar o desenvolvimento, eram necessárias organização, eficiência e rapidez na implantação de ideais positivistas e liberais, trazidas da Europa e dos Estados Unidos, exercendo influência na elite brasileira desde o século XIX. Para parte das elites brasileiras, o positivismo era uma ideologia que vislumbrava a modernidade e, portanto, conseguia influenciar uma parcela do movimento republicano.

Para completar esse contexto histórico, ocorreu, entre outros movimentos importantes da década de 1920, a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922. Esse evento modernista repercutiu fortemente na sociedade na primeira metade do século XX. Observa-se também que a movimentação nacional em torno da educação era grande nesse período. Surgiu ainda um movimento de cunho pedagógico, a Escola Nova, que defendia uma escola pública universal e gratuita, proporcionada a todos e sem influência da orientação religiosa, o que havia marcado o ensino nas terras brasileiras desde os tempos coloniais.

De 1920 a 1930, foram implementadas várias reformas da instrução pública em diferentes estados brasileiros. Podem ser situadas, nesse quadro, as reformas conduzidas por:

Carneiro Leão (1922-1926), Fernando Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), no Rio de Janeiro; Sampaio Dória (1920), M. B. Lourenço Filho (1930-1931), Fernando de Azevedo (1933) e Almeida Jr. (1935-1936), em São Paulo; Francisco Campos (1927-1930), em Minas Gerais; Carneiro Leão (1928-1930), em Pernambuco; Lourenço Filho (1922-1923), no Ceará; e Anísio Teixeira (1925-1927), na Bahia. (VIDAL, 2006, p. 10).

Mesmo com muitas particularidades em suas diversas manifestações nos diferentes estados, nota-se que essas reformas objetivavam atingir o nível primário de ensino, a formação e qualificação do professor, a legitimação do educador profissional, a reestruturação dos cursos normais, além do trabalho com novos métodos de ensino-aprendizagem, entre outros.

No cenário nacional de transformações da Primeira República (1889-1930), Minas Gerais e São Paulo detinham o controle político do país; no cenário educacional, não foi diferente. Especificamente, o governo mineiro elaborou reformas educacionais de repercussão nacional e desenvolveu um programa de propagação de escolas primárias. São Paulo foi o carro-chefe das reformas educacionais, onde entendiam que a massa popular deveria ser “retirada” da ignorância e preparada para a modernidade, especialmente na opinião dos governantes que dominavam a cena política da época. Em Minas Gerais, João Pinheiro²⁰ realizou em seu governo uma ampla reforma do ensino primário e técnico-profissional, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Em sua primeira mensagem enviada ao Congresso mineiro, em 15 de junho de 1907,

²⁰ João Pinheiro da Silva, nasceu no Serro, divisa com o município de Diamantina, em 16 de dezembro de 1860, e faleceu em Belo Horizonte em 25 de outubro de 1908, no Palácio da Liberdade, quando exercia o mandato de Presidente do Estado de Minas Gerais, previsto para o quadriênio 1906-1910. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/>. Acesso em: 4 maio 2016.

João Pinheiro refletia sobre a perspectiva pretendida pela reforma proposta: “A reforma teve de ser completa e total quanto aos métodos de ensino, à disciplina escolar e à fiscalização severa do serviço, estando o governo cuidando da questão de casas escolares apropriadas e do respectivo mobiliário, dentro de restritos recursos orçamentários” (BARBOSA, 1980, p. 258). Dentre as diversas modificações e propostas da reforma levadas adiante, destacam-se:

a maior fiscalização do ensino através dos inspetores escolares; a introdução de componentes curriculares ligados ao ensino da agricultura; melhorias na formação dos futuros professores; criação de um espaço próprio para a atividade da instrução, agrupando todas as escolas antes isoladas em um só prédio, os chamados “Grupos Escolares” ou Escolas Agrupadas. (LIMA, 2009, p. 2).

A reforma João Pinheiro buscava desenvolver a educação popular em três aspectos: físico, intelectual e moral. Nesse caso, o programa proposto incluía Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos. O novo padrão imposto através da expansão e consolidação dos grupos escolares exigia uma organização baseada numa inédita divisão do trabalho pedagógico. O estado de Minas Gerais foi dividido em quarenta circunscrições²¹ que seriam percorridas pelos inspetores para fiscalizar e orientar os métodos de ensino e o material pedagógico. Além dessas mudanças, a reforma também tinha uma meta prática voltada à política de desenvolvimento estatal, em que o verdadeiro intuito das escolas, segundo métodos da democracia, eram “[...] instrução, educação e profissão”²². O governo gradativamente assumiu o controle do ensino primário, pois tinha o intuito de formar o homem adequado a esse momento da história. Formaria um sujeito consciente de sua pátria, comprometido com a moral, um trabalhador apto a cooperar com o ordenamento social, ou seja, um indivíduo civilizado e moderno.

1.2 O projeto republicano do grupo escolar e a ampliação da educação pública

Segundo Décio Gatti Júnior, a história das instituições educativas tem tomado fôlego no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, inserindo-se num processo de renovação no campo da história da educação e constituindo-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 19). Ao se

²¹ A Inspeção administrativa passava a ser competência de inspetores escolares municipais e distritais, gratuitamente, enquanto a inspeção técnica era dos inspetores ambulantes, remunerados pelo Governo, exercendo suas funções nas circunscrições literárias, por uma permanência de seis meses. (NEIVA, 2013, p. 2-3).

²² MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário ao Presidente do Estado, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

abordar especificamente a história das instituições educativas, torna-se necessário rever conceitos envolvidos em várias dimensões. Em sua dimensão física, podem-se elucidar os espaços escolares²³, as estruturas arquitetônicas dos edifícios, mobílias, entre outros. Por outro lado, na dimensão humana, é possível focar toda a comunidade envolvida: professores, funcionários, alunos, relações de poder e outros. De acordo com Antônio Viñao Frago,

(...) a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva - a de espaço-lugar - uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território. (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17).

Com esta perspectiva, é importante entender as relações internas e externas às instituições que formam as práticas culturais. À medida que os atores educacionais pensam em fazer a realidade escolar, eles se apropriam de “modelos culturais” que os circundam, reinterpretando-os e utilizando-os.

Torna-se necessário então analisar as instituições e seus “modelos culturais” que antecederam ao objeto de pesquisa desta dissertação. Verifica-se que, durante o período imperial, grande parte da população brasileira encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos. A maior parte das aulas acontecia na residência dos professores, sem conforto e higiene. Também a maioria dos professores era despreparada e recebia salários baixos. Esse cenário perdurou por muito tempo, tanto em áreas rurais, quanto em bairros afastados, periferias e vilas menores.

“Durante o império, a escola pública era, muitas vezes, a extensão da casa do professor; muitas funcionavam em paróquias, cadeias, cômodos de comércio, salas abafadas sem ar, sem luz, sem nada.” (SOUZA, 1998, p. 122). Além do problema das instalações inadequadas, a distância territorial entre as instituições não permitia uma ação de fiscalização e controle das atividades desenvolvidas e do trabalho do professor, contribuindo para que as escolas, muitas vezes, deixassem de funcionar. Na década de 1870, inicia-se em São Paulo uma proposta de construção de prédios escolares, inaugurando em 1876 a primeira escola no bairro do Arouche. A ela seguiram-se outras nos bairros da Luz e Santo Amaro. Compunham-se de duas enormes salas para acomodar grande número de alunos. (CRMC, PAINEL A2.

²³ “O espaço físico é, para o ser humano, um espaço apropriado, disposto e habitado. Neste sentido, o espaço é uma construção social e o espaço escolar, uma das modalidades de sua conversão em território e lugar”. Ver ESPAÇO ESCOLAR. s.d. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_espaco_escolar.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

Painéis da Escola Pública). Neste mesmo arquivo, infelizmente não foram encontradas imagens dessas primeiras escolas paulistas.

Verifica-se que, mesmo com o clima abolicionista de 1888 e a Proclamação da República em 1889, o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi também legitimado na primeira Constituição republicana. “A constituição, embora omissa quanto ao ensino primário, delega aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino”. (SAVIANI, 2004, p. 22). Ou seja, seriam os estados que iriam enfrentar a questão da propagação da instrução através do aumento e gerenciamento das escolas primárias.

Eram vários os modelos de escolarização que existiram ao longo do século XIX. As escolas de primeiras letras eram geralmente classes isoladas ou avulsas, regidas por um professor que ministrava o ensino elementar para um grupo de alunos em níveis diferentes de aprendizagem e, na maioria das vezes, em instalações inadequadas. Luciano Mendes de Faria Filho destaca alguns relatórios dos inspetores, como o do secretário Delfim Moreira em 1904:

Presentemente, as escolas se acham em sua grande maioria mal instaladas, em prédios acanhados, sem necessário conforto, e nas quais não se podem observar as regras de higiene escolar. Além disso, é por demais sensíveis a falta de mobília e do necessário material pedagógico”. (MINAS GERAIS, 1904 *apud* FARIA FILHO, 2000, p. 30).

Caixotes eram utilizados como mesas e cadeiras; além das salas das residências dos professores, adaptadas para comportar a escola, outras dependências eram ocupadas; convivia-se com a falta de conforto e de higiene - assim os relatórios retratavam as escolas mineiras. Para a elite mineira, a realização dos ideais de ordem e progresso dependia da adequação da educação escolar às complexidades do mundo social. Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida para organizar o ensino e sobretudo homogeneizar cultural e politicamente a sociedade. A instituição escolar seria capaz de promover o progresso e a mudança almejada pelos sujeitos sociais.

No Brasil, instituiu-se primeiramente o modelo de Grupo Escolar na capital do Estado de São Paulo. A chamada *Escola-Modelo* foi instalada inicialmente na Rua da Boa Morte, n. 39, em um sobrado da Igreja do Carmo, inaugurada em 16 de junho de 1890.

Figura 1 - Escola-Modelo do Carmo. Grupo Escolar do Carmo (São Paulo, SP), 1890



Fonte: Centro de Referência em Educação Mário Covas.

Ao consultar o CRE Mário Covas do Estado de São Paulo, é possível ter acesso ao Memorial da Educação com as instituições escolares de 1825 até 1915. A imagem acima está acompanhada da seguinte nota: “Foi conhecida durante muito tempo pela denominação de Escola Modelo do Carmo, ou Escola do Carmo, por haver funcionado, em seu início, nos fundos da igreja da Ordem Terceira do Carmo, local que mais tarde foi ocupado pelo Ginásio dos Reverendos Irmãos Maristas.” Atualmente, aquela Escola-Modelo não funciona mais. De acordo com Rosa Fátima de Souza, a instalação da Escola-Modelo constituiu o primeiro ensaio de implantação de uma escola pública primária nos moldes da escola graduada.

Em 1892, por ocasião dos debates em torno do projeto de lei da reforma da instrução pública do Estado de São Paulo, o deputado Gabriel Prestes, representante do magistério, fez publicar, no jornal *O Estado de S. Paulo*, uma série de 12 artigos sob o título “Ensino Público”. Neles encontramos os pressupostos da reforma e a concepção sobre o ensino primário, além da defesa da criação de novos tipos de escolas que pudessem se generalizar no futuro, isto é, as escolas graduadas. (SOUZA, 1988, p. 42).

Entende-se que a primeira reforma da instrução pública do Estado de São Paulo, promulgada em 1892, constituiu-se em um plano audacioso de mudanças no ensino público. Porém, essa reforma não contemplou a criação das escolas graduadas e sim estabeleceu as diretrizes gerais sobre as quais passou a funcionar a instrução pública no estado de São Paulo. Rosa Fátima de Souza destaca ainda que, nas primeiras décadas republicanas, o ensino primário passou a compreender dois cursos: o preliminar e o complementar.

O curso *preliminar*, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, deveria ser ministrado em *escolas preliminares* - regidas por professores normalistas, em *escolas intermédias* regidas por professores habilitados, de acordo com o regulamento de 1869 e 1887, e em *escolas provisórias*, regidas por professores interinos examinados

perante o inspetor do distrito. Consistiam em escolas unitárias onde um professor, às vezes auxiliado por um adjunto quando o número de alunos passava de 30, ministrava o ensino para crianças em diferentes graus de adiantamento. Estabelecia, ainda, *escolas ambulantes*, destinadas aos lugares de pequena densidade populacional, e as *escolas noturnas*, para localidades com frequência provável de 30 adultos. (SOUZA, 1988, p. 43).

Em 1893, ano de criação dos grupos escolares, a Escola do Carmo já funcionava com sete professores - a seção masculina, com todos os anos do curso preliminar, e a seção feminina com o 1º, 2º e 3º anos. Dois anos depois, o quadro encontrava-se completo, com um professor para cada um dos anos do curso preliminar de cada seção, inclusive o 5º ano. (SOUZA, 1998, p. 41). As escolas urbanas trabalhavam o programa do curso preliminar em quatro anos e este correspondia às quatro primeiras séries. O curso complementar tinha duração de quatro anos e destinava-se aos alunos habilitados no curso preliminar, sendo este ministrado em escolas complementares. Nota-se que o curso complementar era trabalhado do 5º ano em diante e os alunos eram classificados pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos. Buscava-se um modelo escolar que implicava a constituição das classes e, para cada classe (série), um professor.

A escola graduada de ensino primário constituía em si um modelo cultural em circulação. Implantadas no Estado de São Paulo sob o signo da modernidade e da inovação educacional, os reformadores da instrução pública - políticos republicanos, elites intelectuais e educadores - buscaram instituir uma nova realidade educacional e adaptar o modelo às condições da realidade paulista. (SOUZA, 1998, p. 18).

Acreditava-se que os estabelecimentos de ensino, como os grupos escolares da Europa e Estados Unidos, foram considerados, em um primeiro momento, uma inovação imprópria para as condições sociais e econômicas do nosso país. Mas, o estado de São Paulo estava em crescente urbanização e desenvolvimento econômico, e as escolas graduadas então foram adotadas como elemento de modernização educacional e cultural.

A inovação aconteceu a partir da instituição dos grupos escolares, que reuniram as escolas isoladas, originando as classes que correspondiam às séries anuais e com divisão dos níveis de aprendizagem. As escolas isoladas não eram seriadas como os grupos escolares e, por isso, esses grupos eram também chamados de escolas graduadas. Segundo Rosa Fátima de Souza, no **Diccionario de las Ciencias de la Educación**, encontra-se uma definição de escola graduada que sintetiza a sua configuração definitiva no transcorrer do tempo:

Sistema de organização vertical do ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos

homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau. (SOUZA, 1998, p. 32).

A escola graduada era considerada moderna e tinha como parâmetro brasileiro o “modelo escolar paulista”, uma escola urbana, com edifícios próprios, organização administrativa e didático-pedagógica. Esse era o modelo mais adequado para simbolizar os ideais de progresso e civilização republicanos. O novo modelo escolar exigia a construção de edifícios e mudanças na forma de pensar e agir dos professores. Acarretava mudanças profundas na distribuição e usos do espaço e do tempo escolares, na classificação e distribuição das crianças, na extensão e graduação do currículo e livros de texto, nos modos de avaliação e, em especial, na organização e gestão das escolas. Supunha-se uma nova cultura escolar²⁴ e exigia uma mudança mental, uma mudança conceitual e de perspectiva que facilitasse a compreensão do que estava acontecendo e das possibilidades do novo sistema.

A escola primária graduada foi adotada então em São Paulo, a partir de 1893, no contexto da reforma da instrução pública que buscava a renovação tanto nos métodos de ensino, quanto na formação de professores, instituindo-se como escola modelo.

Este processo modernizador espelhou-se nos modelos culturais em circulação nos países mais avançados e mostra a contemporaneidade do Estado de São Paulo em relação ao modelo de escolarização em massa que estava sendo implementado em vários países europeus e nos EUA e, portanto, a inserção da educação brasileira no movimento maior de expansão das oportunidades educacionais e de racionalização, padronização e uniformização do ensino primário. (SOUZA, 1998, p. 280).

Essa forma de organização do ensino elementar público paulista buscava um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. Com o programa de ensino enriquecido e enciclopédico, com novos métodos de ensino e uma nova concepção arquitetônica, esse novo modelo chamou a atenção das outras unidades da federação e despertou o interesse de implementar esse tipo de escola em outros Estados. Entretanto, a consolidação dessa experiência não se efetivou imediatamente. Para organizar o ensino em séries, reunindo várias salas de aula e vários professores em um só edifício, era necessário mais do que programas de ensino e controle de tempo, pois se exigia também uma organização espacial e implicava

²⁴ Entendida como “conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização”, o que inclui, segundo o autor, “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos - a história cotidiana do fazer escolares -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... -, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas”. (FRAGO *apud* FARIA FILHO, 2000, p. 20.)

grandes investimentos financeiros. Um edifício próprio para a escola: eis uma importante questão que os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização. (BENCOSTTA, 2005, p. 110). Os prédios escolares eram concebidos para atender às exigências pedagógicas do ensino enciclopédico. Portanto, foi necessário criar, além de salas de aula, outros espaços escolares como biblioteca, portaria, laboratórios, pátio para recreação e salão de festas.

É possível ler e interpretar a história da educação primária brasileira pela arquitetura dos edifícios e dos espaços escolares. Símbolo da presença do Estado e do desenvolvimento econômico e social, os edifícios escolares consolidam as características do estilo da época, espelham as políticas públicas e manifestam as vanguardas de diretrizes e parâmetros arquitetônicos. As construções realizadas na Primeira República, entre 1890 e 1920, são consideradas os primeiros edifícios projetados para o funcionamento específico de escolas. Ao consultar o Centro de Referência em Educação Mário Covas, é possível ter acesso às histórias das escolas estaduais paulistas e a imagens dos primeiros grupos escolares construídos para abrigar a escola primária.

A Figura 2 reproduz o segundo grupo escolar, criado por decreto em 24 de março de 1903. Sua instalação efetuou-se em 18 de junho do mesmo ano, em prédio na Rua Duque de Caxias, alugado pelo governo e adaptado ao fim a que se destinava. Lá permaneceu até 1914. No ano seguinte foi inaugurado seu próprio edifício.

Figura 2 - Grupo Escolar Dr. Rangel Pestana (Amparo, São Paulo), 1929



Fonte: Estado de São Paulo, Edifícios Escolares, 1929. Centro de Referência em Educação Mário Covas.

Esse edifício se destaca pelo alto valor histórico na evolução educacional do estado de São Paulo, tendo sido tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). A arquitetura

escolar republicana “nasce” imponente. De acordo com Rosa Fátima de Souza, na arquitetura escolar encontram-se inscritas dimensões simbólicas e pedagógicas:

O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. Ele exige determinadas pautas de comportamento e influência na percepção e representação que as pessoas fazem dele, as quais se vinculam, por sua vez, tanto à percepção da disposição material quanto de sua dimensão simbólica. Por entre salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorpora uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar. (SOUZA, 1998, p. 123-124).

No Brasil, a partir da instauração do regime republicano, as edificações adquirem um maior simbolismo, expressando valores explícitos e implícitos de uma época. Os primeiros grupos eram belos e majestosos, ostentavam representações políticas e sociais. A sala de aula era o principal ambiente pedagógico da escola pública, onde a metodologia da transmissão do saber partia do professor para os alunos. Os outros espaços, sejam eles administrativos ou externos, como os pátios, jardins, a localização da escola e seu entorno, compunham os padrões culturais e pedagógicos que podiam influenciar a formação dos alunos. A identidade desses grupos escolares ia além do traçado arquitetônico do edifício. Para compor o ambiente escolar, alguns elementos simbólicos próprios (como os símbolos nacionais: bandeira, escudo e hino) ou incorporados à sua decoração (como o relógio, o sino, o quadro de horário e o quadro de honra) foram “escolhidos” para traduzir a materialização da presença do Estado e de seus propósitos de contribuir para a formação da sociedade.

Desde o final do século XIX, acentuou-se a preocupação dos administradores com a arquitetura dos prédios escolares. Além das preocupações com uma arquitetura própria para a implantação do novo modelo escolar, observa-se que, nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o termo modernização era recorrente nos discursos políticos relacionados à educação pública do Estado republicano, como afirmam Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho:

Políticos, intelectuais, reformadores e profissionais da educação pública dos mais recônditos cantos do país voltaram-se, no início do século XX, para o grande empreendimento de modernização e disseminação da educação pública, vista como possibilidade de superação do atraso e como elemento de constituição da nacionalidade - ressonâncias de um amplo projeto civilizador, de ordenação social, moralização dos costumes, de disciplinarização da classe trabalhadora e de inculcação de valores cívico-patrióticos. (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 29).

A defesa do grupo escolar como “instrumento” do progresso e da mudança, como uma das formas de superação do atraso, aparece em vários relatórios de secretários do

Interior. Junto à discussão do papel da educação, no momento da produção do mundo urbano, elementos como higiene, estética, organização espacial, funcionalidade e símbolos cívicos nacionais foram incorporados ao discurso como um projeto nacional de superação econômica e social.

Como objetos de grande atenção das políticas republicanas, os projetos arquitetônicos iniciais dos Grupos Escolares eram imponentes:

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações [...] Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito evidentes, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental. (WOLFF, 1992, p. 48).

Os prédios escolares se destacavam na paisagem urbana e possuíam características próprias que os diferenciavam dos outros edifícios públicos e particulares. Os edifícios eram estrategicamente situados e possuíam uma “arquitetura de fachadas” (dimensões grandiosas de janelas e portas), com riqueza de detalhes, que despertavam a atenção da sociedade e eram sempre lembrados pela sua monumentalidade.

Efetivamente, apenas os estados com poder econômico significativo puderam implantar o modelo dos grupos escolares, com a ampliação de vagas e construções majestosas que provocaram admiração naqueles que a observavam de fora, e naqueles que tinham o “privilegio” de conhecê-las por dentro. Essas instituições foram criadas inicialmente em São Paulo, a partir de 1893. Nos demais estados da federação, foram se constituindo ao longo das duas primeiras décadas republicanas: Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Sergipe (1911), Paraíba (1916) e Piauí (1922). (VIDAL, 2006, p. 236). Apesar de estar posto desde a segunda metade do século XVIII, o debate em torno da constituição de espaços dedicados ao ensino e à fixação de tempos de permanência na escola foi desenvolvido somente na última década do século XIX, dando continuidade à implantação da proposta dos grupos escolares. Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular.

Não era casual que as edificações escolares, iniciadas em São Paulo, nos anos 1890, fossem construídas visando à monumentalidade, uma vez que a instituição tinha finalidades sociais, morais e cívicas. Era o lugar de formar o cidadão republicano. De acordo com Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, a construção desses edifícios

também passou a ser alvo de críticas à medida que crescia a defesa da democratização da escola pública:

Caros, os suntuosos edifícios escolares construídos nas primeiras décadas republicanas consumiam boa parte das já minguadas verbas da instrução pública. O esforço e o gasto despendidos para *dar a ver* as realizações republicanas na área da *educação popular* passaram a ser alvo de críticas à medida que se desenvolviam movimentos em defesa da democratização da escola pública. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 29).

Os prédios monumentais atenderam a uma pequena parcela da população e passaram a significar a elitização da educação e o desprezo pela educação dos mais pobres. Rosa Fátima de Souza (1998, p. 132) afirma: “passada uma década da instalação dos grupos escolares, a constatação da seletividade do ensino resultou em implicações para a concepção de novos edifícios”. A partir de 1905, começaram a surgir projetos de grupos escolares menos onerosos, com um só pavimento. As mudanças urbanas e econômicas das primeiras décadas do século XX, somadas ao crescimento demográfico, impuseram a necessidade de escolas mais funcionais, com arquitetura mais simples para elevar quantitativamente a oferta do ensino público no país. “Não há instrução popular sem escolas, nem escolas sem casas escolares”, já equacionava Rui Barbosa nos Pareceres sobre o ensino primário, em 1883. A Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública foram publicadas pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1947. No volume X, expressava o mesmo autor: “o que necessitamos não é possuir três ou quatro palácios suntuosos, mas relativamente inúteis... é de um sistema estabelecido, que consagre regularmente a cada escola o seu edifício, completo, ainda que modesto”. (BARBOSA, 1947a *apud* SOUZA, 1998, p. 122). Projetos menos onerosos começaram a surgir, prevalecendo edificações modestas com poucas diferenciações internas, além das salas de aula.

Em geral, no início da República, os primeiros grupos escolares, os mais majestosos, ocupavam a região central das cidades e atendiam a uma pequena parcela da população. Segundo Rosa Fátima de Souza, esses modelos escolares foram “Criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, e os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural; isso em uma época que cerca de 70% da população do Estado vivia no campo.” (SOUZA, 1998, p. 51). Nos grandes centros urbanos, os grupos escolares atendiam aos filhos dos trabalhadores mais especializados. Enquanto os grupos escolares eram considerados escola de melhor

qualidade, consolidava-se um sistema escolar excludente, que privilegiava determinados setores sociais e discriminava a clientela de menor poder aquisitivo.

1.3 Grupos escolares em Minas Gerais

Em 13 de novembro de 1905, o Partido Republicano Mineiro proclamou João Pinheiro como candidato à Presidência do estado de Minas Gerais. Entre outros aspectos do seu programa de governo, a educação primária e a formação do professor desse nível de ensino eram questões fundamentais. “A democracia, a defesa da educação do povo como um direito à igualdade, a defesa da propriedade, a defesa da separação entre Igreja e Estado e da liberdade religiosa são somente alguns aspectos presentes em seu posicionamento no campo político e partidário”. (SOUZA, 2006, p. 246). Esses ideais foram expressos particularmente no governo de João Pinheiro, de 1906 a 1908. Com vinte e dois dias de Presidência no Estado de Minas Gerais, o político começou a pôr em prática seus ideais republicanos. As reformas educacionais começaram através dos seguintes instrumentos legais: a Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, que visava à reforma do ensino primário, normal e superior do estado de Minas Gerais; o Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906, que regulamentava o programa de ensino primário; o Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906, que regulamentava a Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais; ainda em 3 de janeiro de 1907, um último Decreto, n. 1.969, que tratava do regimento interno dos grupos escolares. (ARAÚJO, 2006, p. 234). Em geral, a Reforma João Pinheiro abordava os métodos de ensino, a disciplina escolar, a fiscalização severa do serviço, a construção de prédios escolares e mobiliários apropriados por meio da proposta de instituição do sistema de grupos escolares no Estado.

Os primeiros grupos escolares do Estado foram criados em Belo Horizonte a partir de 1906, cidade projetada para dar visibilidade à “modernidade” republicana. A arquitetura escolar e a localização dos primeiros grupos escolares mostram claramente os privilégios da população da região central sobre a periferia. Segundo Luciano Mendes de Faria Filho,

(...) o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os “melhores prédios”, mas também aqueles mais centrais denotam, além da importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres. (FARIA FILHO, 2000a, p. 42).

Durante o processo de urbanização de Belo Horizonte²⁵, os profissionais e agentes da educação conseguiram identificar, projetar e construir uma escola urbana e moderna condizente ao projeto arquitetônico da cidade. Segundo Rogério Pereira de Arruda,

A proposta urbanística para a nova capital procurou viabilizar em termos racionais e, portanto, técnicos uma cidade que fosse diferente das formas urbanas que prevaleciam em Minas Gerais e em grande parte do Brasil. Tal como em La Plata a linearidade, a geometrização, a salubridade, a comodidade, a hierarquização dos espaços e a busca da beleza também foram aspectos vitais que informaram os projetistas. (ARRUDA, 2013, p. 82-83).

As grandes avenidas, praças e construções de palácios ocupados pelo poder público estadual refletiam a preocupação com a salubridade, com a harmonia e a beleza da cidade, em benefício do progresso. Verifica-se que os projetos dos primeiros prédios escolares materializavam os ideais políticos e culturais republicanos que se queria imprimir à capital mineira. Portanto, a nova capital mineira foi idealizada para promover a ruptura com o passado. “Belo Horizonte, capital do estado, cidade projetada e construída para dar visibilidade à ‘modernidade’ republicana, passou a ser privilegiada em termos de construção e/ou organização de grupos escolares”. (FARIA FILHO, 2000a, p. 46). Os prédios dos grupos escolares foram construídos de acordo com os mais modernos preceitos arquitetônicos, pedagógicos e de higiene defendidos para os prédios públicos da capital.

Os grupos escolares foram implantados segundo a concepção de progresso. A arquitetura europeia utilizada como modelo para a construção desses espaços procurava refletir, reproduzir e fixar os princípios republicanos de organização da sociedade. Em 1907, afirmava o secretário do Interior do governo João Pinheiro, Manoel Tomaz de Carvalho (*apud* FARIA FILHO, 2000, p. 33) afirmava: “O regime de Grupos escolares deve ser generalizado de modo que a escola isolada seja uma exceção condenada a desaparecer [...]”. O esforço era superar o atraso do Império representado pelas escolas isoladas. Portanto, para o regime republicano brasileiro e mineiro, caberia à educação um importante papel na configuração da nação brasileira. Pode-se observar uma enorme preocupação sobre o tipo de homem a ser formado pela escola, um indivíduo civilizado, moralizado e disciplinado. Esse indivíduo futuramente formaria a classe trabalhadora, inculcada de valores cívico-patrióticos.

Verifica-se que, em 1908, a instituição pública primária mineira já contava com 10.090 alunos distribuídos em 22 grupos escolares em funcionamento, de acordo com a mensagem de João Pinheiro enviada ao Congresso Mineiro:

²⁵ Sobre o planejamento e a construção da cidade-capital de Minas Gerais, ver: ARRUDA, 2013.

Instrução primária – neste importante ramo de serviço público, cujo desenvolvimento é essencial ao regime republicano, tem tido o governo máximo cuidado, mormente em relação à matrícula escolar que, com a atual reforma, chegou quase a duplicar, como já o mostrei com o cotejo dos respectivos algarismos. Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, em que se acham matriculados 10.090 alunos. Brevemente este número estará consideravelmente aumentado, achando-se, para tal fim em preparo, muitos prédios que sem muita demora, terão a necessária adaptação e provindos principalmente de doações de particulares e das municipalidades. A fiscalização técnica do ensino tem sido feita com toda regularidade. E apesar da duplicação da matrícula, da criação dos grupos e da remuneração dos inspetores, a despesa apenas se elevou a 25%. Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino. (BARBOSA, 1980, p. 382).

Ao comparar a mensagem acima citada e o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas, Decreto n. 1960, de 1906²⁶, percebe-se que o governador João Pinheiro tinha clareza de que não conseguiria atender a todas as crianças em idade escolar com a instituição de grupos escolares. Por isso, as escolas isoladas foram contempladas na reforma, pois o sonho de superação do atraso escolar que essas instituições representavam estava longe de ser alcançado. Verifica-se que ainda coube aos governos municipais ou iniciativas particulares a responsabilidade por propiciar a implantação do modelo de grupo escolar nas cidades do Estado.

A primeira instituição foi o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, que começou a funcionar em 1907, em prédio adaptado, localizado na avenida Liberdade e, posteriormente, denominada avenida João Pinheiro. Nesse mesmo ano, o presidente João Pinheiro da Silva criou no interior de Minas Gerais, na cidade de Diamantina, o primeiro Grupo Escolar de Diamantina.

Paralelamente à implantação dos grupos escolares públicos, também aconteceu o fortalecimento do ensino privado nos modelos de classes seriadas, confessional ou não, que estabelecia concorrência ou auxiliava a dimensão pública, através de parcerias para socorrer a crescente demanda pela escolarização no Estado de Minas Gerais. O governo de Minas, em 1906, não dispunha de elementos para atender 800.000 crianças em idade escolar. De acordo com o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas, de 16 de dezembro de 1906, João Pinheiro estimulou a iniciativa particular com prêmio em dinheiro para o professor que preparasse o aluno do curso primário de acordo com o programa oficial. O artigo 9º esclarece: “O ensino primário pode ser livremente ministrado no estado por

²⁶ MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Acervo Virtual da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

particulares e associações, ficando estes apenas sujeitos à fiscalização do governo no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística”²⁷. O presidente João Pinheiro estimulava a iniciativa privada para colaborar com o Estado na luta a favor da democratização do acesso à escola. Porém, seu projeto esbarrava nas mazelas do período imperial e nas tensões causadas pela imposição do novo papel social da educação escolar.

O governo de Minas Gerais, por meio dos relatórios dos inspetores de educação, tinha ciência de que o desafio educativo era enorme, que havia uma grande diferença entre o número de crianças matriculadas e aquelas que frequentavam regularmente a escola. Pode-se perceber que a implantação efetiva dos grupos escolares em Minas Gerais foi além da proposta do governo de João Pinheiro entre 1906-1908. Segundo José Carlos Souza Araújo,

As regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a oeste do estado de Minas, contavam com 21 municípios até 1923, e com 15 até a data da Reforma João Pinheiro: o decreto de criação de grupos escolares se deu em 17 municípios entre 1908 e 1926. De qualquer forma, são 19 anos trilhados para que sua criação se desse. Em Uberlândia (MG), a criação se deu em 20/07/1911, e a instalação em 01/07/1914. Mas há outros municípios da mesma região que têm seus grupos criados e instalados no mesmo ano, como é o caso de Uberaba, Prata, Araxá, Sacramento, entre outros. (ARAÚJO, 2006, p. 252-253).

Para o presidente João Pinheiro, capacitar os trabalhadores era o desafio do seu projeto modernizador, em que a educação era o eixo central. Essa proposta era bem-vinda a várias cidades mineiras além da capital. Os espaços urbanos de Minas Gerais enfrentavam desafios gerados pelo progresso, pelas desigualdades sociais e pelo crescimento urbano desordenado. Nesse contexto, a proposta educacional do Estado vinha de encontro aos anseios da cidade de Juiz de Fora, que se firmava como cidade de vocação industrial. Segundo Lola Yazbeck, os dois primeiros grupos escolares de Juiz de Fora foram instalados em 1907:

Em 4 de fevereiro de 1907, pelo decreto nº 1886, ocorreu a instalação do *primeiro grupo escolar*, sob a direção de José Rangel, cujo total de matrículas foi de 470 alunos. No mesmo ano, no dia 23 de março, foi inaugurado o *segundo grupo escolar*, com 396 alunos. O *segundo grupo* ficava sob a administração do mesmo diretor, do servente e do porteiro do *primeiro grupo escolar*. Ambos funcionavam no mesmo prédio, oferecido ao imperador Pedro II que, ao recusá-lo, aconselhou destiná-lo para o abrigo de doentes ou para uma escola. (YAZBECK, 2006, p. 266. Grifos da autora.).

Observa-se que Juiz de Fora apresentava um panorama diferente das cidades mineiras coloniais. Essa cidade liderava a região da Zona da Mata e tinha como característica

²⁷ MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 157.

o desenvolvimento industrial e a expansão do setor agrícola, principalmente o café. A justificativa da instalação imediata do grupo escolar podia ser encontrada em sua influência cultural e econômica na região. A cidade conseguia ser a pioneira na instalação do primeiro grupo escolar de Minas Gerais e estar à frente da Capital, mesmo que por um dia de diferença.

Apesar do idealismo para a implantação dos grupos escolares, observa-se que as escolas públicas e privadas foram deficientes e insuficientes para educar a população urbana, e muito menos a rural. Mesmo assim, havia um projeto republicano em efetivação em torno dos grupos escolares:

João Pinheiro foi responsável pela iniciativa e pela capacidade de dinamizá-la em Minas Gerais, apesar do exíguo tempo de seu governo. Seu horizonte liberal o faz assumir tal iniciativa, contando com a participação privada, mas apostando no progresso. À educação cabia também acioná-lo e irradiá-lo. Se estava em jogo uma política pública – a educação –, é necessário indagar, em perspectiva histórico-educacional, a respeito de sua capacidade de incluir. (ARAÚJO, 2006, p. 253).

O Presidente do Estado de Minas Gerais, comprometido com a educação, esbarrava em dados e obstáculos que dificultavam a concretização dos ideais liberais-republicanos. Entre eles, vale ressaltar que grande parte da população mineira era rural; a distância e a dispersão eram problemas básicos e comuns aos governos mineiros; a maioria das crianças em idade escolar se encontrava fora do sistema de ensino, e parte da população urbana ocupava as poucas instituições de qualidade que existiam. Mesmo diante desse cenário, os grupos escolares delimitavam uma alteração de sentido da cultura escolar.

1.4 Modernização e expansão do modelo educativo dos grupos escolares

Durante as primeiras décadas do século XX, a educação escolar e sua ampliação foram dadas como instrumentos fundamentais de inserção social pelo poder político e observava-se que o modelo excludente do grupo escolar instalado em grandes palácios não atendia às necessidades políticas. Na década de 1930, aconteceram então várias reformas educacionais²⁸, tanto em nível federal como estadual. Nesta época, o Brasil vivenciou fatos

²⁸ 1. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2. Decreto n. 19.851, da mesma data, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; 3. Decreto n. 19.852, também da mesma data, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; 4. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; 5. Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do País; 6. Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; 7. Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário. (MORAES, 1992, p. 295-296).

marcantes na sua história política e educacional. Os debates políticos ocorridos nesse período tinham como foco principal a modernização do Brasil, para depois chegar a uma reforma social e, conseqüentemente, a uma reforma educacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, se constituiu como uma das primeiras medidas do Governo Provisório de Getúlio Vargas e que permitiu ao Estado Nacional e capitalista em formação uma atuação mais objetiva em relação aos problemas educacionais do país. (MORAES, 1992, p. 292). Francisco Campos, nomeado ministro dessa nova pasta, efetivou uma série de reformas e especialmente reorganizou o ensino superior e secundário. Essas reformas não contemplaram as questões do ensino primário. Mas dava-se um passo importante na regulamentação da educação brasileira em âmbito nacional. Segundo Norberto Dallabrida:

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Para o mineiro Francisco Campos, os estudantes secundaristas deveriam ser autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. As reformas empreendidas por ele, à frente do Ministério da Educação e Saúde, se aplicavam para vários níveis de ensino e objetivavam alcançar o país como um todo. Com o aumento do número de anos do ensino secundário, a presença obrigatória dos alunos no mínimo em três quartos das aulas e o sistema regular de avaliação, Francisco Campos promoveu uma nova estrutura nesse nível de escolarização e procurou modernizar o ensino secundário brasileiro, transformando também a arquitetura dos prédios escolares de acordo com os princípios estéticos de racionalidade e de funcionalidade arquitetônica. Por outro lado, naquele momento, os educadores traduziam os ideais liberais na defesa de “uma escola pública para todos”. Em 1932, como uma espécie de coroamento de um processo de manifestações e reivindicações sobre a reconstrução educacional, foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. O Manifesto foi um documento que se baseava nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação, unicidade da escola, e partia do pressuposto de que a educação seria uma função essencialmente pública. De acordo com Dermeval Saviani, o Manifesto “expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país”. (SAVIANI, 2004, p. 34). O documento

provocou o rompimento com o grupo católico, além de influenciar a política educacional em todo o país, sendo que as suas diretrizes e posições fizeram-se sentir nos debates da Constituinte de 1933-1934.

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira carta magna a fixar como competência privativa da União “as diretrizes da educação nacional”.

A Constituição ainda tornou obrigatório o concurso público para o provimento de cargos no magistério, determinou como incumbência do Estado a fiscalização e regulamentação das instituições de ensino público e particular, determinou dotações orçamentárias para o ensino nas zonas rurais e, finalmente, fixou que a União deveria reservar no mínimo 10% do orçamento anual para a Educação e, os Estados, 20% (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001, p. 45).

O governo Vargas dependia do apoio dos católicos e dos liberais. Apesar de tentar se mostrar neutro, acabou cedendo à força dos católicos e inseriu a obrigatoriedade do ensino religioso na escola pública. Além disso, os estabelecimentos de ensino particular e a família foram reconhecidos em seu papel educativo. O ministro Francisco Campos foi substituído por Gustavo Capanema em 1934, que deu sequência ao processo de reforma educacional. Em 1937, a nova Constituição foi promulgada e se diferenciava da de 1934 pelo fato de ter sido definida pelo sistema de organização política “varguista”. Segundo João Cardoso Palma Filho, nesta Constituição um capítulo para a educação e a cultura é mantido (artigos 128 a 134); entretanto, a obrigação do Estado com a educação se torna modesta. Segundo esse autor, o artigo 128 afirma ser “dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”. (PALMA FILHO, 2005, p. 70). A obrigação do poder público passa a ser somente com aqueles que demonstrarem insuficiência de recursos para se manter numa escola particular. Desaparece a exigência de um plano nacional de educação, e o que era dever do Estado na Constituição de 1934 passa a uma ação meramente supletiva na Constituição de 1937.

Na década de 1940, em pleno Estado Novo, os debates políticos e pedagógicos continuavam circulando pela sociedade civil. A partir de 1942, foram criadas as “leis orgânicas do ensino”, que abrangiam todos os níveis de ensino. No caso especificamente do ensino primário, este foi desdobrado em primário fundamental e ensino primário supletivo. Pode-se perceber que, enquanto Francisco Campos se concentrou no ensino superior, secundário e comercial, Gustavo Capanema começou suas reformas pelo ensino industrial, secundário, comercial, normal, primário e agrícola. Nesse período, observa-se um crescente

desenvolvimento industrial e de urbanização no país. Com a crescente demanda de uma mão de obra técnica, o governo resolve atender um dos pontos da Carta Magna de 1937, com a instituição do ensino profissionalizante para as classes populares. Como se vê, a regulamentação do ensino ia sendo elaborada conforme as prioridades definidas pelos grupos que estavam no controle político do país.

As mudanças urbanas e econômicas; os enfrentamentos de crises nacionais e internacionais das primeiras décadas do século XX; o crescimento demográfico e o baixo número de alunos matriculados até este momento impuseram ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a ampliação de vagas nas escolas públicas. Por outro lado, o surgimento do modelo urbano-industrial exigiu a formação de recursos humanos adequados ao modelo econômico emergente. Nesse contexto, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma ampla parcela da população que almejava um lugar nesse processo, quanto para os políticos que tinham no populismo o recurso de poder. Havia a necessidade de escolas mais funcionais, com arquitetura mais simples, para elevar quantitativamente a oferta do ensino público no país, que buscava, então, imprimir racionalização à educação escolar. Isto abarcava várias dimensões: os sujeitos (professor e aluno), o tempo, a organização espacial e ainda a facilitação da função do inspetor escolar. Partia-se então para uma política de ampliação de vagas e estruturação do ensino em forma de escola graduada, mas com estruturas físicas mais simplificadas. Nesse período, os edifícios escolares foram implantados com uma arquitetura diferenciada daquele anterior, que expressava o ideário modernizador, mas também contribuía para a racionalização dos espaços.

A partir da década de 30, principalmente no período compreendido entre 1934 e 1937, os conceitos da arquitetura escolar foram revistos e ocorreu a introdução de conceitos modernos para tais construções. Segundo Ana Paula Pupo Correia, “a arquitetura moderna brasileira deu-se quando Getúlio Vargas estava no poder”. (CORREIA, 2005, p. 225). O ministro Gustavo Capanema resolveu contratar uma equipe de arquitetos, chefiada por Lúcio Costa²⁹, para projetar um novo edifício destinado ao Ministério da Educação e Saúde no Rio

²⁹ Nascido na França em 1902, Costa formou-se em Arquitetura na Escola de Belas Artes e deixou sua marca tanto no aspecto teórico quanto no prático. Segundo ele próprio, praticou uma arquitetura desconectada das grandes novidades mundiais até ser influenciado pelas ideias de Le Corbusier. Em 1929, assumiu a direção da Escola de Belas Artes e começou intensa atividade teórica e acadêmica. Reformulou o curso de Arquitetura e foi professor de Oscar Niemeyer. Disponível em: <<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/lucio-costa/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

de Janeiro. Então, Lúcio Costa convidou Le Corbusier³⁰, famoso arquiteto francês, para dar um parecer sobre o projeto dos arquitetos brasileiros. Nesse momento, várias conferências sobre a arquitetura moderna foram realizadas pelo “notável” arquiteto. Esse fato marcou o surgimento de uma nova tendência na arquitetura brasileira, o que influenciou também a arquitetura escolar. Para Fabiana Valeck de Oliveira,

A modernidade dos projetos para os prédios escolares realizados nesse período revela que, mais do que a aplicação de princípios estéticos, de racionalidade e de funcionalidade arquitetônica, esses prédios são síntese de um processo de modernização dos princípios pedagógicos no Brasil, levada a cabo por educadores em diferentes regiões do país, em conjunto com arquitetos, médicos e higienistas. (OLIVEIRA, 2007, p. 15).

Em nenhum período histórico a escola brasileira mostrava-se tão claramente como expressão de um regime político quanto no período do governo de Getúlio Vargas. Com a implantação dos novos grupos escolares, os espaços, usos e funções incutiam “na sociedade” o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica, construída às Luzes da República. Segundo Rosa Fátima de Souza, “a historiografia sobre os grupos escolares mostra que, embora implantado durante a Primeira República, sua difusão efetiva ocorreu a partir dos anos de 1930”. (SOUZA, 2006, p. 44). Essa década tinha características peculiares, não só do ponto de vista político, mas também por gerar uma expectativa de transformação, através da construção do discurso do progresso da cidade, no sentido de preparar o país para um crescimento futuro. Entre as mudanças significativas na educação introduzidas ao longo dos anos 1930, destacam-se a preocupação com a higiene pública e a ampliação do número de alunos na escola, bem como sua formação moral e cívica. A escolarização tinha um para quê - ou seja, uma finalidade social que a constituía demandante.

Acreditava-se que a difusão de escolas e a ampliação de vagas constituiriam o caminho mais curto para o Brasil atingir a marcha das grandes nações do mundo. A crença na remodelação profunda da escola, como o melhor caminho para se sustentar a formação de um novo homem e de uma nova sociedade, influenciou as Reformas do Ensino empreendidas nos estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal. Por outro lado, o

³⁰ Charles-Édouard Jeanneret-Gris, conhecido por Le Corbusier, foi um urbanista e pintor francês de origem suíça, considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX, que influenciou, posteriormente, os trabalhos de Lúcio Costa. Esteve no Brasil pela primeira vez, em 1929, para participar de conferências sobre Urbanismo. Em sua primeira visita elaborou o plano urbanístico para o Rio de Janeiro. Em 1936, retornou ao Brasil e traçou o esboço original do Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not14.asp>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

“otimismo pedagógico” foi configurado por um dos movimentos educacionais mais importantes do início do século XX, importado da Europa e dos Estados Unidos: a Escola Nova.

O movimento da Escola Nova no Brasil ganhou espaço a partir da Organização da Associação Brasileira de Educadores (ABE), em 1924. Várias reformas educacionais foram instituídas no decorrer da década de 1920. Dentre estas, vale ressaltar, em Minas Gerais, a Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927/1928 e a criação da Universidade de Minas Gerais, idealizada pelo Secretário do Interior, Francisco Campos, durante o governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930).

Como uma espécie de coroamento de um processo que vinha se desenvolvendo, em todo país, em 1932 foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Esse manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. De acordo com Dermeval Saviani, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova “é um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país” (SAVIANI, 2004, p. 35). As posições e diretrizes firmadas pelo manifesto influenciaram o texto da Constituição de 1934, que estabeleceu as diretrizes da educação nacional. Com a organização do Estado Novo, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais foram deixadas um pouco de lado. Entretanto, por volta de 1942, Gustavo Capanema, ministro da Educação do Governo Vargas, propôs modificações nos diversos níveis de ensino: primário, secundário e superior. Essas reformas receberam a denominação de Leis Orgânicas do Ensino.

O Ensino Primário foi desdobrado em duas categorias: o ensino primário fundamental e o ensino supletivo. O ensino primário fundamental subdividia-se em primário elementar, com a duração de quatro anos, e primário complementar, com a duração de um ano. Ambos destinavam-se a crianças de 7 a 12 anos. O ensino supletivo, com duração de dois anos, destinava-se a adolescentes e adultos que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola na idade adequada. Pode-se afirmar, com isso, que a organização do segundo teve o propósito de diminuir a taxa de analfabetismo. De acordo com os Censos Demográficos, a população de adolescentes e adultos analfabetos alcançava 59% (13,2 milhões) em 1940; 53% (15,2 milhões) em 1950; 39% (18,8 milhões) em 1960; 33% (17,9 milhões) em 1970. (CHAGAS, 1978, p. 75 *apud* PALMA FILHO, 2005, p. 74). Além da implantação dessa nova Lei, ocorreu, em 1946, o surgimento da nova Constituição Brasileira. O direito à educação se tornou, então, universal e, no caso do ensino primário, ficaram estabelecidas a obrigatoriedade

e a gratuidade desse nível de ensino. É importante destacar que a Constituição previa recursos mínimos destinados à educação e propunha uma descentralização pedagógica e administrativa do sistema educacional até então vigente no país. Apesar da mudança na composição do aluno que adentrava o ensino público nas décadas de 1940 e 1950, a legislação permanecia conservadora e elitista. Apesar dos avanços, ela não soube traduzir os princípios democráticos presentes, tanto nos textos constitucionais de 1934 e 1946, quanto nos discursos e propostas em busca do ensino primário obrigatório e gratuito para todos.

Em outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e terminou oficialmente o Estado Novo. Novos rumos políticos foram repensados a partir do debate educacional e do entrelaçamento de modernização e desenvolvimento nacional, que passou a se constituir como um dos eixos para a compreensão da dinâmica cultural nos anos após a Segunda Guerra Mundial. Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1946, ficou definida como privativa da União a competência para “fixar as diretrizes e bases da educação nacional”. Para cumprir esse dispositivo constitucional, Clemente Mariani (Ministro da Educação e Saúde - 1946 a 1950) encaminhou ao Presidente da República um projeto elaborado por educadores de diferentes tendências, depois encaminhado ao Congresso e aprovado como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³¹, promulgada em 20 de dezembro de 1961.

Na década de 1950, a migração da população em busca de oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento econômico e industrial colocava em cena novos atores e alterava a natureza e o volume da demanda por escola. Contudo, convém lembrar que tais mudanças aconteciam praticamente em todo o mundo ocidental, transformando as estruturas de produção às necessidades de consumo, os valores e o modo de vida das pessoas. Diferentes entendimentos sobre o papel da indústria e da escola no processo de aceleração do desenvolvimento brasileiro contribuíram para que a escolarização da população se tornasse o mote da mudança social e consolidação do Estado Moderno.

³¹ A Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as diretrizes e bases da Educação Nacional. O capítulo II refere-se ao Ensino Primário. Vale ressaltar que esse capítulo é composto dos artigos 25 ao 32:

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade, poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondente ao seu nível de desenvolvimento.

Art. 28. A administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e territórios promoverá:

- a) Levantamento anual de registro das crianças em idade escolar;
- b) O incentivo e a fiscalização da frequência às aulas.

Com relação aos outros artigos, ver: BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Por todas as reflexões tecidas até aqui, é possível compreender as influências dessas reformas na educação mineira. Não é errôneo afirmar, no período de 1940 e 1950, que a educação mineira sofria as influências das Leis Federais e que as reformas estaduais na educação pública se faziam necessárias, diante do novo contexto político, social e econômico mineiro. Ao assumir o governo do estado de Minas Gerais em 1951, Juscelino Kubitschek encontrou, em relação ao ensino primário, vários *déficits*: instalações inadequadas, uma grande parte da população em idade escolar (7 a 11 anos) fora da escola, muita repetência e evasão.

2 CRIAÇÃO E ARQUITETURA DO GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKE

A história das instituições escolares pode ser uma abordagem que fomenta no campo da História da Educação uma renovação metodológica e teórica ao instigar trabalhos que abordam “casos” singulares e focalizam os micromovimentos e propostas dos estabelecimentos de ensino em diálogo com as políticas educacionais e macroprojetos de renovação pedagógica. Segundo Décio Gatti Júnior, a história das instituições educativas tem tomado fôlego no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, inserindo-se em um processo de renovação no campo da História da Educação e constituindo-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 19). Alguns elementos conferem identidade à instituição educacional: o momento de criação, o projeto arquitetônico, o corpo docente, os demais funcionários, os alunos, os projetos e propostas pedagógicas, dentre outros. Considera-se que não seja possível investigar o que se passa no interior da escola sem compreender o sentido único da instituição no cenário social.

Esther Buffa propõe categorias que permitem traçar um retrato da escola:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (BUFFA, 2002, p. 27).

As fontes indicadas pela autora para investigações acerca de instituições escolares são variadas: jornais da época, legislação, literatura pertinente, entrevistas, fotografias e documentação da instituição escolar. Para escrever este capítulo, optou-se inicialmente por compreender o percurso da história das escolas diamantinenses mais expressivas. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa documental nos acervos das próprias instituições escolares aqui contempladas. Esta discussão perpassa também alguns autores que debatem a história local e apontam para articulações com a história do ensino confessional, público e privado em Diamantina através de artigos, dissertações e teses publicados. Entre eles, destacam-se Ana Cristina Pereira Lage (2015); Antônio Carlos Fernandes (2005); Dayse Lucide Souza Santos (2015); Flávio César Freitas Vieira (2013); Júnia Maria Lopes Martins e Marcos Lobato Martins (1993); James William Goodwin Júnior (2015) e Leonardo dos Santos Neves (2015).

Ainda é importante salientar que Ana Cristina P. Lage, Flávio César F. Vieira e Leonardo dos Santos Neves fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-Históricas em Educação dos Vales - CNPq, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.³²

Também se torna preocupação deste capítulo destacar a criação, a construção e o momento de instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, expondo assim o cenário educacional, político e social de Diamantina na década de 50. Neste momento, optou-se pela pesquisa documental das edições do jornal **A Estrela Polar**, no período de 1951 a 1954, exemplares que se encontram no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD).

É necessário ressaltar que a instituição aqui analisada é de caráter público e, recebeu o nome da mãe do governador de Minas Gerais na época de sua fundação, quando Dona Júlia Kubitschek ainda era viva. Neste momento, é preciso salientar uma questão conceitual sobre o que é público e privado. Segundo Ester Buffa, “em 1950-1960, parece que não havia dificuldade de entendimento do que fosse público e privado. Público era o ensino mantido com recursos governamentais e privado era o ensino mantido por particulares - Igrejas, ordens religiosas ou proprietários leigos” (BUFFA, 2005, p. 51). Mais tarde, as transformações ocorridas na sociedade e na escola exigiram uma melhor explicação desses conceitos: o público ficaria caracterizado como tudo o que fosse destinado ao conjunto da população; estatal, o que seria mantido pelo estado; o privado, regido pela lógica do lucro. No caso do objeto desta dissertação, o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, observa-se que este era considerado como instituição pública, construída e mantida pelos recursos do governo mineiro, mesmo que o governante utilizasse este espaço para homenagear a sua mãe, em interesse privado.

Considera-se que a imprensa é um rico espaço de comunicação, e o jornal, como uma parcela dessa imprensa, traz um discurso carregado de intenções que se constituem “verdades” ao incorporar ideias (de um determinado grupo social) e promover práticas que modelam e disciplinam seu público leitor. Para Dayse Lucide Silva Santos, “o dever da imprensa na ótica do bispado de Diamantina estava circunscrito à disseminação dos valores cristãos católicos, ao combate às ideologias anticatólicas e ao processo de educação das massas populares.” (SANTOS, 2015, p. 174). O jornal **A Estrela Polar**, uma publicação da arquidiocese diamantinense, apresentava um caráter nacionalista e regional, interessava-se

³² Integram esse grupo, professores, pesquisadores e alunos de mestrado e graduação que desenvolvem projetos de pesquisa sócio-histórica acerca da educação brasileira nos períodos colonial, imperial e republicano. O grupo é coordenado pela Dra. Ana Cristina Pereira Lage, reúne-se periodicamente na UFVJM e tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas acerca da História da Educação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

pelos problemas da administração pública e era favorável à modernização da cidade. Neste ponto, é necessário salientar essa ambiguidade de valorização de uma instituição pública e as ações do governador em um jornal de cunho privado.

A partir da análise das fontes, é possível detectar que a história do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, embora singular para o município de Diamantina e para o estado de Minas Gerais, fornece importante compreensão das relações com outras instituições locais e oferece conhecimentos acerca das relações sociais mais amplas, dos sistemas educativos, dos impactos das políticas educativas no âmbito institucional.

2.1 Instituições escolares em Diamantina (1907-1950)

Em 1907, foi criado pelo presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, o primeiro grupo escolar de Diamantina (Decreto n. 2.091, de 20 de setembro de 1907). Em entrevista, João Pinheiro relatou que acompanhava sempre que podia o processo de criação dos grupos escolares:

Fui à inauguração do Grupo Escolar em Diamantina. Dona Júlia Kubitschek era uma das professoras de uma das escolas isoladas. Os professores tinham exaustivo trabalho, em redobrado esforço, pois ensinavam alunos de quatro classes ao mesmo tempo. Nunca aceitei esse procedimento. Agora, cada professora cuidava de apenas uma classe. Fomos pessoalmente à inauguração do Grupo Escolar de Diamantina. Juscelino Kubitschek tinha na época 4 anos de idade e acompanhava a sua mãe, à nossa chegada à cidade. (SILVA *apud* ALVARENGA, 2012, p. 2).

A presença do presidente do Estado em inaugurações ou momentos de criação dos grupos escolares no interior de Minas demonstra que, através das reformas propostas, João Pinheiro pretendia expandir, generalizar e consolidar as ideias republicanas, uma vez que o Estado se propunha a fazer de cada criança em idade escolar um cidadão digno de uma “Pátria Livre”.

Figura 3 - Moradores recepcionam o Presidente João Pinheiro, [S.n.], 1907



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

O primeiro grupo escolar de Diamantina iniciou seus trabalhos em um prédio adaptado, situado à praça Conselheiro Matta, n. 11, onde funcionou a Escola Normal Oficial até 1906 e atualmente sedia a Câmara Municipal de Diamantina. De arquitetura colonial, esse edifício público encontra-se na região central de Diamantina, em frente à atual Igreja Matriz.

Verifica-se que a sua instalação seguiu o modelo do primeiro grupo da Capital, ou seja, inicialmente instituiu-se em uma edificação adaptada para o seu funcionamento. “Em 1926, o Grupo Escolar passou a ter uma nova denominação: Grupo Escolar Matta Machado (GEMM). Em 1935, essa instituição mudou de endereço para o mesmo terreno onde funcionava a então denominada Escola Normal Oficial de Diamantina.” (SOARES; VIEIRA, 2013, p. 7). A figura seguinte refere-se ao prédio ocupado pelo Grupo Escolar Matta Machado, entre 1930 e 1970.

Figura 4: Escola Normal de Diamantina, MG (12/07/1940)



Fonte: Foto de Assis Horta. Arquivo Público Mineiro.

Ao observar a arquitetura do edifício, percebe-se a beleza do prédio, a importância dada aos aspectos higienistas, como as largas janelas para a circulação do ar puro e a luz abundante, além da adequada localização, requisitos indispensáveis para a arquitetura escolar republicana. Entre as anotações referentes à Figura 4, observa-se uma: “Escola Normal, Grupo Escolar e Centro de Saúde”. O grupo escolar a que os dizeres da figura se referem é o Matta Machado, que funcionou neste espaço até dezembro de 1972. A foto data de 1940, quando era mantido em funcionamento neste prédio apenas o Grupo Escolar Matta Machado.

Entre centenas de alunos que frequentaram o ensino primário no primeiro grupo de Diamantina, de 1910 a 1913, esteve o futuro presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. No acervo da Escola Estadual Matta Machado, encontra-se um livro com os termos de exames e promoções de 1907 a 1932, onde é possível encontrar as notas do referido aluno. Segundo Fernanda Cristina Campos da Rocha, nesse período os exames caracterizavam-se como de suficiência e finais. No primeiro caso, os exames seriam destinados aos alunos do 1º ao 3º ano, e os exames finais, aos alunos do último ano do curso. A classificação dos exames era distribuída entre os seguintes graus: distinção, plenamente ou simplesmente. Havia certificados de aprovação que eram conferidos aos alunos. (ROCHA, 2008, p. 83). O quadro a seguir evidencia que os alunos do Grupo Escolar de Diamantina tinham seu desempenho escolar classificado de acordo com a média geral dos exames.

Quadro 1 - Resultado final do aluno Juscelino Kubitschek de Oliveira

Ano	Número de Ordem da matrícula	Média	Ano que cursava	Ano para o qual vai promovido	Legislação
1910	-	Aprovado plenamente	1º ano	2º ano	Art. 50, § 2º ao 5º, Dec. n. 1.969
1911	223	8	2º ano	3º ano	Artigos 242 a 243
1912	126	10	3º ano	4º ano	Artigos 242 a 243
1913	-	Aprovado com distinção	4º ano	5º ano	Art. 50, § 2º ao 5º, Dec. n. 1.969

Fonte: **Livro de Visitas Officiaes, actas e termos de exames e promoções**. 1910 a 1913. Acervo do Grupo Escolar de Diamantina (p. 19; 24-verso; 32; 38-verso).

Em 1910, observa-se que Juscelino Kubitschek estava matriculado na segunda turma do 1º ano e foi aprovado plenamente, conforme registro no **Livro de Visitas Officiaes**,

actas e termos de exames e promoções.³³ Nas atas dos exames estão especificadas as comissões examinadoras e a legislação que regulamenta a aprovação dos alunos. Em 1911 e 1912, os registros das promoções sofreram modificações conforme especificado em ata: “Tendo-se verificado que as referidas promoções obedeceram às disposições do art. 242, § único, combinadas com a exigência do art. 244, ordenou o inspetor escolar se fizesse uma só lista geral de todos os alunos promovidos com as especificações do art. 245”³⁴. Nesse momento, os alunos tinham uma média anual para as suas respectivas aprovações. Em 1913, com uma nova mudança nas avaliações, Juscelino Kubitschek foi aprovado com distinção, conforme registro no mesmo documento.

Dona Júlia Kubitschek, mãe de Juscelino, foi professora do ensino primário em Diamantina por muitos anos. Desenvolveu o seu trabalho nas escolas isoladas no subúrbio da Palha até a criação do primeiro grupo escolar de Diamantina, para onde foi transferida. Trabalhou como docente nessa instituição entre 1907 e 1926. Assumiu também a função de diretora do Grupo Escolar Matta Machado no período de 1926 a 1929. Na documentação consultada, o último ato assinado pela diretora Júlia Kubitschek é uma portaria de nomeação do dia 1º de abril de 1929. Após essa data, as portarias de nomeações são assinadas pela diretora substituta, Francisca de Araújo Tameirão³⁵. No arquivo da escola, encontra-se ainda o registro da folha de pagamento dos professores desde novembro de 1907 até fevereiro de 1925. Na folha 2, encontra-se o primeiro pagamento da professora Júlia Kubitschek nesta instituição: “Recebi do Director do Grupo Escolar a quantia supra de 148\$500 (Cento e quarenta e oito mil e quinhentos reis) proveniente do meu ordenado durante o mês de novembro. Júlia Kubitschek”³⁶. O último registro com a assinatura da professora Júlia Kubitschek está na página 44 desse mesmo livro e se refere ao pagamento do mês de fevereiro de 1925, cujo valor era de 252\$500 (duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos réis). A página 45 do livro está em branco, e a página seguinte já se refere ao mês de julho de

³³ Os alunos eram aprovados com distinção, plenamente ou simplesmente. Se os alunos alcançassem nota igual ou superior a cinco, seriam considerados aprovados. Alcançando nota 5, eram aprovados simplesmente; se obtivessem nota de 6 a 9, eram aprovados plenamente; nota 10, aprovados com distinção. Os alunos que não alcançassem média 5 nos exames de final de ano seriam considerados não preparados, e repetiriam o ano. Havia um caráter extremamente formal ao qual eram submetidos os alunos nos dias em que ocorriam os exames. (ROCHA, 2016, p. 39). A aprovação de Juscelino referente ao primeiro ano se encontra no **Livro de Visitas oficiais, actas e termos de exames e promoções**, 1910, p. 19.

³⁴ GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA. Acervo Escola Estadual Matta Machado. **Livro de Visitas oficiais, actas e termos de exames e promoções** (1907-1932), 1911, p. 23.

³⁵ GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA. Acervo da Escola Estadual Matta Machado. **Livro de Portaria de Nomeação e Termo de Posse (1929-1963)**. Diamantina, Minas Gerais.

³⁶ GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA. Acervo da Escola Estadual Matta Machado. **Livro de Folha de Pagamento (1907-1925)**. Diamantina, Minas Gerais.

1937. No primeiro grupo escolar de Diamantina, Dona Júlia trabalhou 22 anos. Em 1971, aos 98 anos de idade, faleceu em Belo Horizonte.

Entende-se que a cidade de Diamantina era uma referência para as pessoas que tinham interesse pela escolarização desde o século XIX, tanto por meio da procura da Escola Normal³⁷, instituição pública que funcionou entre 1879 e 1906, ou do Colégio Nossa Senhora das Dores³⁸, instituição privada fundada em 1866 pelas Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Os filhos “das pessoas abastadas” da região estudavam nessas instituições ou no Seminário do Sagrado Coração de Jesus.³⁹

No espaço de cem anos (1867-1969), as meninas da região frequentaram o Colégio Nossa Senhora das Dores, que funcionava na antiga Casa da Glória⁴⁰. Após o fechamento da antiga Escola Normal financiada pelo Estado (1879-1906), a preparação de futuras normalistas ficou sob a responsabilidade do Colégio Nossa Senhora das Dores, colocando distante das famílias pouco abastadas a possibilidade do diploma de normalistas para suas filhas. Este Colégio passou a oferecer o Ensino Normal a partir de 1907 e era administrado pelas irmãs da Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula.

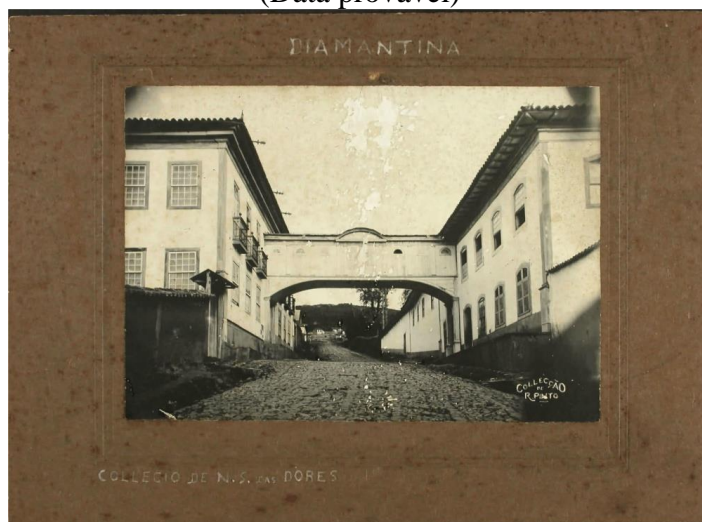
³⁷ A respeito do estudo sobre a Escola Normal de Diamantina, ver: LAGE, 2015.

³⁸ A respeito do estudo sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores e a educação feminina, ver: MARTINS; MARTINS, 1993.

³⁹ O Seminário Arquidiocesano de Diamantina (Seminário do Sagrado Coração de Jesus) foi fundado em 1864, três anos antes da chegada à cidade dos primeiros padres lazaristas em 1867. Os padres desta Ordem trabalharam na instituição no período entre 1867 e 1964. O Seminário foi criado pelo primeiro Bispo, D. João Antônio dos Santos, e continua em funcionamento até os dias atuais. (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

⁴⁰ Supõe-se que a Casa foi construída entre 1775 e 1800. Não se sabe ao certo o responsável pela obra, mas acredita-se que tenha sido Manuel Viana, marido de dona Josefa Maria da Glória, que residiu na casa até 1813, daí provindo a denominação “Casa da Glória”. No início do século XIX a Casa passou às mãos do Estado, servindo de residência para os intendentess. Ela recebeu visitas de grandes estudiosos, como Auguste de Saint-Hilaire, John Mawe, Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, J. B. Von Spix, Von Martius e muitos outros. Em 1864, passou aos domínios da Igreja e foi transformada em sede do Segundo Bispado de Minas Gerais, tornando-se residência oficial dos bispos de Diamantina. Por volta de 1867, com a finalidade de abrigar religiosas da Ordem de São Vicente de Paulo, ocorreram algumas transformações na Casa, que passou a ser conhecida como Orfanato, e posteriormente como Educandário Feminino de Nossa Senhora das Dores. IGC - Instituto Geociências – UFMG. Rua da Glória, Centro Histórico de Diamantina, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br>>. Acesso em: 16 maio 2016.

Figura 5 - Vista externa do Colégio Nossa Senhora das Dores em Diamantina, MG. 1900-1910 (Data provável)



Fonte: Foto de Raimundo Alves Pinto. Arquivo Público Mineiro.

O Colégio Nossa Senhora das Dores “foi um dos mais importantes educandários mineiros na virada do século e, sem dúvida alguma, o mais importante de toda a porção norte-nordeste do estado de Minas e do sul da Bahia”. (SOUZA, 2009, p. 8). Para este educandário se dirigiam as filhas de “gente abastada” da região que tinha interesse pela escolarização. No século XX, com aulas dirigidas aos níveis primário e secundário, ofertava também aulas de língua francesa, costura, bordado, entre outros, e preparava suas alunas para serem boas mães de família e eficientes donas de casa. O público do Colégio Nossa Senhora das Dores era dividido em quatro modalidades: as internas, as externas, as semi-internas e as órfãs. Estas eram preparadas para exercer futuras atividades de trabalhos manuais.

Consciente da dificuldade de as famílias menos abastadas poderem propiciar estudos para suas filhas no Colégio Nossa Senhora das Dores, o professor Leopoldo Luiz de Miranda teve a iniciativa de criar, em 12 de outubro de 1913, a Escola Normal Américo Lopes. Em 1928, essa instituição passou a ser denominada Escola Normal Oficial de Diamantina, por ato do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, por meio do Decreto n. 8.820, de 12 de outubro de 1928. (SOARES; VIEIRA, 2013, p. 3). Estima-se que a fotografia reproduzida na Figura 5 seja de 1913 ou 1914, quando essa instituição escolar iniciou suas atividades.

Figura 6 - Alunos e professores da Escola Normal Regional Américo Lopes, Diamantina, MG, [S.d.]



Fonte: Acervo Chichico Alkmim. *Apud* SOARES; VIEIRA, 2013, p. 3.

Segundo Layane Campos Soares e Flávio César Freitas Vieira,

A Escola Normal Oficial de Diamantina contribuiu para consolidar a cidade por centro de formação de normalistas para a própria cidade e região. A partir de 14 de maio de 1934, a mesma foi elevada ao 2º grau no Decreto n. 11.334, ampliando sua atuação na escolarização (SOARES; VIEIRA, 2013, p. 4).

De acordo com esses autores, a procura pelo diploma de normalista, nesse período, foi predominantemente por mulheres. A feminização do magistério no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional expandia-se quantitativamente, aliado ao discurso de progresso do país. As características supostamente femininas necessárias à docência nas primeiras letras, como paciência, minuciosidade, afetividade e doação, se articularam à tradição religiosa da atividade docente, reforçando a ideia de que a docência deveria ser percebida mais como sacerdócio e vocação.

O mesmo decreto de 1928 que estadualizou a Escola Normal, à época administrada pelo professor Leopoldo Miranda, também criou o segundo grupo escolar em Diamantina com a denominação Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. No acervo desta instituição encontram-se o Regimento Escolar e um histórico com as seguintes informações:

A atualmente conhecida Escola Estadual Joaquim Felício dos Santos foi criada em outubro de 1928, com a denominação de Grupo Escolar “Joaquim Felício dos Santos”. Sua primeira instalação, em caráter provisório, ocorreu no prédio onde funciona hoje a Escola Estadual Prof. Leopoldo de Miranda. Estavam presentes no ato da inauguração o Inspetor Municipal Dr. Edson Lago Pinheiro, a primeira diretora Sr.^a Maria da Conceição Perpétuo e outras professoras designadas para o Estabelecimento. Em junho de 1948, em ato solenemente de inauguração, a escola

transferiu-se para sua sede própria, onde, até os dias atuais, tem seu funcionamento. (REGIMENTO ESCOLAR, Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos, 2014, p. 3-4).

Ao investigar o acervo da instituição, pode-se perceber a existência de poucos documentos do período de sua fundação, sendo que a maioria deles não foram devidamente guardados. Entre a documentação, encontra-se um livro do Regimento Escolar, com Identificação/Histórico e a certidão de registro da compra do imóvel da nova sede e o terreno, pelo Estado, em 8 de julho de 1955. Verificam-se ainda na secretaria da escola três fotos (Figuras 7, 8 e 9) que mostram as transformações ocorridas no prédio escolar até os dias atuais.

Figuras 7 e 8 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Rua Dona Nazaré. Diamantina, MG, [S.n.t].



Fonte: Acervo Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos.

Ao analisar a Figura 7, nota-se que a entrada do Grupo era pela Rua Dona Nazaré. A Figura 8 se refere ao antigo pátio do Grupo antes da reforma. Em 1967, esse prédio foi reformado e o novo pátio tem sua estrutura e posição alteradas em relação ao prédio antigo, como mostra a Figura 9.

Figura 9 - Pátio atual do Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Diamantina, MG, [S.n.t.]



Fonte: Acervo Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos.

Embora sem data e sem autoria das imagens, é interessante notar que o prédio atual, reconstruído pelo convênio CESE-CARPE, em 1967, teve alteradas a entrada do prédio em relação à Rua Dona Nazaré e também a sua fachada. A posição da escola passou a ter mais luminosidade e acesso ao portão de entrada por duas ruas. A ampliação do espaço público é percebida no pátio de recreação e em outros ambientes, como a biblioteca, o gabinete dentário e secretaria.

A arquitetura atual corresponde à opção governamental por uma padronização dos edifícios escolares a partir de 1958, que ficou conhecida como padrão CARPE. A Comissão de Construção, Ampliação, Reparo e Conservação dos Prédios Escolares do Estado (CARPE), segundo o artigo 3º, tinha como funções básicas:

Manter índices mínimos de segurança, higiene e eficiência em todos os edifícios escolares; cadastrar todos os prédios da rede estadual, com informações sobre o estado de conservação e as facilidades de mão-de-obra, materiais e transporte em todos os municípios; elaborar projetos de novas obras, ampliações e reformas; executar e fiscalizar o processo construtivo; e projetar, fabricar e zelar pelo mobiliário a ser utilizado nas escolas. (MINAS GERAIS, 1958, s.p.).

Verifica-se que, no final da década de 1950, o estado de Minas Gerais, ciente da demanda de construção de inúmeras escolas em todo o território, aceitou a proposta do grupo de arquitetos e engenheiros da comissão de fazer prédios modulares, padronizados, que pudessem facilitar o processo de pré-fabricação *in loco*. No que diz respeito ao número de pavimentos, percebem-se duas distinções: o padrão de um ou de dois pavimentos. De acordo com Maria Marta dos Santos Camisassa,

O sistema construtivo compunha-se de estrutura aparente, composta por vigas e pilares pré-fabricados em concreto armado, e laje pré-fabricada, composta por vigotas de concreto espaçadas por uma fiada de tijolo cerâmico, armação e uma pequena camada de concreto, tudo dentro de uma bem articulada coordenação modular. A vedação era em alvenaria de tijolo cerâmico maciço, também aparente, e a cobertura feita com amplas águas de telhas capa-e-canal. A ausência de revestimentos confere austeridade a todo o conjunto. (CAMISSASSA, 2013, p. 12).

No caso do Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos, optou-se por dois pavimentos para atender o contingente expressivo da população em idade escolar. No térreo ficaram dispostos os sanitários, o refeitório, a cantina, o setor administrativo, o setor pedagógico e a biblioteca. O gabinete dentário também se encontrava no térreo, mas atualmente está desativado. No segundo pavimento, ficaram dispostas as salas de aula. A denominação de Escola Estadual Joaquim Felício dos Santos⁴¹, de 1º Grau, foi dada conforme Resolução SEE n. 810, MG, de 6 de julho de 1974, embora até os dias atuais o nome Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos se mantenha na vista frontal do prédio.

Figura 10 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Portão de Entrada. Diamantina, MG, 2016.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 11 - Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Diamantina, MG, 2016.



Fonte: Acervo da autora.

A arquitetura escolar da década de 1970 se diferencia daquela de 1950, momento em que se encontra o objeto de estudo desta dissertação. Na década de 1970, com a ampliação da população educacional, cada vez mais o Estado necessitava de prédios mais funcionais, cujas construções fossem mais rápidas e mais baratas. Os prédios eram formados basicamente por blocos de salas de aula; setor administrativo; galpão para as atividades de

⁴¹ Em 1999, a escola foi autorizada a ofertar a extensão de séries, atualmente do 6º ao 9º ano, do Ensino Fundamental II. A escola passou a funcionar do 2º ao 9º ano, hoje sob a direção de Marcilene Maria de Almeida, com o total de 225 alunos matriculados em 2016.

lazer e socialização; além da parte central do terreno onde se encontram pátio coberto, auditório e biblioteca.

No século XX, quanto à educação privada, verifica-se que os rapazes da elite da região norte mineira chegavam a Diamantina com a intenção de estudar no Colégio Diamantinense, criado em 23 de novembro de 1933, pela Sociedade Anônima Ginásio Diamantinense. Esta instituição começou a funcionar em 15 de março de 1934, com autorização federal, após fiscalização preliminar ocorrida em 10 de março de 1934. Em 1939, o Colégio foi encampado pela Mitra Arquidiocesana de Diamantina, conforme um acordo celebrado com a Sociedade Anônima Ginásio Diamantinense. A partir de então, criou-se o internato para rapazes que atendeu às necessidades educativas requeridas pelas famílias do interior de Minas. Pode-se considerar que o Ginásio tornou-se o polo de estudos do centro-norte de Minas.

Figura 12 - Ginásio Diamantinense, 1934. Primeiras casas da Rua da Glória, Centro. Diamantina, MG.



Fonte: Acervo Colégio Diamantinense.

O primeiro curso a funcionar no Colégio Diamantinense foi o antigo ginásial. Com o Decreto n. 11.917, de 17 de março de 1943, foi autorizado o funcionamento do 2º Ciclo, já com a direção do padre José Pedro Costa. Em 1945, foram criados os cursos Básico Comercial e Técnico de Contabilidade.⁴² Na década de 1950, iniciou-se a construção do novo prédio. Entre as autoridades presentes, estava o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

⁴² REGIMENTO ESCOLAR. **Histórico**. Acervo Colégio Diamantinense, 2014, p. 2.

Figura 13 - Lançamento da pedra fundamental para a construção do novo prédio do Colégio Diamantinense. Diamantina, MG, 1958



Fonte: Acervo Colégio Diamantinense.

Percebe-se que o presidente mantinha boa relação com as autoridades religiosas de Diamantina e permaneceu cultivando os laços adquiridos quando foi estudante secundarista no Seminário Sagrado Coração de Jesus. Em 1968, o Colégio Diamantinense mudou-se para o prédio novo (onde permanece até o momento), mas o internato encerrou a atividade em 1970.

Mesmo com a grande procura para o ingresso nas escolas normais, verifica-se que, em 15 de janeiro de 1938, o governador Benedito Valadares assinou o Decreto n. 63 suprimindo, entre outras, a Escola Normal de Diamantina. Treze anos após o ato de Benedito Valadares, em 26 de dezembro de 1951, o governador Juscelino Kubitschek de Oliveira revogou o decreto que interrompia as atividades da Escola Normal Oficial de Diamantina e sancionou a Lei n. 840, restabelecendo não só a referida escola, mas também as condições de trabalho dos professores e funcionários da instituição. Nesse período, compunham o cenário educacional diamantinense, como ensino público primário, os Grupos Escolares Matta Machado e Joaquim Felício dos Santos. Como estabelecimentos de ensino secundário, a cidade de Diamantina tinha, além da Escola Normal Oficial, as seguintes instituições privadas: o Colégio Diamantinense; o Seminário Sagrado Coração de Jesus, para meninos; o Colégio Nossa Senhora das Dores, que se encarregava da educação primária e da formação de normalistas.

As escolas da década de 1950, possuidoras de um repertório formal modernista em seus prédios, compactuavam com uma política educacional formada por ideias propostas por Anísio Teixeira, em que a escola pública deveria ser racional e com espaços otimizados. Para Anísio Teixeira,

A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto... Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aula e os laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, um lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e deste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa. (TEIXEIRA, 1960 *apud* ROCHA, 2011, p. 6).

Percebe-se que Anísio Teixeira compreendia o espaço escolar como lugar para a manifestação da vida. Nesse sentido, a arquitetura escolar é importante por não se tratar só de salas de aula, mas de todo um conjunto de “lugares” em que as crianças se envolverão com atividades de estudo, de trabalho, de recreação... de vida no mais amplo sentido do termo.

De 1951 a 1954, ocupava o cargo de governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o prefeito em Diamantina era Lomelino Ramos Couto. Em uma das suas entrevistas ao jornal local, **O Nordeste**, de 29 de março de 1952, o prefeito relatou suas preocupações com o panorama educacional e o contato realizado com o governador para pedir a criação de novos espaços escolares:

Uma das maiores preocupações de nossa atividade à frente dos destinos da Municipalidade diamantinense diz respeito ao panorama educacional. E foi assim pensando que me apressei em entrar em imediatos entendimentos com o chefe do Governo Estadual no sentido de se determinar a criação de escolas e outros estabelecimentos de ensino em nossa cidade. Tem sido restabelecida a Escola Normal Oficial e criado o Grupo Escolar “Júlia Kubitschek”, estamos também vivamente empenhados em conseguir a instalação de um Jardim da Infância em nossa terra. Também o conservatório de Música já se pode assegurar como uma realidade e estas realizações deverão ser oficialmente inauguradas no próximo dia 12 de abril, devendo presidir as solenidades o eminente Governador Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a quem nossa terra ficará devendo mais estes notáveis empreendimentos. (VELHOS sonhos..., p. 1).

A Figura 14 se refere à entrevista de Lomelino Ramos Couto publicada no jornal impresso **O Nordeste**, em 22 de março de 1952, com manchete intitulada “Velhos sonhos que se transformam em realidade”.

Figura 14 - Entrevista com o prefeito de Diamantina, Lomelino Ramos Couto



Fonte: O Nordeste, 1952, p. 1. Acervo Biblioteca Antônio Torres.

Nota-se a preocupação do prefeito municipal com a demanda crescente dos alunos em idade escolar e a segurança em procurar o governador no sentido de cobrar uma atenção mais específica para a sua cidade natal. As lideranças políticas vislumbravam então as oportunidades que poderiam ter com um diamantinense governando o Estado. Enquanto governador, Juscelino Kubitschek empreendeu ações educacionais e realizou diversas obras em Diamantina: o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek; a Faculdade Federal de Odontologia e a reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina.

Em Diamantina, afastado do centro histórico, situa-se o Seminário Sagrado Coração de Jesus (Seminário Arquidiocesano de Diamantina), que recebia alunos de 11 a 14 anos em regime de internato, em que os alunos só podiam sair nas férias para visitar seus pais. Inicialmente, a instituição oferecia uma educação para crianças que desejavam uma

preparação para se tornarem futuros clérigos, ou ainda simplesmente obter uma escolarização que não seria possível antes da encampação do Colégio Diamantinense pela diocese de Diamantina em 1939.

Nas figuras seguintes, percebe-se que os poderes público e religioso se esforçaram para modernizar o largo Dom João, local de instalação da instituição, cada qual à sua maneira: a construção da Estação Ferroviária, a ampliação do Seminário Arquidiocesano na década de 1930 e a arborização do largo Dom João evidenciam a modernização chegando à cidade e fora dos limites do Centro Histórico.

Figura 15 - Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro P-027. Diamantina, [S.d.].



Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim. (SANTOS, 2015, p. 232).

Figura 16 - Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro A-089. Diamantina, [S.d.].



Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim. (SANTOS, 2015, p. 232).

Observando as duas imagens (Figuras 15 e 16), notam-se elementos novos no cenário urbano de Diamantina. Além da arborização, estava a construção de casas destinadas à moradia dos funcionários da Estação Ferroviária. Podem-se perceber também o caráter de monumentalização dos edifícios católicos e a influência religiosa na construção física da cidade, como afirma Antônio Carlos Fernandes: “Foi notória a presença da Igreja na construção física da cidade. Prédios, lugares públicos e fábricas sofreram intensa influência

moral religiosa”. (FERNANDES, 2005, p. 89). Além da Casa da Glória, do Palácio Episcopal e algumas casas de morada, novos espaços foram incorporados pelo Bispado na parte alta da cidade, como o Seminário Diocesano e a Basílica Sagrado Coração de Jesus.

Destinado à educação de jovens, com vistas à formação do clero regional, o Bispado de Diamantina deu início às obras de ampliação do Seminário em 1931. De acordo com Dayse Lucide Silva Santos:

As obras de ampliação do Seminário tiveram início na cidade de Diamantina, a partir da instalação de sua pedra fundamental, em 1931. No ano seguinte, a planta do novo Seminário foi publicada no Jornal Pão de Santo Antônio de 23 de outubro de 1932, visando informar à população sobre a grandiosidade do que seria ali construído. Era necessário propagandear o projeto, uma vez que a comunidade católica contribuiria com donativos para a edificação desse Prédio. (SANTOS, 2015, p. 234).

Segundo a mesma autora, Dom Joaquim de Silvério de Souza respondia pelo arcebispado e, após sua morte, em 1933, seu sucessor, Dom Serafim Gomes Jardim, deu continuidade às obras já iniciadas. Antes de se fixar em um local próprio, esse estabelecimento de ensino funcionou na Antiga Casa do Contrato, no largo Dom João, entre os anos de 1854 a 1867, como mostra a Figura 17, cuja pintura, sem data e sem autor, se encontra no Acervo da Arquidiocese de Diamantina.

Figura 17 - Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus. Diamantina, MG, [S.n.t.]



Fonte: Arquidiocese de Diamantina.

Após esse período, padres e alunos passaram a ocupar a nova sede no largo Dom João, em funcionamento até os dias atuais. A figura seguinte reproduz a fachada reformada do Seminário de Diamantina e do pátio interno do prédio, que ficou pronto em 1954.

Figura 18 - Prédio reformado do Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus.
Diamantina, MG, 2011



Fonte: Arquidiocese de Diamantina.

Na Figura 18, é possível observar que a estrutura arquitetônica adotada na reforma se assemelha àquela empreendida nos grupos escolares de todo o Brasil desde o início do século XX. Segundo Michelle Mattar Pereira de Oliveira, “O estilo incorporado pelos administradores do Seminário aponta a mesma preocupação arquitetônica com o que estava ocorrendo no Brasil, desde a proclamação da República, com os chamados Grupos Escolares.” (OLIVEIRA, 2014, p. 42). A fachada em questão denota um aspecto majestoso e informa o que havia de mais moderno na construção dos grupos escolares em São Paulo e nas principais cidades de Minas Gerais. É interessante salientar que, na década de 1950, quando a obra ficou pronta, não era mais esse modelo arquitetônico que predominava na educação brasileira. Entende-se que, por ser obra de grande porte, a construção demorou mais tempo do que o estimado.

2.2 O papel de Juscelino Kubitschek na criação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: destaques na imprensa diamantinense (1951-1954)

O espaço jornalístico configura-se como um meio de transmissão de informações, mas não está à margem da realidade social e política. Muito pelo contrário, as notícias não são neutras e nem imparciais às ideias difundidas. Como instrumento ideológico, cultural, político, o jornal está, portanto, destinado a atuar na vida social da população receptora de sua mensagem. Para Wenceslau Gonçalves Neto, “o jornal torna-se, dessa forma, um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura”. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 206). O uso do jornal como fonte de pesquisa é

bastante significativo, uma vez que esse veículo, além do espaço de comunicação, assume o papel de incutir na opinião pública valores e costumes de uma época.

Desde o século XIX, os jornais foram vistos como uma estratégia para criar consensos e consolidar usos e costumes. Os jornais mineiros não eram diferentes. É possível perceber, através das edições dos jornais, a intencionalidade na construção de consensos, de propaganda política e religiosa. Os jornais foram vistos ainda como importantes para as estratégias educativas. Entende-se que a imprensa diamantinense foi a principal ferramenta de comunicação desde o século XIX, e na década de 1950, especialmente, para a política estadual e municipal, fortaleceu os ideais, discursos e práticas dos dirigentes políticos e intelectuais de uma época, os quais eram exaltados, com os seus feitos históricos, e até mesmo considerados como *heroicos*.

Ao escolher a imprensa local como fonte histórica para esta pesquisa, pretende-se atentar aos pequenos detalhes ocorridos nesse processo e observar as relações sociais entre grupos políticos e religiosos que lideravam os discursos educacionais. A elite dirigente utilizava o apreço pelos jornais para a valorização da escola, dos teatros, das instituições culturais na formação da consciência nacional, base para o progresso que se previa para o país. As análises das relações estabelecidas por grupos sociais no âmbito regional e local têm o intuito de preencher lacunas deixadas pelas pesquisas macroestruturais e trazer, para o cenário histórico, agentes sociais e ações até então “desconhecidas”. Percebe-se que o discurso do jornal **A Estrela Polar** traz a preocupação em apoiar as intenções do governador Juscelino Kubitschek em sua proposta de modernização da cidade natal. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações locais, os antagonismos e as filiações ideológicas.

Segundo Carlos Henrique de Carvalho, José Carlos Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto, a utilização da imprensa como fonte de pesquisa enriquece muito a observação histórica, principalmente no que concerne à educação. Seguindo a perspectiva desses autores, a imprensa, ligada à educação, constitui-se

em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era sua ressonância no contexto social. (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72).

Para ler e compreender sobre o processo de idealização, criação e construção do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek na década de 1950 e os discursos pedagógicos e políticos dessa época, é necessário ir além das informações registradas no periódico aqui analisado. O rigor científico na análise dos artigos dos jornais implica fazer indagações aos documentos existentes, às ideias e informações condizentes ao projeto republicano, bem como à ideologia dominante.

O jornal **A Estrela Polar** registrou praticamente todas as visitas de Juscelino Kubitschek⁴³ a Diamantina. Observa-se que a partir do momento em que este tomou posse como governador de Minas Gerais, em 31 de janeiro de 1951, tornou-se destaque da primeira página do jornal na maioria das suas edições. Os pronunciamentos e visitas do governador a Diamantina viravam notícias relevantes com a finalidade de expressar o interesse dele em acompanhar o andamento das novas obras arquitetônicas propostas e executadas na cidade: Hotel Tijuco, Faculdade Federal de Odontologia, Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek e a sede social da praça de esportes de Diamantina.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek no estado de Minas Gerais foram exaltadas e fomentadas as suas ideias desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo do período acreditava na revitalização econômica de Minas Gerais através dos investimentos em energia, transporte e industrialização, considerada a última a chave para a solução dos problemas educacionais. Maria Elisabete Gontijo dos Santos analisou os discursos parlamentares na Assembleia Legislativa Mineira, durante os anos de 1951 a 1955, procurando verificar a forma como foi implantada a proposta de modernização em Minas Gerais por Juscelino Kubitschek. A título de ponderação:

(...) JK, ocupou o governo de Minas Gerais (1951-1955), época em que implantou um intenso programa que visava, essencialmente, a recuperação e a modernização econômica do estado. Com a economia de base agrária e a maioria da população vivendo no campo, o poder político estadual representava essencialmente os interesses conservadores dominantes. (SANTOS, 2013, p. 11).

⁴³ Foram levantadas as seguintes notícias: ESTEVE na cidade o Snr. Governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 19 de abril de 1953. Acervo AEAD.
ESTEVE na cidade o Governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 19 de julho de 1953. Acervo AEAD.
ESTEVE na cidade o Snr. Governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 27 de setembro de 1953. Acervo AEAD.
ESTEVE na cidade o Governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 6 de dezembro de 1953. Acervo AEAD.
ESTEVE na cidade o Governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**, Diamantina, p. 1, 7 de março de 1954. Acervo AEAD.

O grupo político conservador, agrário e elitista que sustentava o governador estava bem distante das propostas modernizantes que JK representava. Então, Juscelino Kubitschek criou uma administração “paralela” formada por técnicos que tinham considerável autonomia face às questões relacionadas à “classe política”, conseguindo executar um arrojado projeto de eletrificação e transporte, dando início à chamada modernização, que consistia basicamente na transformação do estado de base essencialmente rural em uma sociedade urbana e industrial.

Antes de assumir o governo de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), conseguindo executar obras modernas em um ritmo alucinante na capital mineira, tendo como aliado o arquiteto Oscar Niemeyer. Essa aliança estendeu-se às obras executadas em Diamantina numa perspectiva de modernização dos espaços por meio da reconfiguração da arquitetura. Assim, o jornal **A Estrela Polar** procurava demonstrar a importância de se construir um novo prédio escolar com traços arquitetônicos modernos que iriam “atender” às demandas no ensino primário e às exigências e propostas educacionais dessa década.

De acordo com o livro **Quatro anos no governo de Minas Gerais, 1951-1955**: síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira (1959, p. 308-309), entre as propostas defendidas pelo governo mineiro e sua equipe estavam: melhorar o ensino no Estado, assegurar a normalidade ao serviço educacional existente, aumentá-lo segundo os critérios racionais, práticos e realistas e procurar elevar os índices de seu rendimento. A ampliação da rede escolar e a melhoria do nível pedagógico e cultural do professorado integravam também essas propostas. A pesquisadora Maria Elisabete Gontijo dos Santos demonstra que a preocupação do governador era basicamente com a industrialização do estado de Minas Gerais:

Segundo as análises de JK, apesar da falta de perspectivas econômicas, Minas Gerais detinha recursos minerais em condições de serem explorados, como ferro, manganês, alumínio, fosfato, etc. Dispunha, ainda de um potencial energético considerável devido à abundância de quedas d’água, o que mostrava a possibilidade concreta de resolver o problema da falta de energia. Todos esses fatores indicavam, aos olhos do Governador JK e de sua equipe, que a “redenção” do Estado deveria passar necessariamente pelo caminho da industrialização, desde que garantidas as condições para o seu pleno funcionamento; isto é, se existissem energia farta e barata e um sistema de transporte que sustentasse a produção e a distribuição dos bens. (SANTOS, 2013, p. 72).

A preocupação de JK era transformar Belo Horizonte em um centro econômico, político e cultural e investir cerca de 70% de todos os recursos do Estado na execução do seu plano governamental denominado “Binômio: Energia e Transporte”. Segundo ele próprio, em

conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1953, seu governo despendia mais de um bilhão de cruzeiros com o plano de eletrificação.

Com menos da metade disso poderíamos construir quinhentos novos grupos escolares, de que Minas necessita, passando à história como grande amigo da instrução, ainda que, dentro de dez anos, os nossos sucessores se vissem na contingência de fechá-los, por não poderem manter o professorado. (OLIVEIRA, 1959, p. 307).

Com um discurso carregado de ideologias do progresso e da modernização, voltado para um programa energético e de transporte, entende-se que a educação tenha sido deixada em segundo plano. O governo JK, além de utilizar recursos estaduais, buscava investimentos federais e externos, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). A execução simultânea de diversas obras era noticiada pela imprensa mineira. No caso de Diamantina, o governador construiu o terceiro grupo escolar, e o jornal **A Estrela Polar** registrou em suas páginas desde o decreto de sua criação, em 13 de julho de 1951, passando por seu funcionamento provisório, que se iniciou em 11 de maio de 1952, e chegando à escolha do terreno, a construção e a inauguração do educandário.

Resta dizer ainda que a fonte utilizada é rica nas representações de uma época importante de nossa história. Ela demonstra o imaginário social de um grupo político e religioso e, ainda, como a educação, também nesse período histórico, torna-se uma espécie de ponto de referência e de aproximação dos interesses da elite dominante.

A Estrela Polar de 28 de janeiro de 1951 traz um breve histórico da vida de Juscelino:

Dr. Juscelino fez seus estudos secundários no Seminário de Diamantina e os estudos superiores na Escola de Medicina de Belo Horizonte. Foi Chefe de Gabinete do Governador Benedito Valadares, deputado federal de 1934 a 1937, Prefeito de Belo Horizonte e, de 1945 até o presente, novamente deputado federal. É também tenente-coronel médico da Polícia Mineira, tendo prestado seus serviços profissionais aos nossos soldados durante a Revolução de 1930. Já fez diversas viagens ao Oriente, à Europa, ao Canadá e aos Estados Unidos, bem como a outros países da América Latina.⁴⁴

Percebe-se que as edições desse jornal não economizavam esforços para destacar e engrandecer a biografia de Juscelino Kubitschek. É notório e comprovado que em nenhum artigo desse jornal encontram-se críticas à política e às ideias desse diamantinense.

⁴⁴ DR. JUSCELINO Kubitschek de Oliveira. A posse do novo governador. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**, Diamantina, p. 1, 28 de janeiro de 1951. Acervo AEAD.

Em 1950, Juscelino Kubitschek de Oliveira disputou com Bias Fortes a convenção do Partido Social Democrático (PSD) mineiro. Embora Bias Fortes contasse com o apoio de Eurico Gaspar Dutra, presidente do Brasil, Juscelino conseguiu o apoio do PR (Partido Republicano) à sua candidatura e saiu vitorioso com 13 votos contra dez para Bias Fortes. No livro **A escalada política: meu caminho para Brasília**, Juscelino Kubitschek explicou que seu *slogan* eleitoral, o "Binômio: Energia e Transportes" necessitava ser caracterizado com cifras:

O Binômio: Energia e Transportes atenderia às necessidades do desenvolvimento de Minas, mas requeria, para servir de *slogan* eleitoral, que fosse caracterizado através de cifra-alvos. Fixei, pois, em números, os objetivos da administração que pretendia realizar, e que foram considerados, na época, perigosamente audaciosos: a) rasgar 3 mil quilômetros de estradas de rodagem; e b) dar início imediatamente à construção de novas usinas, de forma a triplicar, no período de 5 anos, o potencial de energia elétrica do Estado, atingindo 600.000 KW. (OLIVEIRA, 1976, p. 188).

A três de outubro de 1950, Juscelino Kubitschek foi eleito governador de Minas Gerais. Com políticas estatais fundamentadas no discurso desenvolvimentista modernista, tão logo tomou posse o governador começou por colocar em prática os seus projetos. Em 1951, Juscelino Kubitschek iniciou seus trabalhos no governo de Minas Gerais e logo detectou o déficit de instalações adequadas para a educação de crianças mineiras do ensino primário. Nesse momento, a população em idade escolar chegava a quase um milhão de crianças, mas as crianças matriculadas não atingiam 700 mil. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), “(...) o Estado de Minas Gerais necessitava, em 1951, para atender a todos os reclamos da população, de 700 prédios escolares, com capacidade para 400 alunos cada um.” (OLIVEIRA, 1959, p. 311-312). Além da falta de estrutura física, o ensino mineiro enfrentava outros problemas, especialmente referentes à evasão e à repetência. Segundo a síntese das realizações do governador,

Do déficit escolar deriva o déficit do ensino; de um lado, muitos alunos repetem os estudos das suas séries; por outro lado, agrava-se o problema da deserção escolar. Há desnível clamante na matrícula das quatro séries primárias; a primeira série tem mais de 70% dos matriculados, a quarta série não tem mais de 12% do total. A deserção processa-se em função de diversas causas: os alunos abandonam a escola sem haver adquirido os conhecimentos do aprendizado elementar; há igualmente, número grande de crianças que não se adaptam ao regime escolar de ensino comum e são eliminadas na primeira série. (OLIVEIRA, 1959, p. 310).

Para combater os *déficits*, aparecia como medida indispensável a obrigatoriedade da frequência dos alunos nas escolas. Problemas de alimentação e vestuário seriam “amparados” pelas caixas escolares, “instituições criadas com o fim de fomentar e

impulsionar a frequência nas escolas”. (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 145-146). A atuação da Caixa Escolar era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres. A estes alunos eram fornecidos alimentos, vestuário, calçados, assistência médica e material escolar. A caixa escolar era mantida por doações da comunidade local e também por verbas estaduais, conforme relata a diretora Helena Lopes:

Usou a palavra à senhora diretora para tratar dos assuntos seguintes: Caixa Escolar - Foi lida uma carta do deputado [...] Carvalho comunicando haver sido concedida, pelo Governo Estadual, uma subvenção de CR\$5,000,00 (cinco mil cruzeiros) anuais para a nossa Caixa Escolar. As professoras fizeram entrega à Tesoureira, Maria Josefina Motta Costa, da lista dos contribuintes.⁴⁵

Além disso, foi proposta a elaboração de jornais escolares, clubes de leitura, horas de história, pelotões de saúde, como exemplos de medidas executadas pela comunidade escolar e auxiliadas pelo Governo Estadual na tentativa de elevar os índices de aprovação e diminuir o abandono escolar.

Nesse momento, à frente da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais estava Odilon Behrens, que cursara Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando então foi colega de turma de Juscelino Kubitschek de Oliveira. O médico Odilon Behrens, a pedido do seu amigo e então governador, aceitou o convite e assumiu a Secretaria de Educação, deparando-se com a seguinte situação:

A população em idade escolar (7 a 11 anos) vai além de 980 mil crianças; as crianças matriculadas não ascendem a 700 mil. O déficit é combatido pela adoção de soluções de emergência, que não vão além da superfície do problema, pelo desdobramento do horário em três ou mesmo quatro turnos, pela instalação de classes em prédios inadequados, com prejuízos para o aproveitamento e até mesmo para a higiene e a saúde dos alunos. (OLIVEIRA, 1959, p. 310).

Juscelino Kubitschek tomou posse em janeiro de 1951 e, em 12 de maio do mesmo ano, ao visitar Diamantina, antecipou a notícia de alguns melhoramentos para a cidade, os quais já faziam parte de seu planejamento administrativo. Entre eles, estava a ampliação da escolarização primária na cidade. A visita foi registrada no jornal **A Estrela Polar**:

(...) Citou três cousas que pretende fazer em futuro próximo em Diamantina: um hotel de turismo, mais um grupo escolar e uma estrada de automóvel ligando Diamantina à Bahia. A grande massa popular que aglomerava na praça aclamou

⁴⁵ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões de professoras do Grupo Escolar Professora "Júlia Kubitschek"**. Diamantina, 1953, p. 5 verso.

delirantemente o Governador e os demais visitantes, enquanto estrondavam foguetes e dinamites em todos os recantos da cidade. (**A ESTRELA POLAR**, 1951, p. 1).

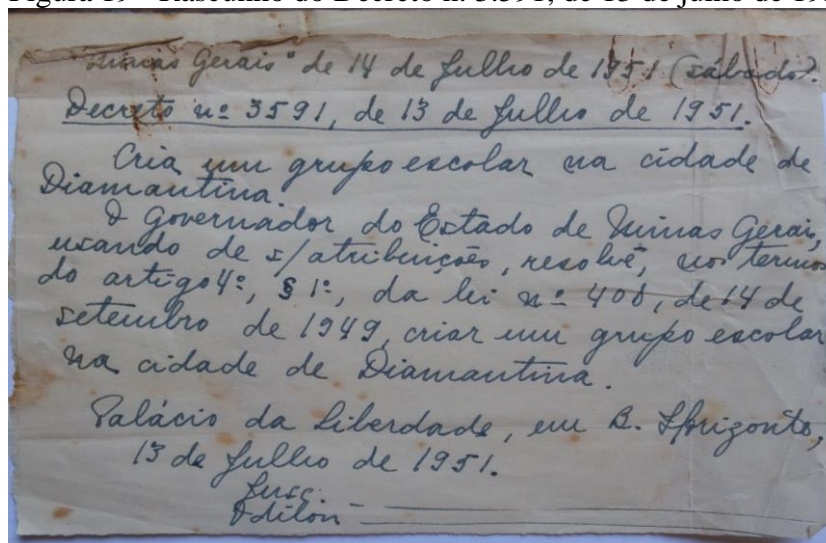
De acordo com esse jornal impresso, o governador era recebido em Diamantina com alegria, entre foguetes e aplausos, sendo considerado pela imprensa um dos brilhantes estadistas da geração moderna. A ligação entre JK e as elites rurais, urbanas e religiosas era forte, o que nos leva a crer que o governador mineiro conseguia negociar com os partidos políticos, os proprietários de terra, os banqueiros, a nova elite industrial e os grupos religiosos.

Ciente das cobranças de seus contrerrôneos e de seus aliados políticos, além de sua personalidade populista, tão logo pisou em Diamantina enquanto governador, JK oficializou obras de grande porte para a cidade. Entre aquelas prometidas à população e encomendadas ao arquiteto Oscar Niemeyer estavam: o prédio do Hotel Tijuco, inaugurado no final de 1951; o prédio da Faculdade de Odontologia, atual campus I da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, inaugurado em 1955; o edifício do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, inaugurado em 1954; o complexo da Praça de Esportes Diamantina Tênis Clube. Sobre o último espaço, vale ressaltar que o projeto de Niemeyer complementou a piscina, as quadras e arquibancadas já existentes desde 1944, criadas pelo governo estadual da época. Todas as obras assinadas por Oscar Niemeyer atualmente fazem parte do tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Conhecedor das dificuldades e desafios enfrentados no governo de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek acelerou os procedimentos para criar o terceiro grupo escolar em Diamantina: o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, nome dado em homenagem à sua mãe. Na prática, o governador mineiro, de posse de poder e prestígio político, utilizou-se de verbas públicas para fazer uma homenagem à sua mãe, deixando na região central da cidade de Diamantina um prédio escolar de estilo arquitetônico moderno.

Empregando discurso apropriado e também da demanda de prédios para o ensino primário em Minas Gerais, o governador conseguiu aprovar todas as obras que se propôs em Diamantina. Se for observada a data da criação da instituição aqui analisada, percebe-se a urgência em concretizá-la. No acervo da atual Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, pode-se ter acesso a um bilhete redigido com a data e o número do decreto da criação do grupo (13 de julho de 1951).

Figura 19 - Rascunho do Decreto n. 3.591, de 13 de julho de 1951



Fonte: Termo de Posse (Verso da folha 03). Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

Este texto foi impresso no jornal oficial do governo, **Minas Gerais**, do dia seguinte; o jornal **A Estrela Polar** também registrou esse acontecimento em 22 de julho, quando publicou a matéria com o seguinte título: "Criado o nosso 3º Grupo Escolar". Na comparação dos documentos, verifica-se que o jornal diamantinense replicou os dizeres retirados do jornal do governo de 14 de julho de 1951, quando se tornou legal e oficial a criação do referido grupo escolar.

Através da análise das edições do jornal **A Estrela Polar** nos primeiros meses de 1952, percebe-se o início dos trabalhos realizados na preparação e adaptação de uma parte da Casa São José⁴⁶, prédio que ainda pertence à Mitra Arquidiocesana, como um espaço para o funcionamento provisório até a inauguração do terceiro grupo escolar de Diamantina. Nota-se também a divulgação dos horários de matrículas. Já a edição de 11 de maio do mesmo ano registrou a vinda do governador, bem como a inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, com funcionamento em instalações provisórias: "Às 17 horas e 30 minutos, na Casa São José, realizou-se a inauguração do 3º Grupo Escolar de Diamantina, o Grupo Escolar "Dona Júlia Kubitschek", cujas instalações provisórias foram benzidas pelo Exmo. Snr. Arcebispo"⁴⁷.

A ligação entre Juscelino Kubitschek e os representantes religiosos se deu desde os seus estudos secundários no Seminário de Diamantina. Nota-se o apoio dos religiosos às

⁴⁶ Atualmente denominada Casa da Pastoral São José - Casa de retiros da Arquidiocese. Localizada à Rua Jogo da Bola, 173. Centro. Em frente ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek.

⁴⁷ O GOVERNADOR do Estado em Diamantina. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 11 de maio de 1952. Acervo AEAD.

suas obras quando a Igreja doou o terreno para a construção do terceiro grupo escolar em Diamantina, ao ceder parte da Casa São José para o funcionamento provisório do grupo escolar e pelo fato de o jornal religioso noticiar todos os feitos do governador, engrandecendo seus atos. É possível constatar também os investimentos públicos estaduais na reforma da própria Casa São José. Em 18 de abril de 1954, o jornal publicou: (...) “A ala esquerda da Casa São José está sofrendo reparos e readaptações por ordem do governo do Estado, a fim de que possa ser reentregue à Mitra Arquidiocesana.”⁴⁸ Verifica-se que a relação entre o Estado e a Igreja Católica foi muita próxima durante o período em que Juscelino Kubitschek governou Minas Gerais, sejam pelas parcerias firmadas de concessões de prédios, terrenos, reformas, como na forte presença do ensino religioso ministrado nas escolas públicas de Diamantina.

Com relação ao funcionamento inicial da instituição aqui analisada, observa-se que no livro intitulado **Termo de Posse**⁴⁹ encontra-se o Termo de Instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek:

No dia seis (6) de maio de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade, em uma das salas onde provisoriamente vai funcionar o Grupo Escolar “Professora Júlia Kubitschek” e com a presença do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Governador do Estado; Exmo. João Kubitschek de Figueiredo, Governador do Território do Acre; Exmo. e Revmo. D. Serafim Gomes Jardim, Arcebispo da Arquidiocese; Senhor Dr. Odilon Behrens, Secretário da Educação; Sr. Dr. Joubert Guerra, Presidente do Tribunal de Contas; Dr. Tahles da Rocha Viana, do Gabinete do Governador; Dr. J. Moraes chefe da Imprensa do Palácio; Major Afonso Heliodoro, da Casa Militar; Sr. Dr. Lomelino Ramos Couto, Prefeito Municipal; Sr. Dr. Moacyr Pimenta Brant, Juiz de Direito da Comarca, Senhora Maria Pimenta de Azevedo e Senhor Anselmo Barreto, Inspetores Regionais do Ensino; diretoras e professoras dos demais estabelecimentos de ensino, da cidade; representantes da imprensa; demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, diretora, professoras e alunos do referido Grupo, foi pelo Senhor Secretário de Educação instalado solenemente o Grupo.

O programa da solenidade foi o seguinte:

- a) Abertura da solenidade pela Senhora Dona Maria Pimenta de Azevedo, Inspetora Regional, da 22ª Circunscrição;
- b) Discurso do Sr. Gabriel de A. Mandacaru, Secretário da Prefeitura;
- c) Discurso da diretora nomeada para dirigir o estabelecimento, professora Helena Lopes;
- d) Discurso do Exmo. Sr. Prof. Anselmo Barreto, Inspetor Escolar;
- e) Leitura dos atos de nomeação das nove primeiras professoras do estabelecimento: Maria das Dores Alves; Maria do Carmo Alves; Terezinha Teles Coelho; Eugenia Coleman Sampaio; Maria Josefina Mota Costa; Maria Alves Divinal; Maria Célia de Miranda; Vanda Lopes Vieira Leite e Maria do Rosário Araújo;
- f) Discurso do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek;
- g) Encerramento da sessão.

⁴⁸ CASA SÃO JOSÉ. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 18 de abril de 1954. Acervo AEAD.

⁴⁹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. **Livro Termo de Posse (1952-1985)**. Termo de Instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, p. 1, 1952. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

Para constar, lavrei o presente termo que vai ser assinado por mim, diretora nomeada para dirigir o estabelecimento, e todos os presentes.⁵⁰

Após o término da sessão, todos assinaram o termo, embora a folha 2, contendo as assinaturas, não se encontre mais no documento. As informações de **A Estrela Polar** de 11 de maio de 1952 reforçam a importância de todas as autoridades presentes no cerimonial da inauguração da instituição. Entre as autoridades presentes, além do próprio governador de Minas, estava João Kubitschek de Figueiredo, diamantinense e primo de Juscelino Kubitschek, governador do Acre. Além disso, havia representantes da Igreja, dos poderes públicos e da comunidade escolar, pessoas que faziam parte de uma elite local e estadual.

No discurso da professora e diretora, Helena Lopes, observa-se a cobrança ao Senhor Governador da aceleração da construção do edifício próprio do Grupo, e, para aquele momento, da nomeação das professoras. “Em seguida, levantou-se o Snr. Secretário de Educação e leu os atos de nomeação das professoras assinados, ali mesmo, pelo Snr. Governador, tendo ficado assim atendido o apelo, à queima roupa, da diretora, Helena Lopes”⁵¹. Ainda nesta edição, nota-se o apelo à emoção, à figura considerada *honrosa e heroica* do governador e ao discurso de afirmação e apoio político dos representantes educacionais, políticos e religiosos locais ali presentes:

Ergue-se então o Snr. Governador Juscelino Kubitschek e, por mais de meia hora, pronuncia, visivelmente emocionado, uma das mais belas orações que já ouvimos de S. Excia. Dando expansão aos seus sentimentos filiais, focalizou toda a história de sua vida de estudante pobre e filho de uma professora viúva. A figura heroica de Dona Júlia ia se projetando tipicamente na alma de todos, através do depoimento eloquente e compungido daquele filho grato que comovia a todos com a sua voz embargada pelo enternecimento. Dr. Juscelino, com aquela autobiografia emocionada em tom de conversa, nos impressionou a todos e fez crescer em todos nós, mais do que por outros quaisquer motivos, a confiança na sua atividade pública, pois não pode deixar de ser um bom Governador e um bom diamantinense quem ali se nos estava revelando um filho tão bom de uma tão boa mãe.⁵²

Pode-se constatar que o discurso veiculado pelas edições de **A Estrela Polar** referente à obra do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek estava condizente com a política municipal e estadual. A ideia de que a imprensa local era apenas veiculadora de informações, imbuída de imparcialidade e neutralidade, é descartada por esta pesquisa. Desse

⁵⁰ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. **Livro Termo de Posse (1952-1985)**. Termo de Instalação do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, p. 1, 1952. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

⁵¹ O GOVERNADOR do Estado em Diamantina. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 11 de maio de 1952. Acervo AEAD.

⁵² O GOVERNADOR do Estado em Diamantina. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, col. 3, 11 de maio de 1952. Acervo AEAD.

modo, entende-se que as ideias do governador mineiro vinham ao encontro das necessidades das elites locais de organizar a cidade de Diamantina, enquadrando-a às exigências econômicas e sociais em decorrência do crescente processo de urbanização vivenciado pelo país. Percebe-se que os discursos presentes nas reportagens seguiam sempre na linha de aproximação do futuro com o progresso e da educação como viabilizadora de ambos.

2.3 Uma obra moderna no núcleo tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional

Segundo dados do IPHAN (2006, p. 5), a configuração urbana de Diamantina se formou entre 1720 e 1750 e se consolidou em meados do século XIX. A arquitetura em geral, de inspiração barroca, é constituída por sobrados com dois pisos, com estrutura de madeira e vedações de taipa de sebe ou de adobe. As construções compõem edificações em geral dos séculos XVIII e XIX principalmente, reinando as construções de taipa. A arquitetura civil possui extrema homogeneidade em seu casario: aliada a uma estética sóbria, simples, porém refinada, torna evidente a reprodução do modelo cultural de origem portuguesa. A arquitetura religiosa dos séculos XVIII e XIX apresentam em sua decoração interna pinturas com aplicação de ouro.

O centro histórico foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938. Verifica-se que, dessa data até a década de cinquenta, a cidade intensificou os debates entre a preservação de seu patrimônio e as exigências da vida moderna. Em meados do século XX, momento que compreende esta pesquisa, Diamantina, assim como outras cidades tombadas pelo SPHAN, vivia um verdadeiro dilema: preservar um conjunto arquitetônico do século XVIII, com considerável valor histórico e artístico, ou se adequar às necessidades atuais que as cidades demandavam, no caminho da modernização. Por mais que diretores e arquitetos do SPHAN afirmassem que a atuação desse órgão não atrapalharia o desenvolvimento futuro de Diamantina, autoridades municipais, eclesiásticas e a população em geral estavam sempre prontas a alegar que a atuação do SPHAN era um empecilho ao desenvolvimento da cidade, como afirma Cristiane Gonçalves:

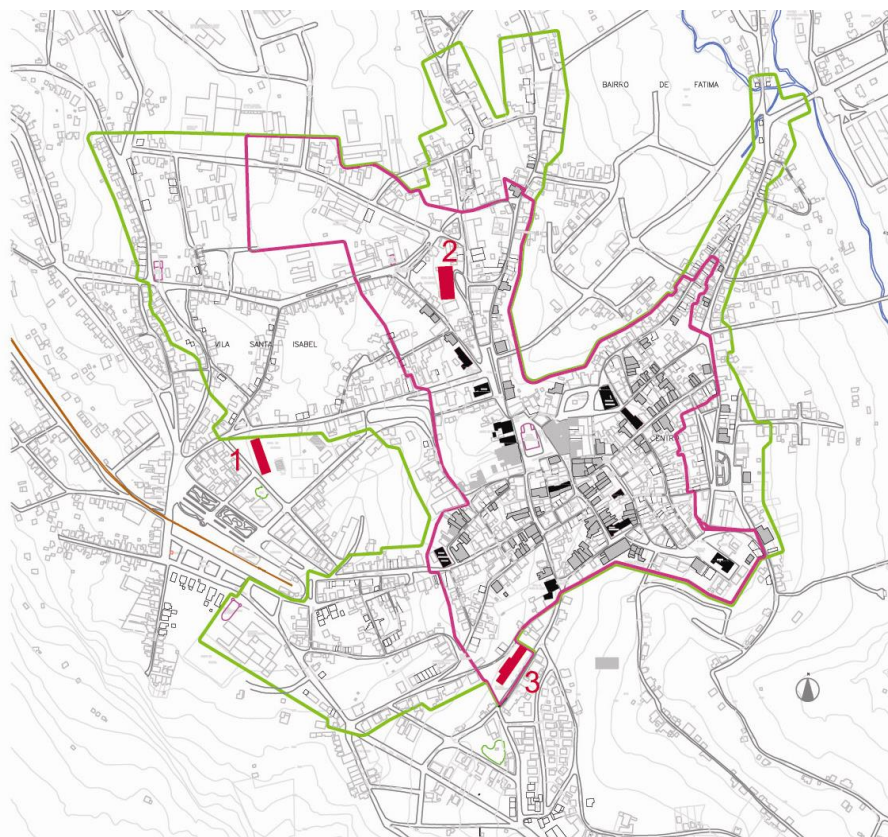
[...] “autoridades municipais, eclesiásticas e população - grupo sempre a postos, ora a reclamar auxílio para a conservação de seus bens, alegando o valor histórico e artístico dos mesmos” [...] “ora a se colocar em franca oposição as medidas de proteção do conjunto ou do bem tombado, sob a alegação de que a atuação do SPHAN atrapalhava o desenvolvimento de sua cidade”. (GONÇALVES, 2010, p. 155-156).

Em meio ao dilema da preservação e em pleno contexto político “desenvolvimentista”, o SPHAN começou a aceitar a ideia de aprovar projetos modernos no contexto tombado de Diamantina. Para Cristiane Souza Gonçalves,

Se, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tais projetos serviam para mostrar que estar a favor da preservação da cidade não significava, necessariamente, estar contra as ideias de “progresso” e “modernidade”, para Juscelino Kubitschek, eles representariam a tradução mais perfeita de seu plano político para o estado e para o país, aplicado em sua cidade natal. Diamantina tornou-se, assim, um território para experimentações modernistas. (GONÇALVES, 2010, p. 158).

Embora, no conjunto urbanístico e arquitetônico de Diamantina, seja possível perceber o povoamento do século XVIII, obras modernas foram autorizadas para serem construídas dentro da área tombada, como o Hotel Tijuco, na área central, e o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, no limiar da área tombada.

Figura 20 - Mapa de Diamantina com a delimitação do sítio histórico tombado pelo IPHAN (linha verde) e a área definida como patrimônio mundial, em 1999 (linha magenta). Em vermelho, as construções da sede social da Praça de Esportes (1); o Hotel Tijuco (2) e a Escola Júlia Kubitschek (3). Em preto os monumentos com tombamento isolado.



Fonte: IPHAN/MG. In: GONÇALVES, 2010, p. 169.

Entende-se que, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tais projetos foram usados para mostrar à população que estar a favor da preservação não significava estar contra as ideias de “progresso” e “modernidade”.

No âmbito estadual, foi estratégico e oportuno para o governador Juscelino Kubitschek revelar ao Brasil e ao mundo seu espírito modernizador. Segundo Affonso Heliodoro, o governador de Minas Gerais já havia sido reconhecido pelo progresso que levava à capital mineira, quando prefeito:

Prefeito de Belo Horizonte, JK realiza obra tão notável, que seu prestígio é projetado até para fora do país. Rasga largas avenidas, asfalta as ruas e as avenidas Afonso Pena, Santos Dumont, Paraná e outras. Abre todas as saídas da capital mineira, constrói moderna rede de esgotos, canaliza água, cria diversos bairros, abre rede subterrânea de luz e telefone, esburaca toda a cidade, transforma-se no “Prefeito Furacão” ou “Prefeito Tatu”. (HELIODORO, 2005, p. 132).

Para colocar em prática suas ideias na capital mineira, Juscelino encomendou os projetos a Oscar Niemeyer. Este se iniciou na profissão como estagiário no escritório de seu professor Lúcio Costa, em sociedade com Carlos Leão⁵³. Em 1936, foi colaborador do arquiteto e urbanista francês Le Corbusier no projeto do novo edifício do Ministério da Educação, denominado Palácio Gustavo Capanema. A pedra fundamental foi lançada em abril de 1939 e a inauguração só se deu em outubro de 1945, com a presença de Getúlio Vargas. Segundo Danilo Matoso Macedo (2002), o contato de Niemeyer com a elite política e intelectual mineira tem suas origens não apenas em sua relação com o ministro Capanema, mas também em sua obra para o Grande Hotel de Ouro Preto, encomendado em 1938 por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que criara e presidia o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (atual IPHAN). As viagens do arquiteto a Ouro Preto levaram-no a Belo Horizonte e, conseqüentemente, a Juscelino Kubitschek, como descreve o próprio Oscar Niemeyer:

Um dia Capanema me levou a Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, que pretendia construir um cassino no ‘Acaba Mundo’. E foi nessa ocasião que conheci Juscelino Kubitschek, candidato a prefeito de Belo Horizonte. Fiz o projeto, que mostrei a Benedito, mas o assunto só foi retomado meses depois, quando JK, prefeito da cidade, novamente me convocou. No dia combinado voltei a Belo Horizonte com Rodrigo. Tornei a conversar com JK, que me explicou. ‘Quero criar um bairro de lazer na Pampulha, um bairro lindo como outro não existe no país. Com cassino, clube, igreja e restaurante, e precisava do projeto do cassino para amanhã’. E o atendi, elaborando durante a noite no quarto do Hotel Central o que me pedira. (NIEMEYER, 1998, *apud* : MACEDO, 2006, p.23).

⁵³ Foi arquiteto, pintor, aquarelista e desenhista. Formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes em 1931. Foi amigo e sócio no escritório de arquitetura de Lúcio Costa. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not14.asp>>. Acesso em: 14 maio 2016.

Em 1940, o arquiteto conheceu o então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. Convidado pelo político, realizou seu primeiro grande projeto: o complexo da Pampulha, formado pelo Cassino, a Casa de Baile, o Iate Clube e a Igreja de São Francisco de Assis. A Casa de Baile se localiza em uma ilha artificial, acessada por uma ponte de onze metros e se destaca pelas formas da fachada e marquise sinuosas. No projeto da capela, Oscar Niemeyer experimentou a plasticidade do concreto, criando uma abóboda até então só utilizada em hangares. Construído em 1942, com o nome de Iate Golfe Clube, e tombado em 1944 pelo IPHAN, a arquitetura do Iate Tênis Clube (ITC) remete a um barco que se lança nas águas da lagoa da Pampulha. (MACEDO, 2002, p. 23-25). O Iate Clube, o Cassino, a Casa do Baile e a Igreja de São Francisco situam-se à margem da lagoa, de forma que seus perfis verticais refletem na água. É um conjunto arquitetônico criado de acordo com a estética moderna concebida por Oscar Niemeyer e a partir dos desejos de Juscelino Kubitschek.

Ao governar o estado de Minas Gerais e ao contemplar Diamantina com mais uma escola pública primária, Juscelino Kubitschek solicitou então a Niemeyer que desenvolvesse o projeto de um prédio que levaria o nome de sua mãe, a ex-professora Júlia Kubitschek, concomitante a outros projetos que o arquiteto desenvolveu na cidade: o Grupo Escolar, a sede social para a Praça de Esportes, um hotel e a Escola de Odontologia. As obras tinham forte conotação política, como foi retratada por José de Souza Reis (arquiteto), em documentação assinada por Lúcio Costa (arquiteto e urbanista do SPHAN) e Renato Soeiro (diretor substituto do SPHAN), em 19 de outubro de 1953, relatando o início das obras e a escolha dos terrenos do grupo escolar e do clube de esportes:

(...) (3) Prédio do Hotel, em construção. Encontra-se com a estrutura adiantada. Conforme nos informou o arquiteto Oscar Niemayer (*sic*) o Governador pretende construir em frente ao prédio do hotel uma agência de banco e uma pensão para estudantes, pensando fazê-las com pequena altura, a fim de manter o necessário desafogo para o hotel. Existem, no local em apreço, três casas de residência de 1 pavimento cujo aspecto (*sic*), a nosso ver, carece de importância, individualmente. Numa delas a fachada foi reformada.

(...) (5) Localização das novas construções do ponto de vista da DPHAN

a) Grupo Escolar

Parece-nos bem localizado, num terreno de encosta e com o necessário desafogo. A excelência do projeto, que está sendo executado em apuro, deverá fazer dessa construção mais um elemento de interesse para a cidade.

b) Hotel

A localização do prédio é mais central, mas o terreno, também de encosta, é bastante amplo.

c) Clube de Esportes

Será construído um novo prédio, projetado pelo Oscar Niemayer (*sic*), no terreno do atual clube, fora da zona tombada.

d) Escola de Odontologia

Está sendo iniciada uma construção de volume considerável, dentro da zona tombada. Informou-nos o Dr. João Brandão Costa que só conseguiu obter o projeto agora, depois de muita insistência junto aos responsáveis. O arquiteto Oscar Niemayer (*sic*) recebeu do Governador a incumbência de modificar o projeto, medida essa de grande interesse para a DPHAN. (REIS *apud* GONÇALVES, 2010, p. 168).

Especificamente para o projeto da escola, foi escolhido um terreno situado na parte central, mas no limite entre a área tombada e o seu entorno. Nota-se que concessões eram dadas ao arquiteto, enquanto este modificava os projetos para adequá-los às normas do SPHAN, sem deixar de satisfazer o espírito modernista do governador. Um aspecto extremamente importante nesse projeto foi a implantação de uma arquitetura moderna, no centro histórico tombado como Patrimônio Nacional, cujo conjunto arquitetônico data dos séculos XVIII e XIX:

Há, nitidamente, orientações para os projetos, do ponto de vista de sua localização, sendo tratados, em níveis sucessivos de aproximação: o clube fora da área tombada; a escola, no limiar, passando exatamente na linha que delimitava o tombamento, e o hotel, mais central, como realça José Reis. No entanto, do ponto de vista do projeto - como seria também da alçada do SPHAN avaliar - parece ter sido dada total liberdade a Oscar Niemeyer. (GONÇALVES, 2010, p. 169).

A solução encontrada pelo arquiteto era integrar os elementos considerados modernos: estrutura em concreto, pilotis⁵⁴, elementos vazados e predomínio da horizontalidade ao panorama do antigo Arraial do Tijuco, conseguindo, portanto, atender ao pedido do Governador e deixar elementos modernos no conjunto tombado como “Patrimônio Nacional”. Segundo Cristiane Souza Gonçalves (2010, p. 175), “a ideia dos pilotis também era proporcionar uma área para recreio coberto dos alunos, no térreo, integrado a um salão de entrada por meio de um pano de vidro”. No salão foi construída uma rampa que dá acesso ao pavimento superior, onde estão as salas de aulas amplas, com vista para a paisagem. As salas de aula são ligadas por uma circulação ao fundo e recebe iluminação natural permanente pelos elementos vazados da fachada posterior. Ainda conectadas ao salão, foram projetadas as salas de diretoria e professores, onde se destaca a presença de um pequeno ambiente com painel de Di Cavalcanti, doado por Juscelino Kubitschek à escola. Esse painel foi danificado por vândalos que invadiram o prédio na década de 1970. A Figura 21 retrata o salão de entrada, onde se pode ver ao fundo o painel de Di Cavalcanti, restaurado e devolvido a essa instituição em 2001.

⁵⁴ Pilotis são pilares em concreto armado que sustentam uma construção. São característicos da arquitetura modernista brasileira e fazem parte dos Cinco Pontos da Nova Arquitetura proposta pelo francês Le Corbusier. Disponível em: <<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/pilotis/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Figura 21 - Salão de entrada com pano de vidro. Acesso às salas da diretora e professores



Fonte: Foto acervo da autora. Diamantina, MG, 2016.

Figura 22 - Obra sem título. Emiliano Di Cavalcanti, 1954. Técnica mista sobre tela



Fonte: Foto do acervo da autora. Diamantina, MG, 2016.

No acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek encontra-se um livro que foi destinado ao registro de toda documentação referente à restauração da tela de Di Cavalcanti. Neste livro está todo o processo, que se iniciou em 1986⁵⁵ na gestão de Maria Angélica Coelho Antunes. A tela foi entregue a Cláudio Augusto de Magalhães Alves, diretor regional da 7ª diretoria do SPHAN, em Belo Horizonte. Por ele, a tela foi encaminhada ao

⁵⁵ Essa documentação extrapola o marco final desta pesquisa. Mas, entende-se que os fatos ocorridos com a tela de Di Cavalcanti são importantes, pois foi devolvida à escola a tela original, restaurada, uma vez que essa obra foi doada ao grupo escolar pelo governador Juscelino Kubitschek e faz parte do patrimônio material da instituição.

Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR) da UFMG. Ainda se encontra nesse documento uma solicitação da diretora Maria Angélica à FIAT Automóveis S.A. para patrocínio dos trabalhos da restauração da tela:

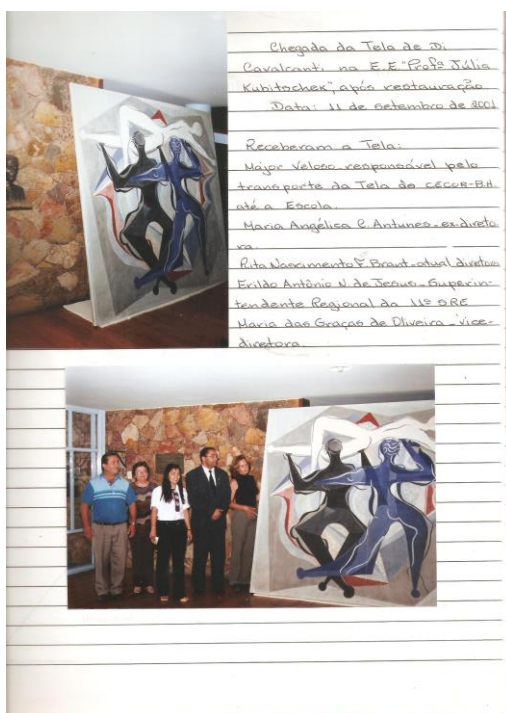
Senhor Diretor,

Vimos por meio deste, solicitar ajuda desta conceituada Empresa, para o patrocínio dos trabalhos de restauração de uma tela a óleo, do pintor Di Cavalcanti, datada de 1954, pertencente a esta Escola. A referida tela na dimensão de 2,50m por 2,80m foi danificada há mais de 20 anos, por vândalos que invadiram o prédio.

Atualmente, a mesma se encontra no CECOR-EBA-UFMG, aguardando a verba referente aos serviços de restauração⁵⁶.

Na mesma solicitação ainda se observa a justificativa para procurar a FIAT, bem como a relação dos documentos que acompanhavam o processo de restauração. Entre os documentos está o orçamento, datado de 13 de agosto de 1997, no valor de R\$3.924,00 (três mil, novecentos e vinte e quatro reais). O processo de restauração começou em 1986, quando a diretora Maria Angélica Coelho Antunes entregou a tela ao SPHAN. Mas, a obra restaurada só retornou à escola em 11 de setembro de 2001, conforme mostra a imagem abaixo:

Figura 23 - Chegada da tela de Di Cavalcanti à Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, após restauração. Diamantina, 2001.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

⁵⁶ ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHEK. Documentos tela de Di Cavalcanti. Solicitação. Ofício 006/99. Diamantina, MG, 1999, p. 13.

Antes de receber a tela, foi realizada na escola uma reunião para definir o tipo de alarme a ser instalado, o vidro colocado na moldura, o melhor local para sua exposição. Naquela ocasião, a diretora da instituição era a senhora Rita Nascimento Fonseca Brant, e o Superintendente Regional de Ensino, o senhor Erildo Nascimento de Jesus. Estavam presentes a essa reunião professores, membros do Conselho Fiscal, representante do comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, entre outros.⁵⁷

Retornando à construção do prédio da escola, nota-se que as edições de **A Estrela Polar** de 1953 procuraram mostrar que as obras do prédio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek se desenvolveram em ritmo acelerado, sem perder a suntuosidade e a originalidade, idealizada pelo “afamado” arquiteto Oscar Niemeyer. Assim relata a edição de 25 de outubro de 1953:

Prosseguem com notável intensidade as obras do prédio novo do Grupo Escolar “Júlia Kubitschek”, no Jogo da Bola. Iniciada praticamente em Abril último, a construção já se acha quase terminada. O prédio de dois andares é de linhas arquitetônicas originais e moderníssimas, atendendo a todas as exigências da técnica e do conforto. Vai ser o mais suntuoso de todos os edifícios de nossa cidade, como, aliás, convinha ao caráter da homenagem que o Snr. Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira em boa hora houve a prestar à sua veneranda progenitora “mestra Júlia”. A planta do prédio é de autoria do afamado arquiteto Oscar Niemeyer que esteve na cidade há poucos dias para inspecionar a construção. Espera-se que a inauguração do notável edifício se realize ainda este ano, passando as aulas a funcionar ali no próximo ano. O Snr. Oscar Niemeyer inspecionou também as obras do Hotel de Turismo, cuja planta é também de sua autoria, mas cujos trabalhos se achavam paralisados há bastante tempo. Soubemos que o ilustre arquiteto fez severas críticas a execução das obras da faculdade de odontologia que estavam sendo realizadas na Rua da Glória e que se propunha apresentar ao Snr. Governador uma quase total remodelação da respectiva planta.⁵⁸

No projeto da escola, Oscar Niemeyer utilizou uma estrutura inclinada, também presente no Hotel Tijuco, sendo que a diferença com o segundo era que as estruturas tinham a forma de “V” no pavimento térreo e, na escola, os pilares foram transformados em mãos francesas, partindo da laje de piso do pavimento superior. As salas de aula foram distribuídas no pavimento superior com ampla vista para a paisagem. As técnicas adotadas na construção deste Grupo Escolar o diferenciavam de todos os outros edifícios-escola de Diamantina.

⁵⁷ ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK. **Documentos tela de Di Cavalcanti**. Ata. Diamantina, MG, 2001, p. 25.

⁵⁸ GRUPO Júlia Kubitschek. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 25 de outubro de 1953. Acervo AEAD.

Figura 24 - Hotel Tijuco. Diamantina, MG, 1951



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

Figura 25 - Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, MG, 1951



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

De abril de 1953 a meados de 1954, as edições de **A Estrela Polar** procuraram registrar todas as visitas do governador de Minas Gerais a Diamantina, dando sempre destaque em suas primeiras páginas. Essas edições deixavam claro que o governador optou, na maioria das vezes, por percorrer sem aviso prévio as obras realizadas na cidade:

Chegou inesperadamente à nossa cidade, na manhã de 21 do corrente, o Exmo. Snr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, digníssimo Governador do Estado. S. Excia, acompanhado por autoridades e amigos, percorreu todas as obras que estão sendo realizadas pelo seu governo em nossa cidade. Inteirou-se pessoalmente do andamento de todas elas e deu diversas deliberações de interesse administrativo. (...)

Essas visitas periódicas e inesperadas do Snr. Governador são acolhidas com muita satisfação por todos nós, pois nos revelam o empenho do S. Excia. em ver ultimados quanto antes os grandes melhoramentos com que faz questão de deixar dotada nossa cidade e nosso município. Para incentivar empreendimentos públicos de envergadura, nada como a presença e a fiscalização do chefe supremo.⁵⁹

Nota-se que as obras em Diamantina, tinham orientações para que fossem concretizadas de forma rápida. Pelas edições dos jornais é possível comprovar que, para o início de junho de 1954, já estava marcada a inauguração oficial do novo prédio do Grupo Escolar Júlia Kubitschek. Percebe-se que houve agilidade em todo o processo, desde a elaboração do projeto à sua construção e inauguração. A construção foi iniciada em abril de 1953 e a inauguração em junho de 1954. Para Maria Elisabete Gontijo dos Santos, “a execução simultânea de diversas obras de porte, a grande inversão de recursos e o ritmo acelerado imposto ao trabalho poderia ter contribuído para o descontrole dos gastos públicos” (SANTOS, 2013, p. 76). O governador sabia que quatro anos passavam rapidamente para concretizar suas obras e fortalecer o seu nome. Parafraseando Santos (2013), JK pratica a governança de forma inusitada para os padrões da época... Incentivou a arquitetura moderna e viajava de avião para o interior de Minas, causando espanto e admiração com sua agilidade e forma de governar. O diamantinense aliava o prestígio político adquirido como prefeito de Belo Horizonte ao projeto desenvolvimentista do seu governo mineiro para solidificar sua carreira em nível nacional.

⁵⁹ ESTEVE na cidade o Senhor Governador. Júlia Kubitschek. Jornal Impresso. **A Estrela Polar**. Diamantina, p. 1, 27 de setembro de 1953. Acervo AEAD.

3 O GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHK E O IDEÁRIO EDUCACIONAL DE MODERNIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1950

Este capítulo inicia-se com a análise do momento de inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, quando lideranças políticas locais e estaduais foram mobilizadas em torno de um amplo debate político sobre a modernização da educação, o desenvolvimento social e o futuro de Diamantina.

Pretende-se ainda realizar uma abordagem teórica e conceitual acerca dos currículos formal e real, adotados na década de 1950 no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. No âmbito escolar, a literatura da área destaca a coexistência de três tipos de currículos: currículo formal, currículo real e currículo oculto.

O currículo formal, ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. [...] O currículo real é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos. [...] O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar – ou seja, das práticas e das experiências compartilhadas em sala e aula. É chamado de oculto porque não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 363).

O currículo real é a forma como se concretiza no dia a dia o currículo formal. Entende-se que a prática docente deve ser minuciosamente planejada, e é neste planejamento que o professor inicia o currículo real. Contudo, esse currículo não se encerra na concretização do planejamento, uma vez que sofre a influência das reações e das iniciativas dos alunos, fazendo com que o professor, às vezes, tenha que ter o seu trabalho improvisado em sala de aula. O professor, por meio da sua prática pedagógica, transmite saberes, valores, práticas e ideologias que não estão prescritos no currículo formal, mas são ensinados, de forma implícita, através do currículo oculto.

A proposta deste estudo se pautou na investigação das práticas detalhadas e registradas em reuniões realizadas na instituição aqui analisada, com a participação da diretora, da inspetora, de professoras e funcionários. A análise das atas dessas reuniões, encontradas no acervo do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, permitiu entrever as

principais ações pedagógicas e disciplinares evidenciadas nesse período. A documentação do grupo compilada para a construção deste capítulo abarcou desde a primeira ata de reunião, em junho de 1952, até agosto de 1961. O estudo apoiou-se ainda na legislação pertinente ao período, como a Lei Orgânica do Ensino Primário - Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 -, instaurada pela Reforma Gustavo Capanema, e também em decretos, resoluções e portarias publicadas no período analisado nesta pesquisa. Em 1961, a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e essas reformulações delimitam o período final desta dissertação.

É importante também abordar os métodos de alfabetização na década de 1950 adotados no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, uma vez que foram encontrados vários registros em atas que enfocavam a preocupação da direção e dos inspetores escolares com o processo de alfabetização. Entende-se que, pelo conhecimento da história dos métodos de alfabetização, é possível compreender os estágios pelos quais passou esse processo paralelamente às transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais. Segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo e Vera Aparecida de Lucas Freitas, os métodos de alfabetização geralmente se agrupam em duas categorias: “A primeira categoria é identificada como a dos métodos sintéticos, que se iniciam com o aprendizado das letras e dos sons correspondentes. A segunda, em oposição, é chamada de analítica e seu ponto de partida são textos completos, ainda que de curta duração.” (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2010, p. 384). É possível perceber claramente as diferenças básicas entre esses métodos de alfabetização. Os métodos sintéticos vão das partes para o todo e os métodos analíticos partem do todo para as partes, sendo mais conhecidos como métodos global de contos, o de sentencição e o de palavração.

Para finalizar este capítulo serão abordadas as especificidades do trabalho com as disciplinas escolares na instituição aqui analisada: História, Geografia, Ciências, Alfabetização, Linguagem, Ensino Religioso e Matemática. Ao dirigir o olhar para os processos de ensino das diferentes disciplinas escolares, para as práticas de ensino desenvolvidas nesse período, busca-se compreender os diferentes significados acerca dos fazeres e finalidades cumpridas pela escola. Para esse enfoque, foram observadas as legislações e orientações educacionais em nível federal e estadual⁶⁰ em relação às quatro primeiras séries, no período de 1951 a 1961. Além dos documentos oficiais, a ata de reuniões dos professores evidencia padrões de seleção e tratamento dos conteúdos a serem ensinados.

⁶⁰ A legislação educacional mineira (avisos, portarias, instruções) foi acompanhada através do **Livro Legislação do Ensino Primário** (fevereiro de 1950 – novembro de 1960), que contém recortes do jornal **Estado de Minas** e faz parte do Acervo do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek.

Enfim, trata-se de uma abordagem investigativa que busca maior transparência das relações entre normas e práticas desenvolvidas pela escola na formação do cidadão, bem como procura compreender a cultura escolar em um determinado tempo e espaço.

3.1 A inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek em Diamantina

Dar visibilidade às suas obras e evidenciar os sinais de investimento também em educação primária era um dos objetivos de Juscelino Kubitschek enquanto Governador de Minas Gerais e, para tanto, contava com o jornal oficial **Minas Gerais** e os meios de comunicação de massa, no caso os programas da Rádio Inconfidência de Belo Horizonte. Na década de 1950, o rádio era o mais importante meio de comunicação do Brasil. Assim, a transmissão dos discursos do governador surgiu como inovação na prática da política mineira. Em âmbito local, essa rede tinha o apoio da imprensa escrita, como o jornal **A Estrela Polar**, de Diamantina. No dia 20 de junho de 1954, a edição do jornal **A Estrela Polar** circulou com a notícia da inauguração do Grupo “Júlia Kubitschek”.

Figura 26 - Inauguração do Grupo “Júlia Kubitschek” - Convite ao povo e programa das festividades



Fonte: **A Estrela Polar**, 20 de junho de 1954, p. 1. Acervo AEAD.

Segundo essa edição, em 18 de junho de 1954 começou a distribuição do convite à população diamantinense para prestigiar a vinda do governador do Estado, bem como a

inauguração do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Nota-se que o programa e as festividades foram planejados no sentido de abrilhantar mais um feito do governador mineiro.

Todas as instituições educacionais de ensino primário e secundário, públicos e privados de Diamantina participaram das solenidades:

(...) Para maior brilhantismo da recepção, os nossos estabelecimentos de ensino primário e secundário formarão em alas, a partir da Praça Juscelino Kubitschek, obedecendo a seguinte ordem: Escola do Colégio Nossa Senhora das Dores, Grupo Escolar Matta Machado, Grupo Escolar Joaquim Felício, Colégio Nossa Senhora das Dores, Escola Normal Oficial, Colégio Diamantinense e Grupo Escolar Júlia Kubitschek.⁶¹

O jornal procurava então enobrecer o momento das festividades da inauguração do terceiro Grupo Escolar. Apesar da cobertura da imprensa, não foram encontradas fotos no arquivo da escola, nem com particulares acerca do momento da inauguração. Foram localizados somente relatos sobre o evento em jornais e com pessoas que estiveram presentes na festividade. Além de representantes das outras escolas da cidade, a edição de 27 de junho de 1954 relatou o nome de todas as autoridades presentes neste evento, bem como os momentos solenes da inauguração do educandário: “No ‘hall’ do magnífico prédio, o senhor Governador e sua irmã, D. Maria da Conceição Soares Kubitschek, desceram as bandeiras que recobriam o busto de mestra Júlia e uma placa alusiva ao acontecimento”.⁶² Ainda se encontram, no *hall* da escola, o busto e a placa, conforme as imagens abaixo:

Figura 27- Busto da professora Júlia Kubitschek de Oliveira



Figura 28 - Placa alusiva ao acontecimento



Fonte: Acervo da autora. Diamantina, Minas Gerais, 2016.

Fonte: Acervo da autora. Diamantina, Minas Gerais, 2016.

⁶¹ INAUGURAÇÃO do Grupo “Júlia Kubitschek”. Jornal **A Estrela Polar**. Diamantina, MG, p. 1, 20 de junho de 1954. Acervo AEAD.

⁶² INAUGURAÇÃO do Grupo “Júlia Kubitschek”. Jornal **A Estrela Polar**. Diamantina, MG, p. 1, 20 de junho de 1954. Acervo AEAD.

A escultura acima foi realizada por José Amedée Péret⁶³, a pedido de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Segundo Paulo Péret, filho do professor José Amedée Péret,

Foi um trabalho minucioso e difícil, porquanto Dona Júlia sendo pessoa de muita simplicidade, não gostava de deixar-se fotografar e muito menos posar para alguém. Entretanto, o professor Péret soube que ela com frequência assistia a missa. Assim sendo, o artista por diversas vezes ia à igreja, observando-a cuidadosamente, sem ser percebido, terminando assim o seu magnífico trabalho, que hoje se acha exposto no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, em Diamantina.⁶⁴

De acordo com as informações fornecidas pelo filho de José Amedée Perét, seu pai trabalhava sempre como odontólogo e professor. Em suas horas de folga, dedicava-se à sua arte, deixando inúmeros quadros e esculturas. Entende-se que não foi por acaso o convite de Juscelino Kubitschek a Amedée Perét, pois o escultor trabalhou com João Kubitschek de Figueiredo, primo de Juscelino, e também era professor da Escola de Arquitetura na capital.

Depois do descerramento da placa alusiva ao acontecimento, o cerimonial continuou com a inauguração do retrato de Dona Júlia e com mais discursos e *drinks*:

Em seguida, foi inaugurado, no salão da Diretoria, um retrato de D. Júlia, tendo discursado a professora Eugênia Colem Sampaio. Depois que as autoridades percorreram as dependências dos dois andares do edifício, foi-lhes oferecido um “drink” numa das salas.⁶⁵

Percebe-se que o prédio foi inaugurado sem a preocupação de minimizar gastos públicos em sua estrutura ou decoração. Ainda se encontra na escola, na sala da diretora, o retrato citado na reportagem, conforme mostra a Figura 29:

⁶³ De descendência francesa, José Amedée Perét nasceu em Belo Horizonte no dia 21 de outubro de 1898. Fez seus estudos na capital, formando-se em Odontologia em 1918. Foi também aluno da Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte, diplomando-se Engenheiro Topógrafo e Rural, em 1920. Com grande vocação artística, estudou desenho com o professor Genesco Murta. Participou de grandes exposições de arte e em 1928 obteve o prêmio de viagem à Europa, cursando em Roma a Academia Imperial Britânica de Arte. Ingressou no Círculo Artístico de Roma por concurso, alcançando o primeiro lugar. Posteriormente, continuou seus trabalhos na França, aperfeiçoando-se em Paris. Ao retornar ao Brasil, fundou com vários colegas, entre eles João Kubitschek de Figueiredo, a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, exercendo a cátedra de Modelagem. Tornou-se ainda, por concurso, catedrático de Odontologia da Faculdade de Odontologia da UFMG. Faleceu em Belo Horizonte, no dia 16 de abril de 1970, aos 71 anos de idade. (PÉRET, 2005, p. 1).

⁶⁴ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA JÚLIA KUBITSCHKEK. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. Informações e dados biográficos fornecidos por Paulo Péret, filho do professor José Amedée Péret. Folha avulsa. Fax, 1º de setembro de 2005.

⁶⁵ INAUGURAÇÃO do Grupo “Júlia Kubitschek”. Jornal **A Estrela Polar**. Diamantina, MG, p. 1, 27 de junho de 1954. Acervo AEAD.

Figura 29 - Dona Júlia Kubitschek de Oliveira quando diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1926-1929)



Fonte: Acervo da autora. Diamantina, Minas Gerais, 2016.

A figura anterior é cópia da foto que se encontra na Escola Estadual Matta Machado. Também se acha outra cópia na Casa de Juscelino, Rua São Francisco, 241, Centro, em Diamantina. Na mesma parede que está o quadro de dona Júlia Kubitschek, está também a foto do seu filho.

Figura 30 - Dona Júlia Kubitschek de Oliveira e Juscelino Kubitschek de Oliveira



Fonte: Acervo da autora, 2016. Diamantina, Minas Gerais.

A Figura 30 corresponde à posição em que se encontram as fotos na sala da direção da atual Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. É necessário salientar que a sala da direção e de professores ainda se mantém no mesmo local do projeto original. A sala da direção localiza-se no primeiro andar, distante, portanto, da porta da entrada, e dispõe de uma sala de espera com um mobiliário também requintado. O mobiliário é mantido em bom estado de conservação.

A comunidade diamantinense, bem como as autoridades municipais, estadual e federal participaram do evento. Dentre eles, alguns foram destacados nas edições de **A Estrela Polar**: Dr. Tancredo Neves, Ministro da Justiça; Dr. Odilon Behrens, Secretário de

Educação; Dr. Pedro Paulo Penido, Reitor da Universidade de Minas Gerais; deputados estaduais Israel Pinheiro, Bolívar de Freitas, Manuel França Campos e Augusto Costa; o arquiteto Oscar Niemeyer; Dr. Lomelino Couto, prefeito municipal, entre outros. Segundo a notícia de **A Estrela Polar**⁶⁶ acerca da inauguração, todas as solenidades foram registradas por outros jornais municipais e estaduais e irradiadas pela Rádio Inconfidência de Belo Horizonte e pela Rádio Diamantinense. A Rádio Inconfidência comandava uma rede de emissoras que retransmitia sua programação para as diversas regiões do Estado.

Na seleção dos jornais e das edições que integram este estudo foi necessário estar sempre alerta às condições de produção e construção dos significados, às contradições e às diferenças da forma e de conteúdo das falas que produziam. É notório como o jornal **A Estrela Polar** traz um discurso carregado de intenções de apoio ao poder público estadual.

3.2 Funcionamento do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek através das legislações: o currículo legal

Na busca por uma escola primária moderna, a estratégia encontrada pela política mineira foi a constante reforma da instrução pública desde a Primeira República. Ao estabelecer o currículo formal, o governo determinou o que seria ensinado nas escolas. As mudanças educacionais foram idealizadas então por meio de decretos, portarias, avisos e instruções. Com o objetivo de consolidar as práticas pedagógicas modernas e progressistas, o governo mineiro, através dos diretores escolares e dos inspetores, investia na fiscalização do professor e cobrava desse profissional a responsabilidade pelo êxito das reformas.

Ao analisar a legislação sobre o ensino primário mineiro na década de 1950, por meio dos recortes de jornais encontrados no acervo da Escola Estadual Júlia Kubitschek⁶⁷, percebe-se que o jornal **Minas Gerais** dividia as matérias publicadas em Secretarias e departamentos. Primeiramente, vinham os atos do Secretário, seguidos dos atos dos Departamentos de Educação. De modo geral, percebe-se que na organização do ensino primário predominou um currículo que se preocupava com a aquisição das práticas de leitura e escrita. Em várias atas, é possível verificar a ênfase sobre o ensino da leitura, escrita, poesia, composição, ditado e gramática. Estes eram os conteúdos das áreas de ensino que ocupavam a

⁶⁶ INAUGURAÇÃO do Grupo “Júlia Kubitschek”. Jornal **A Estrela Polar**. Diamantina, MG, p. 1, 27 de junho de 1954. Acervo AEAD.

⁶⁷ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. **Livros de Recortes do Minas Gerais (1950-1960)**. Legislação do Ensino Primário.

maior parte dos assuntos em reuniões.⁶⁸ Entende-se que a Secretaria da Educação volta seu olhar para a alfabetização e a escrita, uma vez que são consideradas habilidades necessárias para o desenvolvimento de todo o processo de ensino/aprendizagem.

Abarcando as seguintes áreas de estudo - Língua Pátria, Linguagem, Aritmética, Geometria, Ciências Naturais e Higiene, História do Brasil, Geografia, Religião, Educação Física e Artes -, a escola primária mineira voltou sua atenção para a aquisição e o desenvolvimento dos saberes elementares. No momento de instalação da instituição aqui analisada, detecta-se que a oferta do ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Religião e Educação Física era a base do ensino primário. O modelo que deveria ser seguido nas provas finais aplicadas nas instituições primárias do estado de Minas Gerais também era detalhado pelas portarias e instruções publicadas no jornal **Minas Gerais**. Por este mecanismo, tencionava-se definir critérios uniformes para a avaliação, tais como: se seriam provas orais ou escritas, a quantidade de questões, o nível de leitura a ser exigido, a quantidade de problemas orais aplicados, entre outros.⁶⁹ Percebe-se que havia uma nomenclatura variada para detalhar o trabalho com a língua portuguesa e uma ramificação no trabalho com a matemática. A tabela seguinte mostra essas especificidades:

Quadro 2 - Matriz curricular do ensino primário - Década de 1950

Componentes Curriculares	Séries			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Língua Portuguesa	Língua Pátria	Linguagem	Linguagem	Linguagem
Matemática	Aritmética Geometria	Aritmética Geometria	Aritmética Geometria	Aritmética Geometria
História		História do Brasil	História do Brasil	História do Brasil
Geografia		Geografia	Geografia	Geografia
Ciências	Ciências Naturais e Higiene	Ciências Naturais e Higiene	Ciências Naturais e Higiene	Ciências Naturais e Higiene
Religião	Religião	Religião	Religião	Religião
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Artes	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho

Fonte: LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1952, p. 14. **Livros de Recortes do Minas Gerais**. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”.

⁶⁸ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 2, 4, 7, 10.

⁶⁹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKEK”. Acervo da Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livros de Recortes do Minas Gerais (1950-1960)**. Legislação do Ensino Primário, p. 15, 1952.

Os dados do quadro acima não contemplam o trabalho com as disciplinas de História e Geografia na primeira série. A partir da segunda série eram abordadas essas disciplinas e o trabalho com a caligrafia. Há também uma diferença com relação à Língua Portuguesa a partir da segunda série, com a inserção da “Linguagem”, que abrangia o ditado, a composição, a leitura silenciosa, o vocabulário e a gramática. Provavelmente, a diferenciação entre “Língua Pátria” e “Linguagem” estava na aquisição do aprendizado da escrita para designar o primeiro termo.

Ao abordar os anos iniciais da escolarização, não se deve esquecer que nesse momento ocorrem o ensino e o aprendizado dos primeiros conhecimentos da escrita, da leitura e da matemática. Ao lado da língua materna, os conhecimentos matemáticos eram concebidos como o principal componente do processo de alfabetização. A leitura, a escrita e a aritmética eram consideradas essenciais no ensino primário. Por outro lado, o ensino de história do Brasil, geografia e ciências naturais recebia uma atenção secundária. No Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, considera-se que praticamente todas as atas das reuniões com professores serviam para orientar como e o que trabalhar em cada série, sendo que grande parte das orientações era destinada à Linguagem e à Aritmética.⁷⁰

3.3 Funcionamento do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: análise das atas das reuniões docentes

Através da prática do ensino se constitui o currículo real. Por meio da leitura das atas das reuniões do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, é possível entender a maneira como os docentes compreendiam o currículo formal e efetivavam o processo de ensino e aprendizagem na prática da sala de aula, ou seja, tornavam o currículo formal em currículo real. Para tanto, recorreu-se às fontes primárias constantes no acervo daquela instituição, ou seja, ao livro de registros de atas de reuniões das professoras (1952-1957) e aos livros de recortes de jornais no interregno de 1951 a 1961. Além disso, realizou-se a leitura das Legislações do Ensino do Estado de Minas Gerais empreendidas nessa década.

A primeira reunião registrada em ata, datada de 15 de junho de 1952, relata que a inspetora regional de ensino, Maria Pimenta de Azevedo, fez nesse momento a primeira visita ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Aproveitando a visita, aconteceu também uma reunião com as professoras. Com o uso da palavra, a inspetora recomendou:

⁷⁰ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, Minas Gerais.

Cuidado especial que devem as professoras dispensar às diversas atividades nas classes frisando de modo especial os auditórios festivos, pedagógicos e cívicos e a fiel observância do programa de histórias lidas e contadas, fator imprescindível ao desenvolvimento da linguagem infantil; Recomendou ainda às professoras a realização do maior número de atividades, afim de que beneficiem ao máximo aqueles que lhes forem confiados para serem educados, formados e instruídos e, bem assim, para que venham a possuir, por meio de notas favoráveis, louváveis mesmo, méritos para uma carreira rápida e honrosa.⁷¹

A menção aos auditórios festivos ou pedagógicos esteve presente em muitas reuniões. As orientações eram sobre a escolha dos temas, os quais deveriam ser de interesse comunitário ou estarem contidos no programa de estudos, além de versarem sobre os mais variados assuntos. Tais eventos tinham o objetivo de prestar homenagens em datas comemorativas, como o Dia das Mães, aniversário da cidade, o Dia da Independência, o Dia da Bandeira, entre outros. Entende-se que era prioridade da Secretaria de Estado de Educação o desenvolvimento da oralidade e da escrita através de um trabalho diário com a leitura em sala de aula. Quando se pensa na dificuldade que as pessoas têm de se expressar, oralmente, considera-se válido o exercício de falar em público, presentes nos auditórios e nas leituras orais em sala de aula. Tanto a lei, quanto o fazer pedagógico do Grupo Escolar aqui pesquisado abordam o auditório como um recurso capaz de promover hábitos socializantes e educativos.

Ao se ter acesso às atas de reuniões, é possível perceber a ideologia do Estado através dos discursos das inspetoras e diretores, preocupados tanto em preparar o aluno para um futuro trabalho, quanto em inculcar valores morais e patrióticos. Além de reforçar as ideologias estatais, as inspetoras visitavam os grupos escolares com o objetivo de fiscalizar e orientar sobre a necessidade de cumprir os Programas de Ensino e as determinações da Secretaria de Estado de Educação.

Na intenção de cumprir as determinações legais, e também por acreditar em atividades fora da sala de aula como recurso complementar de ensino, o corpo docente exercitava também as excursões escolares. As excursões eram consideradas de grande valor pedagógico e enfatizadas pela diretora, uma vez que ajudariam os alunos a observarem em outros ambientes os conteúdos dados, principalmente nas aulas de História, Geografia, Ciências, bem como ainda reforçar o bom comportamento social do alunado:

(...) Em sumário, foram os seguintes assuntos tratados nesta reunião pela Senhora Diretora: 1 - Excursões, verdadeiro campo de experiências para as diversas matérias

⁷¹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 1, 1952.

do curso primário e de grande valor literário. Bem esclarecidos ficaram os seguintes tópicos: a) Preparo: motiva um estudo, deriva de um estudo; finaliza um estudo; b) Plano: objetivo, horário, merenda, cartas, etc. sendo que o local deverá sempre ser previamente, visitado pela professora que se informará do assunto, para completo êxito da excursão; c) Grupos: os alunos, separados em grupos, se encarregarão das diversas partes: estudo, perguntas, etc. d) Realização; e) Resultado: Relatórios, auditórios, desenhos, etc., ficando bem frisado que, o êxito de uma excursão depende do bem elaborado programa.⁷²

Após as excursões, eram cobrados relatórios dos alunos, além de auditórios, desenhos. Nesses momentos eram trabalhados os conteúdos da linguagem, da história, da geografia e das ciências. Nota-se que o trabalho com excursões era muito cobrado pela diretora Helena Lopes. Esta mostrava cuidado e preocupação de cobrar dos professores o planejamento das excursões. Segundo ela, toda excursão deveria ser organizada, antecipadamente, e era dever do professor conhecer e estudar o local em que esta seria realizada. Além disso, era também função do educador procurar solucionar dúvidas dos alunos, caso elas existissem. Em diversas outras reuniões observa-se a orientação para o trabalho extraclasse, objetivando as excursões: “Notando que há falta desta atividade, a senhora diretora, orientou sobre o modo melhor de realizá-la, indicando pontos, lugares, que poderão ser visitados pelas diversas séries”.⁷³ As atas não detalham quais seriam os pontos visitados, mas registra que a excursão era um meio para aproveitar todas as oportunidades para o estudo da geografia e da história local. Além disso, as instruções publicadas nos jornais eram repassadas nas reuniões, oferecendo o plano completo e todos os passos para serem cumpridos.

Helena Lopes, a primeira diretora, além de administrar, orientar e fiscalizar todo o processo educacional desde a instalação do Grupo Escolar, também servia como referência aos outros grupos escolares da região de Diamantina. Percebe-se a importância da diretora Helena Lopes na cidade quando se reúnem nas instalações do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek diretoras, auxiliares e professoras dos outros dois grupos escolares diamantinenses para discutirem as novas orientações da Secretaria de Estado de Educação:

Reuniram-se no dia 26 de setembro de 1953, diretoras, auxiliares e professoras dos grupos “Matta Machado”, “Joaquim Felício” e “Professora Júlia Kubitschek”, em uma das salas deste último, onde a diretora, D. Helena Lopes, fez clara explanação das modificações sofridas nos diversos passos da gramática funcional. Com grande

⁷² GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 2, 1952. TERMOS DE VISITAS E ATAS DAS REUNIÕES. Ata da reunião realizada no Grupo Escolar “Professora Júlia Kubitschek”. Página 2 e verso. Acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.

⁷³ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 8, 1952.

interesse as senhoras professoras tomaram notas, trocaram ideias, apresentaram dificuldades. A pedido de D. Maria Orminda Matta Machado, diretora do grupo “Joaquim Felício”, foi repetido o melhor método a ser adotado para a etapa da silabação.⁷⁴

Helena Lopes orientava sobre teorias e procedimentos adotados pelo Estado. Ela era considerada, pelos governos estadual e municipal, uma profissional capacitada para transmitir instruções e orientações aos professores municipais e estaduais. Observa-se que a preocupação com o enfoque da linguagem no ensino, como um instrumento de interação social, tinha por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Segundo Dik (1989), a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada em torno de regras sociais, normas ou convenções. As regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. (PEZATTI, 2015, p. 154). A Gramática Funcional inclui-se por definição numa teoria pragmática da linguagem, na qual ocorre a interação verbal como objeto de análise. Sendo assim, constitui-se como uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal. Desse modo, o padrão de adequação pragmática é o que apresenta maior peso na teoria, uma vez que uma gramática funcional deve ser concebida como uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural.

A partir de agosto de 1959 já se encontram documentos assinados pela segunda diretora, Maria Célia de Miranda⁷⁵, no Livro de Atas. Entende-se que dona Helena Lopes deixou a direção do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek em 1959 para participar de um curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, através de um convênio estabelecido pelos governos brasileiro, americano e mineiro, para implantação do Programa de Assistência Brasileiro-Americano para a Educação Elementar (PABAE) ⁷⁶. Esse programa promoveu a investigação e a produção de novas e modernas técnicas de ensino e desenvolveu um processo de divulgação dessas técnicas junto ao professorado mineiro. O PABAE ocupou um importante lugar de formação e de reflexão sobre a prática pedagógica, conforme depoimento de Helena Lopes: “...a maneira como nós trabalhávamos, o envolvimento do aluno, no redescobrir as idéias, materiais, aquela preocupação de deixar o aluno falar com suas próprias

⁷⁴ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 10-11, 1952.

⁷⁵ Maria Célia de Miranda foi uma das nove primeiras professoras nomeadas pelo governador Juscelino Kubitschek, em 6 de maio de 1952. Ocupou o cargo de diretora desta instituição em dois momentos diferentes: 1959-1972 e 1974-1983. Ainda reside em Diamantina, na praça do Seminário.

⁷⁶ Sobre o PABAE, ver: PAIVA, 2002.

palavras, aquilo era um pouco inovador” (CRP, 1998 *apud* ABREU; EITERER, 2008, p. 99). O programa reforçava a dimensão do aprender fazendo, na participação maior do aluno, na valorização do trabalho em grupo, na manipulação de objetos e recursos audiovisuais. Segundo Claudia Bergerhoff Leite de Abreu e Carmem Lucia Eiterer,

A capacitação para professores era feita pelos estudos dos métodos e técnicas de ensino e das metodologias das disciplinas básicas do curso primário: Língua Pátria, Aritmética, Ciências e Estudos Sociais. No ensino-aprendizagem das diversas disciplinas, eram usados materiais concretos, como palitos de picolé no auxílio da contagem em Aritmética, por exemplo. (ABREU; EITERER, 2008, p. 101).

O ensino da aritmética deveria ser desenvolvido, como nas demais áreas, através da contextualização, do raciocínio, da experimentação e do concreto. Nos Estudos Sociais, referindo-se ao conteúdo de História e Geografia, era trabalhado com o uso de globo, bússola e mapas. Para o ensino de Ciências, algumas sugestões eram construir aquário, preparar e assar massa de biscoito, realizar excursões, entre outros. Tais atividades permitiam a discussão de conceitos científicos. Segundo o Instituto de Educação (REVISTA DO ENSINO, 1961 *apud* ABREU; EITERER, 2008, p. 102), “as crianças devem ser encorajadas a expor ideias. Ser responsáveis, respeitar a opinião dos outros, pensarem, refletir através de perguntas e problemas”. A maior parte do material proposto pelo programa considera *o como se faz*; entretanto, pouco ou nada se diz a respeito das fundamentações teóricas das ações. Do ponto de vista didático-pedagógico, vale ressaltar o caráter cientificista que impregnou o planejamento das atividades, a organização das sequências didáticas, a avaliação, a enturmação e o reagrupamento em classe. Essas mudanças, implantadas na década de 1950, procuravam melhorar a formação dos professores mineiros, os índices de evasão, de repetência, além de formar o cidadão com mais capacidade de compreensão, de ajustamento e integração social.

3.4 Práticas escolares do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: um estudo através das disciplinas escolares

De acordo com a síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira,

Para combater esses *déficits*, surge como medida indispensável a obrigatoriedade da frequência. E os modernos métodos pedagógicos e serviços assistenciais de caráter escolar são adotados, para reduzir os efeitos nocivos da deserção, para compensar desequilíbrios sociais, para suprir problemas de alimentação e vestuário, por meio

das Caixas Escolares, cantinas, bibliotecas, clubes de leitura, horas de histórias, jornais escolares, pelotões de saúde, iniciativas auxiliadas pelo Governo e executadas pelos próprios escolares, assim unidos em campanhas de sentido coletivo (OLIVEIRA, 1959, p. 310-311).

Para repassar as orientações aos grupos escolares sobre os métodos pedagógicos e o programa de Ensino a ser seguido em todo o Estado mineiro, o secretário de Educação utilizava o jornal oficial, o **Minas Gerais**. Nesta pesquisa, para compreender as práticas educativas do Grupo Escolar Professora Julia Kubitschek, foi necessário analisar as atas e relacioná-las às instruções do Departamento da Educação. Observa-se que, de modo geral, o jornal **Minas Gerais** indicava a necessidade de concentrar as atividades do primário no ensino da leitura.

No caso da leitura, percebe-se que as atas indicam uma atenção redobrada dos professores da primeira série do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. É necessário então entender quais métodos eram aqueles mais comuns de serem aplicados nas escolas primárias na década de 1950, uma vez que provavelmente eram aqueles aplicados na instituição aqui analisada, pois as atas indicam que havia uma tentativa da instituição de seguir as orientações oficiais do Estado.

Os métodos de alfabetização historicamente agrupam-se em métodos *sintéticos* e métodos *analíticos*. Segundo Isabel Cristina Alves da Silva Frade,

Os métodos sintéticos vão das partes para o todo. Nos métodos sintéticos, temos a eleição de princípios organizativos diferenciados, que privilegiam as correspondências fonográficas. Essa tendência compreende o método alfabético, que toma como unidade a letra; o método fônico, que toma como unidade o fonema; o método silábico, que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. (...)

Os métodos analíticos partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração. São mais conhecidos os métodos global de contos, o de sentencição e o de palavração. Está presente nesse movimento metodológico a defesa do trabalho com sentido, na alfabetização. Assim, esses métodos buscam atuar na compreensão, por entenderem que a linguagem escrita deve ser ensinada à criança respeitando-se sua percepção global dos fenômenos e da própria língua. São tomados como unidade de análise a palavra, a frase e o texto. Esses métodos supõem que, baseando-se no reconhecimento global, como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar, posteriormente, um processo de análise de unidades menores da língua. (FRADE, 2005, p. 22).

O método sintético se baseia no pressuposto de que a compreensão do sistema de escrita se faz sintetizando/juntando unidades menores, que são analisadas para estabelecer relação entre o falar e sua representação escrita. Segundo Francisca Isabel Pereira Maciel e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (1998), os autores mineiros de livros didáticos naquela época tinham forte preferência pelo método global de contos. Percebe-se que Minas Gerais

não fugia às polêmicas existentes em torno da adesão ou resistência aos métodos analíticos e sintéticos:

Se por um lado, esta polêmica em torno dos métodos sintéticos x analíticos ainda permaneceu em outros Estados, destaca-se em Minas certa hegemonia em torno dos métodos analíticos, com ênfase no método global de contos, que se utiliza de histórias clássicas supostamente já conhecidas pelos professores e pequenos leitores e no método de historietas, baseado em histórias desconhecidas e desvendadas a cada lição, pelos aprendizes. (MACIEL; FRADE, 1998, p. 553).

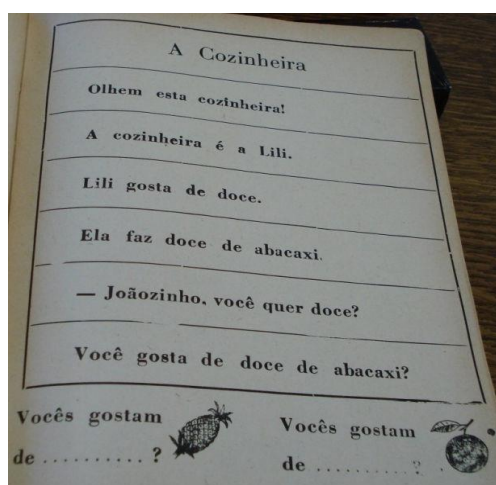
Houve uma construção social em torno da escolha dos métodos de alfabetização a serem adotados pela escola primária mineira, explicada pela existência de uma série de circunstâncias políticas, institucionais e pessoais. Sobre as circunstâncias políticas, vale ressaltar a reforma Francisco Campos de 1927, que apresentava os pressupostos decrolyanos.⁷⁷ Conforme afirma Maciel (2002, p. 14), o programa de ensino da época trazia uma adaptação do método Decroly a título de sugestões de atividades para os professores. A autora ainda acrescenta que as ideias decrolyanas também estavam presentes nas salas de aula, nos materiais pedagógicos e no planejamento escolar. Para Decroly as crianças apreendem o mundo com base em uma visão do todo para depois organizar as partes. A maioria dos educadores nessa década comungavam dessa ideia: o modo mais adequado de aprender a ler seria nas atividades de associação de significados, de discursos completos e não do conhecimento isolado de sílabas e letras. Sobre as circunstâncias institucionais e pessoais, é clara a vinculação da formação de diversos autores de livros didáticos enquanto professores e pesquisadores do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Belo Horizonte. Em consequência, os autores sofreram influência direta da professora Lúcia Casasanta⁷⁸ desde 1930.

Como adotavam o método global, os exercícios de alfabetização consistiam em separar as historietas em sentenças e, após essa atividade, separar as sentenças em palavras e sílabas conforme a ilustração abaixo:

⁷⁷ Método educacional desenvolvido pelo educador belga Ovide Decroly (1871-1932), que partia da ideia da globalização do ensino para romper com a rigidez dos programas escolares. Decroly elaborou a ideia de “centros de interesse” que seriam uma espécie de ideias-força em torno das quais convergem as necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno. Para Decroly, existiriam 6 centros de interesse que poderiam substituir os planos de estudo construídos com base em disciplinas: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo. Foram as pesquisas em psicologia infantil de Decroly que levaram o educador à criação de um novo sistema de ensino primário, cuja finalidade seria preparar a criança para a vida. Dessa forma, concebeu a escola ideal, que deveria se situar num ambiente que tornasse possível à criança observar, diariamente, os fenômenos da natureza e as manifestações de todos os seres vivos. (MENEZES; SANTOS, 2001, s.p.).

⁷⁸ Lúcia Casasanta foi a principal divulgadora do método global entre suas alunas da antiga Escola de Aperfeiçoamento, posteriormente Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Minas Gerais.

Figura 31 - Divisão dos textos em frases



Fonte: Acervo do CEALE. In: CAMPOS, 1956, p. 12.

Figura 32 - Divisão das sentenças em palavras



Fonte: Acervo do CEALE. In: CAMPOS, 1956, p. 12.

Não foram encontradas na instituição aqui analisada informações acerca dos métodos empregados nos exercícios de alfabetização utilizados na década de 1950. Mas, através da análise das atas da instituição, percebe-se que o trabalho era intenso com a gramática, com a escrita e com a leitura nas quatro séries que compunham a educação primária no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Em reunião, a diretora Helena Lopes orientou: “(...) leitura no 1º ano - divisão em grupos, procurando atender mais de perto às diferenças individuais - trabalho intenso de divisão e formação de novas palavras tendo o cuidado de não deixar as crianças escandir sílabas.”⁷⁹ Escandir sílabas era um termo utilizado na época, uma vez que, ao utilizar o método global, as histórias eram divididas em sentenças, estas em palavras e as palavras em sílabas. Com as sílabas, formavam-se novas palavras e outras sentenças. A preocupação da diretora com a alfabetização e leitura é notável, uma vez que esta tinha a preocupação de seguir as recomendações da Secretaria da Educação.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através do Departamento de Educação, orientava às escolas públicas do ensino primário sobre os livros ou cartilhas que deveriam seguir: “Por ordem do Senhor Secretário de Educação, ficam adotados para o ano letivo de 1950, nos estabelecimentos de ensino primário do Estado, os seguintes textos de leitura”:

⁷⁹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 12, 1954.

Quadro 3 - Livros adotados para o ensino primário. Minas Gerais, 1950

Livros aprovados para a 1ª série (1º semestre)	Livros aprovados para a 1ª série (2º semestre)
Cartilha analítica - Arnaldo Barreto	Pá, pé e papão - 2ª parte - João Lúcio
Cartilha das mães - Arnaldo Barreto	Lili, Lalau e o lobo - 2ª parte - Rafael Grisi
Cartilha Proença - A. Firmino Proença	Histórias que ensinam a ler - Maria da Conceição Nobre
Nova cartilha analítica - Mariano de Oliveira	Eu já sei ler - Ambrosina Rodrigues Pereira
Cartilha ensino rápido da leitura - Mariano de Oliveira	Cirandinha - Alaíde Lisboa de Oliveira
O livro de Lili - Anita Fonseca	Os três amigos - Célia Rabelo
O pré-livro de Zezé - Adaptação de Cristina Dias	A vida de Maria Lúcia - Rita Amil de Rialva
Pá, pé e papão - 1ª parte - João Lúcio	Uma história depois outra - Rafael Grisi
Cartilha dos Pequenininos - José Scarameli	Leituras escolares - Livro preliminar - Maria dos Reis Campos e Alcina Moreira de Souza
Lili, Lalau e o lobo - 1ª parte - Rafael Grisi	Leitura suplementar a partir do 2º semestre: Bonequinha Doce - Alaíde Lisboa de Oliveira; Bonequinha Preta - Alaíde Lisboa de Oliveira; Pituchinha - Marieta Leite; Gatinha Minau - Maria José de Melo Paiva.
Livros aprovados para a 2ª série (1º semestre)	Livros aprovados para a 2ª série (2º semestre)
História de crianças e animais - J. Kopke (Revisão Lúcia Casasanta)	O livro de violeta - João Lucio (Rev. Zilá Frota)
Leituras escolares - 1º livro - Maria dos Reis Campos	Leituras infantis - 1º livro - Francisco Viana
Leitura do principiante - Antônio Firmino Proença	Uma história, depois outra - 2º grau - Rafael Grisi
Seleta escolar - 1º livro - Máximo de Moura Santos	Em casa de vovó - Célia Rabelo
Leitura 1ª - Renato Sêneca Fleuri (Série Pátria Brasileira)	
Segundo Livro - Thomaz Galhardo (Revisão de Maria Rosa M. Moura)	
História para os pequenininos - Francisco Viana	
Seleta escolar - 2º livro - Máximo de Moura Santos	
Livros aprovados para a 3ª série	Livros aprovados para a 4ª série
Meninice - 2º grau - Luiz G. Fleuri (1º semestre)	História que a mamãe contava - João Kopke (Rev. Lúcia Casasanta)
O livro de Elza - J. Lúcio (Rev. Zilá Frota)	O livro de Ildeu - João Lúcio (Rev. Zilá Frota)
História de meninos na rua e na escola - João Lúcio (Rev. Lucia Casasanta)	Através do Brasil - Olavo Bilac
Trabalho - Thales de Andrade	Vida escolar - Maria Salomé Pena
Na fazenda - João Lúcio	Saudade - Thales de Andrade
Vida na roça - Thales de Andrade	Contos pátrios - Olavo Bilac e Coelho Neto
Uma história depois da outra - 3º grau - Rafael Grisi	

Fonte: Estado de Minas, 14 de fevereiro de 1950, p. 2.

Embora não se encontrem registros acerca dos livros adotados pelo Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek nas atas da instituição, parte-se do princípio de que as orientações estaduais eram aplicadas. Nas atas de reuniões encontram-se relatos do uso da biblioteca, do trabalho com histórias mudas (cenários, imagens, ilustrações colocadas de uma história, sem o texto) e a preocupação com a leitura.⁸⁰

Além dos livros listados no Quadro 3, o jornal **Minas Gerais** apresenta sugestões de livros de leitura informativa. Os textos informativos tinham o objetivo de abordar algum tema e transmitir conhecimento, dados e conceitos a respeito desse tema. Isso é o que acontece em reportagens de revistas e jornais, verbetes de dicionários e enciclopédias, artigos de divulgação científica e livros didáticos.

A apreciação da leitura e a distinção entre personagens, época, assunto e sequência são objetivos do trabalho com a leitura no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Na maioria das atas encontra-se a ênfase dada à leitura diária:

Na reunião realizada no dia 19 de setembro de 1953, no Grupo Escolar “Professora Júlia Kubitschek”, tratou a Senhora diretora dos seguintes assuntos: Leitura - A fim de preparar os alunos para as provas finais que se aproximam, façam as professoras treino de leitura oral de pequenos trechos, à 1ª vista. Para estimular o gosto, garantindo maior desenvolvimento pela leitura, apresentou às professoras do 1º ano algumas sugestões: escrever no quadro ordens, notícias, etc. que os alunos encontrarão ao entrar na sala; uso do material da biblioteca; apresentação de gravuras contendo histórias mudas; jornalzinho da classe; jogos de sílabas; leitura de gravuras para desenvolvimento da lógica e da atenção. Formar bons hábitos de leitura silenciosa. Composições - devem ser dadas diariamente no 1º ano: sentenças-gravuras - cartas em colaboração, etc.⁸¹

As leituras envolviam também os conteúdos de Ciências, História e Geografia e, ao final, os alunos eram submetidos ao ditado. Também era comum “tirar uma lição”, ou seja, uma moral da história trabalhada naquele dia. Existia ainda a preocupação do trabalho com fatos “reais”, como notícias retiradas dos jornais.

Verifica-se que havia necessidade de desenvolver a leitura e a escrita ressaltando a preocupação do Estado em melhorar os altos índices de analfabetismo da época. Em 1950, o total da população brasileira na faixa de 15 anos ou mais era 30.188.000, sendo que, entre estes, 15.272.000 eram analfabetos, ou seja, perfaziam 50,6% da população nessa faixa etária. (INEP, 2010, p. 6). Os índices elevados de analfabetismo da população brasileira foram alvos

⁸⁰ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 50, 1952.

⁸¹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 10, 1952.

de inúmeras tentativas para a sua erradicação. No entanto, os projetos levados a efeito não alcançavam os resultados esperados, quase todos pelo mesmo motivo: a descontinuidade nas ações, quer sejam no âmbito governamental ou privado. No período que abrange esta pesquisa, entre as ações empreendidas para erradicar o analfabetismo, destaca-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, iniciada em 1958 no governo federal de Juscelino Kubitschek.

Outro ponto que merece ser analisado sobre a composição do programa de ensino primário na década de 1950 refere-se ao ensino de Matemática⁸², subdividida em dois ramos: Aritmética e Geometria. Entende-se a aritmética como a parte da matemática que envolve operações, cálculos e problemas. Por sua vez, a geometria estava dedicada às formas geométricas e ao espaço tridimensional. Os programas mais extensos e ordenados de forma racional e sistemática eram repassados aos diretores e professores seguidos de instruções sobre como cada matéria deveria ser ensinada.

Ao analisar as atas, pode-se observar as orientações da diretora sobre os cálculos mentais: “Lida e comentada a poesia, fazer copiá-la e decorá-la. Este exercício de memória treinará o aluno, principalmente, para cálculos mentais.”⁸³ E em seguida: “Foi feita recomendação a respeito dos exercícios escritos e também mentais, com insistência para que, pelo menos cinco exercícios orais, sejam dados diariamente.”⁸⁴ Ciente do plano das provas escolares finais, a primeira diretora cobrava nas reuniões um trabalho intenso com os cálculos orais e mentais. Também era cobrado das professoras o registro dos resultados dos cálculos mentais no caderno de lições. O sistema de numeração decimal era trabalhado como composição e decomposição dos números. Já o sistema de algarismos romanos era utilizado para a escrita e leitura dos números: “Declarou haver sido ótimo o resultado dos testes de aritmética, aconselhando a intensificação dos exercícios de: composição e decomposição de números; leitura e escrita de algarismos romanos; séries, etc.”⁸⁵

Nota-se que os conceitos matemáticos eram aprendidos de forma crescente, ou seja, uma aprendizagem gradativa, em que se partia do mais simples para o mais complexo,

⁸² “A Aritmética e a Geometria formaram-se a partir de conceitos que se interligavam. Talvez, em consequência disso, tenha se generalizado a ideia de que a Matemática é a ciência da quantidade e do espaço, uma vez que se originou da necessidade de contar, calcular, medir, organizar o espaço e as formas.” (BRASIL, 1997, p. 22).

⁸³ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 2, 1952.

⁸⁴ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 2, 1952.

⁸⁵ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 4, 1952.

estabelecendo passos, memorização e intensificação de exercícios. O trabalho com situações-problema também era preocupação para a diretora e as professoras:

Problemas - Variar a forma, por meio de troca de cadernos com as colegas, fazendo que os alunos apresentem e completem problemas, etc. Cálculo mental - Ler apenas 2 vezes, fazendo a correção imediata: pedir os resultados a cada um, exigindo a exposição do raciocínio. Aritmética - Aconselhou às professoras de 2^a, 3^a e 4^a séries a variar sempre a organização dos problemas.⁸⁶

Segundo a diretora, os alunos deveriam sentir-se desafiados a resolver situações apresentadas pelo professor, seja sob a forma de problemas escritos, seja sob a forma de cálculos mentais. As situações matemáticas eram representadas por sentenças matemáticas antes de serem resolvidas.

Nas atas não foi encontrada nenhuma orientação sobre o trabalho com a Geometria, mas o conteúdo era contemplado nos exames finais da 1^a à 4^a série. A distribuição dos conteúdos matemáticos era elogiada pela diretora, que cobrava dos professores o cumprimento do programa e a fixação de conteúdos:

seguir o programa, principalmente, a parte de aritmética, pois o mesmo oferece uma sequência muito lógica, partindo do mais simples ao mais difícil - não adianta correr; os limites estabelecidos para as diversas séries devem ser observados - sempre que se introduzir uma nova relação aritmética fazer através de problemas para garantir à compreensão e, em seguida, dar exercícios de aplicação e fixação, simultaneamente.⁸⁷

O professor deveria trabalhar o conteúdo matemático a partir da utilização de objetos concretos sempre que possível, assim como graduar as dificuldades e variar os exercícios. Professores e diretores acreditavam que, desta forma, alcançariam bons resultados para o governo e que os alunos aprenderiam com mais facilidade. Acreditava-se ainda que a quantidade de exercícios propostos fosse uma “garantia” de que o conteúdo era bem trabalhado e aprendido pelos alunos.

A Portaria n. 1.168 publicada no **Minas Gerais** de 20 de setembro de 1952 detalha o que deveria ser cobrado nas avaliações de matemática para os alunos de 1^a à 4^a série:

⁸⁶ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHK”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 4, 1952.

⁸⁷ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHK”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 12, 1954.

Quadro 4 - Avaliação final do ensino primário. Minas Gerais, 1952

Classes da 1ª série	Classes da 2ª e 3ª séries	Classes da 4ª série
Prova escrita de Aritmética e Geometria, abrangendo escrita de números, cálculos, problemas orais e escritos com uma operação, apenas.	Prova escrita de Aritmética e Geometria, abrangendo escrita de números e quantias, cálculos, problemas orais e escritos, questões práticas sobre noções aritméticas fundamentais, traçado e reconhecimento de figuras geométricas.	Prova oral de Aritmética e Geometria, abrangendo análise de problemas e as noções fundamentais constantes nos programas oficiais; Prova escrita de Aritmética, abrangendo questões sobre numeração, cálculos e problemas orais e escritos, com números inteiros e fracionários, juros, sistema métrico, áreas.

Fonte: **Minas Gerais**, 20 de setembro de 1952. Secretaria da Educação. Portaria n. 1.168. LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, p. 14. Acervo da Escola Professora Júlia Kubitschek.

Percebe-se uma grande atenção dada à Matemática voltada para a aritmética. As frações, sistema de medidas e cálculos de áreas são exemplos de conteúdos cobrados na 4ª série. O governo mineiro procurava controlar a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas, informar sobre métodos e formas de avaliação dos conteúdos, quer seja sob alegação da necessidade de uniformização do ensino, quer seja porque legislava sobre os programas e currículos, com justificativa de alcançar melhores resultados e ofertar um ensino público de qualidade. No caso do ensino da Matemática não era diferente. A imensa quantidade de prescrições para o ensino dessa disciplina deixa entrever como o projeto cultural que se pretendia disseminar pela escola primária dessa década buscava trabalhar de acordo as necessidades da sociedade moderna.

As orientações sobre os conteúdos de Geografia, História e Ciências eram repassadas também em reuniões. Segundo a diretora, os temas dessas disciplinas deveriam ser trabalhados com a utilização da percepção a partir do mais concreto possível para a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Essa visão pode ser comprovada na ata da reunião realizada em 28 de março de 1953: “... Salientou o bom êxito que vem obtendo, no ensino de Ciências, as professoras que o fazem do modo mais intuitivo possível, incentivando para que continuem e ampliem sempre este método”.⁸⁸ A organização pedagógica dos grupos escolares desde o início da República previa a adoção do método intuitivo. Mesmo sabendo que esse método foi difundido no Brasil no final do século XIX e início do XX, fazendo parte das diversas propostas pedagógicas, tanto federais como estaduais, que vigoraram no Brasil até a década de 20, os trabalhos com as disciplinas dessa instituição sugerem o uso de

⁸⁸ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 50, 1953.

gravuras, objetos de madeira, caixa para ensino das cores e formas, globos terrestres, mapas, enfim um material didático apoiado na concepção escolanovista. É interessante notar que nas aulas dessas disciplinas era sugerida, sempre que possível, a utilização da ilustração. Percebem-se também as orientações no sentido de trabalhar com gráficos e legendas no ensino de Geografia e História. Esse trabalho era de suma importância para o aluno entender a “linguagem cartográfica”, a interpretação dos códigos que estavam representados em mapas ou gráficos, os quais ajudavam no desenvolvimento dos conteúdos geográficos e históricos.

Com os novos parâmetros de organização escolar e ações pedagógicas mais racionais, os conteúdos de História e Geografia tinham como base ideológica o civismo, a moral e a ordem. Já o conteúdo de Ciências abordava as ciências da natureza, a saúde e a higiene. Esses eram trabalhados e cobrados em provas orais e escritas. As provas escolares finais dessas disciplinas obedeciam ao seguinte planejamento:

Quadro 5 - Orientações para a avaliação dos resultados da escola primária. Minas Gerais, 1953

Classes da 1ª série	Classes da 2ª e 3ª séries	Classes da 4ª série
Prova oral de Ciências Naturais e Higiene	Provas escritas de Geografia, História do Brasil, Ciências Naturais e Higiene	Provas escritas de Geografia, História do Brasil, Ciências Naturais e Higiene

Fonte: **Minas Gerais**, 30 de setembro de 1953. Departamento de Educação. Portaria n. 497. LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, p. 18 verso. Arquivo Grupo Escolar Professora “Júlia Kubitschek”.

Por meio de portarias e instruções, a Secretaria de Educação orientava os professores e diretores sobre as provas orais e escritas de cada série. Percebe-se que a preocupação com a primeira série, período em que os alunos ainda não dominavam a escrita ou a leitura, além da matemática, recaía apenas sobre a exigência oral de noções básicas de Ciências. Já a partir da segunda série, as provas eram escritas e cobravam conteúdos de História, Geografia e Ciências. Além disso, orientava também sobre a formação de comissões examinadoras das provas orais e sobre o conteúdo que deveria ser cobrado em cada disciplina. A quantidade de questões era também preocupação do Departamento de Educação.

No ensino de História especificamente, o cuidado era enfatizar conteúdos para formar cidadãos com valores morais e patrióticos. As datas cívicas ganhavam destaque, conforme aviso do secretário Odilon Behrens:

Sete de Setembro, como etapa culminante de nossa evolução histórica, merece um culto especial, destinado a robustecer os sentimentos patrióticos que são a inspiração constante dos ideais da nacionalidade. Para comemorar a Semana da Pátria, eram

sugeridas atividades e o dia 07 de setembro deveria ganhar destaque com reuniões em auditórios, desfiles escolares e a presença de autoridades.⁸⁹

A própria administração do Grupo realçava o valor desses festejos com o objetivo de cultivar nas crianças o patriotismo e despertar o compromisso com o futuro do país. As comemorações das datas, como 25 de agosto (Dia do Soldado) e 7 de setembro (Independência do Brasil), com a realização das atividades, estão detalhadas em atas do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek:

Usou da palavra a Senhora diretora, chamando a atenção para o seguinte: Comemoração das datas 25 de agosto e 7 de setembro. Deverão durante a Semana da Pátria, serem realizadas diversas atividades, como: Biografias dos grandes vultos da nossa independência, desenho, aprendizado de hinos, apresentação de auditórios, etc.⁹⁰

Tanto as instruções estaduais do Departamento de Educação, quanto a administração escolar abordavam a utilização do auditório como recurso capaz de promover hábitos socializantes e educativos. Pode-se afirmar que o espírito cívico-patriótico e nacionalista esteve no centro da cultura escolar das instituições nessa década. Relembrando Dominique Julia, a cultura escolar pode ser descrita como:

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10. Grifos do autor.).

Ainda se encontram no ambiente escolar elementos simbólicos como as bandeiras (nacional, do estado, do município e da escola), as quais ficavam em destaque no *hall* de entrada da escola. Ao lado da bandeira e incorporado à decoração, encontra-se, nesse mesmo ambiente, um piano em bom estado de conservação. A presença de símbolos patrióticos no dia a dia da escola e em situações festivas vem reforçar o papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de sentimentos patrióticos nas crianças. Não se encontram na instituição documentos e/ou imagens que comprovam a disposição dos móveis na década de 1950. Entretanto percebe-se que o mobiliário foi escolhido com muito zelo para compor o cenário educacional e político na época.

⁸⁹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Livros de Recortes do Minas Gerais**. Diamantina, MG, p. 8, 1951.

⁹⁰ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 3-4, 1952.

Figura 33 - Bandeiras, sino e busto de Dona Júlia Kubitschek



Fonte: Acervo da autora. Diamantina, MG, 2016.

Figura 34 - Piano



Fonte: Acervo da autora. Diamantina, MG, 2016

A qualidade do mobiliário escolar e dos objetos de decoração sugere a preocupação do governo estadual em anunciar a sua renovação pedagógica por meio da modernização e eficiência educacional. Entende-se que nessa década a cultura material da escola primária (mobiliários, livros, mapas, globos, entre outros) auxiliava os professores no processo de ensino e aprendizagem e implicitamente ajudava o Estado a propagar suas ideologias.

As propostas escolanovistas que foram implementadas em Minas Gerais desde a década de 1920 acarretaram uma modernização na percepção educativa da Igreja. Uma vez que a catequese era um dos principais dispositivos utilizados pela Igreja Católica para a difusão das verdades da fé, tornava-se necessário um catecismo que dialogasse com as novas perspectivas educativas. Assim, verifica-se na ata da reunião realizada no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, de 19 de julho de 1952, que a diretora Helena Lopes orientava as professoras sobre as aulas de ensino religioso, recomendando basear a educação religiosa dos alunos no ensino do catecismo, o qual deveria ser administrado três vezes por semana. A diretora orientava então sobre as aulas de religião: “(...) Não esquecer esta parte tão necessária na formação moral das crianças”.⁹¹

Dava-se ênfase ao respeito, à disciplina e ao comportamento considerado 'correto' por parte dos alunos nas salas de aula ou, ainda, em quaisquer eventos públicos, excursões,

⁹¹ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 12, 1954.

reuniões e auditórios. “Passou, em seguida, à parte de orientação, tratando, em primeiro lugar, do ensino do Catecismo, indicando o programa: Planos de lições, de Evangelina Gonzaga, que deverá completar o que vem sendo adotado: ‘Meu Catecismo’, do Padre Álvaro Negromonte”⁹². As figuras abaixo mostram os exemplares mais utilizados no trabalho de catequese pelos religiosos e adotados em Minas Gerais nas escolas públicas primárias.

Figura 35 - **Meu catecismo**. Padre Álvaro Negromonte, 1953

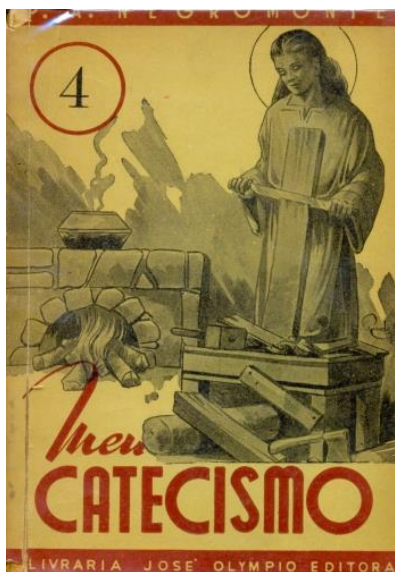
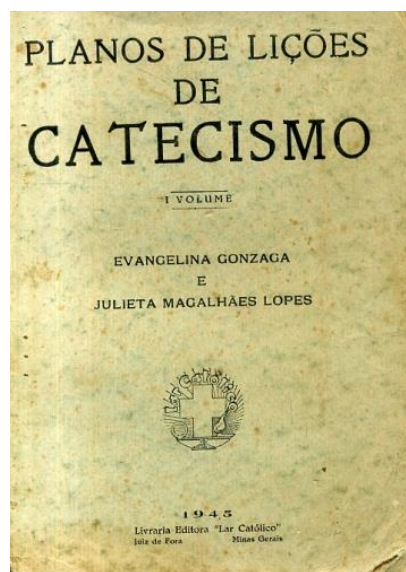


Figura 36 - **Planos de lições de catecismo**. Evangelina Gonzaga, 1945



Fonte: Disponível em: <<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br/2011/07/pedagogia-catecismo>>. Acesso em: 29 out. 2016.

Monsenhor Álvaro Negromonte ordenou-se em 1924, no Seminário de Olinda, em Pernambuco. Logo após foi designado diretor do Colégio Diocesano e Capelão do Colégio Santa Cristina em Nazaré. Transferiu-se para Minas Gerais em 1927 e, na capital mineira, escreveu e publicou o seu primeiro livro, “O caminho da Vida”, em 1935. A partir daí despontou no cenário nacional como grande educador. Segundo Evelyn de Almeida Orlando (2008), o sacerdote “(...) defendeu a renovação catequética desde o início da sua carreira religiosa, associando o seu trabalho como catequista aos debates a respeito da Pedagogia Moderna e da Escola Nova.” (ORLANDO, 2008, p. 182). Através de suas obras e, sobretudo, da coleção de catecismo intitulada Coleção Monsenhor Álvaro Negromonte, ganhou visibilidade na Igreja Católica. Essa coleção foi adotada também em Minas Gerais⁹³ nas aulas

⁹² GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHK”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 6, 1953.

⁹³ Minas Gerais foi o primeiro estado a adotar o retorno do ensino religiosos nas escolas públicas, em 1928, o que sinaliza a força adquirida pela cultura católica no estado. Em nível federal, essa medida somente seria

de religião da maioria das escolas no ensino primário e médio, pois apresentava uma didática específica e uma linguagem apropriada para cada público leitor.

3.5 Avaliação e corpo docente

Na tentativa de melhorar o ensino público, além das campanhas e programas de formação de professores e instruções, o Estado, através de portarias publicadas no **Minas Gerais**, orientava o sistema de avaliação do ensino primário, e o Departamento de Educação Estadual se encarregava de elaborar as avaliações finais.

O Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, considerando que urge adotar critério uniforme para avaliação dos resultados da escola primária, resolve:

I- Os resultados do ensino primário serão verificados pelo professor por meio de exercícios semanais e provas mensais; pela administração da escola por meio de prova parcial e provas finais (orais e escritas).

As provas mensais não se realizarão nos meses em que houver provas parcial e provas finais.

A prova parcial será realizada na 2ª quinzena de junho e as finais, de 20 a 30 de novembro.

As provas mensais, a parcial e as finais serão elaboradas de acordo com os tópicos dos programas oficiais e versarão sobre Língua Pátria, Aritmética e Geometria, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais e Higiene, Desenho (...) ⁹⁴.

Percebe-se que a preocupação do Estado era maior com o controle da avaliação destinada à 4ª série. Essas avaliações eram organizadas, aplicadas e corrigidas sob o controle do Departamento da Educação. Sempre que possível, as aplicações eram acompanhadas nos grupos escolares e escolas reunidas do interior. Caso contrário, a responsabilidade ficava a cargo dos diretores escolares ou de uma comissão de professores designada pelo diretor.

Os professores também eram avaliados pela diretora. Nesse caso, eram observados os seguintes aspectos:

- A) Classe: Ambiente, disciplina e frequência;
- B) Professor: Técnica de ensino, caderno de preparo de lições, organização do plano, clareza dos objetivos, escolha dos temas e material ilustrativo;
- C) Aulas: Desenvolvimento da lição, capacidade para predispor os alunos, capacidade para manter o interesse, habilidade para formular questões, habilidade para estimular os alunos, desenvolver hábitos de trabalho, corrigir faltas, atender as diferenças individuais;
- D) Verificação da aprendizagem: Arguições, exercícios diários e mensais;

adotada em 1931, por meio de decreto do Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 52).

⁹⁴ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Legislação de Ensino Primário**. MINAS GERAIS. Portaria n. 1.168, de 20 de setembro de 1952, p. 14.

E) Qualidades pessoais: Aparência, vitalidade, acolhimento, assiduidade, paciência, energia, cultura, iniciativa, cooperação, entusiasmo e justiça.⁹⁵

Era cobrado aos professores o empenho para ensinar, uma vez que eles deveriam perceber a importância do seu trabalho e a noção de que as notas adquiridas pela avaliação dos itens acima beneficiariam as suas carreiras. Observa-se que os professores eram “escolhidos”, uma vez que, além do bom desempenho, a nomeação dos professores era um ato político, de acordo com o interesse do governo local e estadual. Devido à limitação de fontes do acervo para o período estudado, em termos de conservação dos documentos e fotos, não foram encontradas imagens referentes ao corpo docente inicial.

Foi possível encontrar uma imagem do corpo docente de 1957. Nesse momento, é possível detectar a força política da diretora Helena Lopes e sua ligação com a elite religiosa da época. O jornal **Voz de Diamantina**,⁹⁶ em 1957, registrou a chegada do presidente da república, Juscelino Kubitschek, em Diamantina, e do Exmo. Senhor Nuncio Apostólico⁹⁷, Dom Armando Lombardi, representante de Sua Santidade, o Papa. Entre as diversas atividades (missa, reunião dos bispos, visitas etc.) realizadas por Dom Armando Lombardi, verificou-se a visita ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Na instituição, não foi possível encontrar registros desse momento. Mas, na busca de imagens e documentos que pudessem sustentar este estudo, foi localizada uma foto em arquivos particulares.

⁹⁵ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHKE”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Recortes do Minas Gerais**. Apreciação do trabalho das professoras. Diamantina, MG, p. 13 verso, 1952.

⁹⁶ Jornal **Voz de Diamantina**, 15 de setembro de 1957, ano LI, n. 47, p. 1, col. 1-5.

⁹⁷ O Nuncio Apostólico, como Legado do Romano Pontífice, representa o papa junto às igrejas particulares (dioceses, arquidioceses, prelazias) e também junto aos Estados e autoridades públicas. É o embaixador do Estado do Vaticano, o representante do papa no Brasil. Informação disponível em: <<http://www.diocesedepiracicaba.or.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Figura 37 - Visita de Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico, ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diretora e professoras da instituição. Data provável: 1957



Fonte: Foto gentilmente cedida por Wander da Conceição à autora.

Na foto acima, as professoras, a diretora e Dom Armando Lombardi se posicionaram no início da rampa que dá acesso ao segundo pavimento, onde ficam as salas de aula. As pessoas que estão na imagem foram identificadas por Dona Maria Célia de Miranda, professora da instituição desde a inauguração da escola e diretora por dois mandatos. Sentadas, à direita de Dom Armando Lombardi está Geraldina Perpétuo; à esquerda, **Helena Lopes**. Na primeira fila, Maria das Mercês Rabelo (de óculos); Eni Assumpção Baracho (de óculos); Iolanda Jorge Tataunof; Algiza Coelho; **Vanda Lopes Vieira Leite**; **Teresinha Teles Coelho**; uma professora não identificada; Neusa Barbosa Ribeiro de Ávila. Na segunda fila, da direita para a esquerda, Leia Rocha; Marta Rocha; Neusa Araújo; **Maria do Carmo Alves**; **Maria das Dores Alves**; **Eugênia Colem Sampaio**; e mais uma professora não identificada. Os nomes das primeiras professoras da instituição estão aqui em destaque. Todo o corpo docente foi constituído por mulheres desde a época da inauguração da escola até o período pesquisado. Observa-se que a escola começou os seus trabalhos com nove professoras e, em 1957, já tinha um corpo docente formado por 16 professoras e uma diretora. As professoras trabalhavam uniformizadas, com o objetivo de mostrar a preocupação do corpo docente e da direção com a higiene e a organização da instituição. Muito além da atenção à organização e à higiene, existia a preocupação com a boa reputação Escolar e a moral religiosa. Esta era

representada por uma cultura religiosa única: o catolicismo. Também era preocupação da direção e do corpo docente a religiosidade dos seus alunos e familiares:

Realizou-se no dia 6 de Setembro mais uma reunião de professores no grupo “Professora Júlia Kubitscheck”, sob a presidência da Senhora Diretora. Após a leitura da ata da reunião anterior, foi, por ela, anunciada a homenagem que prestaremos à patrona do nosso grupo, no próximo dia 15, sua data natalícia. Constará de uma Missa por intenção da aniversariante, às 7,30 horas na capela do Palácio Arquiepiscopal, que será assistida por professoras e alunos do nosso estabelecimento.⁹⁸

Em várias reuniões registradas em atas, observa-se a preocupação com o ensino religioso católico, por meio das excursões, missas ou do ensino do catecismo. Fazia parte do cotidiano da escola os alunos serem conduzidos pelas professoras à igreja para rezarem o terço, assistirem às missas, palestras ou orientações sobre o catecismo. Nesse sentido, não é errôneo afirmar que o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitscheck desconsiderava as religiões de minorias que porventura estivessem na escola, professando somente o credo católico. Mais uma vez é importante salientar a interferência de uma instituição privada, a Igreja Católica, em uma instituição de caráter público.

Verifica-se que as competências profissionais e as qualidades pessoais eram observadas no desempenho docente em seu cotidiano escolar, tanto pela diretora quanto pelos inspetores que visitavam a instituição. Pelos relatórios dos inspetores e das atas das reuniões, pode-se afirmar que o perfil da professora competente estava relacionado à sua capacidade de manter a frequência dos alunos na escola, manter a disciplina em sala de aula, ser pontual, cumpridora de seus deveres e gozar de boa fama. Ser uma professora competente não se ligava somente à sua capacidade de ensinar aos alunos os conhecimentos escolares. A competência também estava associada a outras dimensões de função social, uma vez que as professoras deveriam ensinar os valores morais, cívicos e religiosos que a família e o Estado esperavam serem efetivados no educandário. Esse perfil profissional e pessoal caracterizou, de forma geral, as professoras primárias do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitscheck, na primeira década de seu funcionamento.

⁹⁸ GRUPO ESCOLAR PROFESSORA “JÚLIA KUBITSCHEK”. Acervo Escola Estadual Professora “Júlia Kubitschek”. **Livro de Termos de Visitas e Atas de Reuniões (1952-1957)**. Diamantina, MG, p. 15, 1952.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a proclamação da República, as elites brasileiras consideravam ser a educação da população um dos principais problemas a ser enfrentado. Segundo o pensamento liberal-positivista da época, uma nação somente se afirmaria como tal se constituída por *cidadãos*. Seria necessária uma ampla reforma, abrangendo a escola, os métodos e os professores. A ideia de escolarização foi considerada pelo pensamento social brasileiro como “irradiadora de progresso”. A educação assumiu um papel importante como elemento de consolidação dos ideais republicanos, passando a ser um “signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso.” (CARVALHO, 1989, p. 7). Com esse propósito, lugares projetados para a disseminação desses novos valores necessitaram ser estabelecidos. Iniciou-se a construção dos prédios escolares em São Paulo de acordo com um novo modelo de organização administrativo-pedagógica da escola. O ensino seria seriado, com os alunos separados por classes e por sexo, ficando a escola sob a orientação de um diretor.

A experiência paulista teve repercussão em vários estados brasileiros. No caso de Minas Gerais, em 1906, João Pinheiro tomou posse e logo começou a colocar em prática os seus ideais republicanos. Entre estes, estavam as reformas educacionais em nível primário e a formação do professor normalista. De maneira geral, a Reforma João Pinheiro abordava os métodos de ensino, a disciplina escolar, a fiscalização dos serviços, a construção de prédios escolares e mobiliários adequados para o sistema de grupos escolares no Estado. O interesse das classes dirigentes em ter uma educação condizente com a capital que estava sendo construída era grande. Os profissionais e agentes da educação conseguiram projetar e construir uma escola urbana e moderna condizente ao projeto arquitetônico da cidade. Erguiam-se, na nova capital, prédios escolares de arquitetura monumental, situados em locais de destaque, servindo de vitrines de exposição dos novos tempos. Percebe-se que o governador João Pinheiro tinha clareza de que não seria possível atender a todas as crianças em idade escolar. Os grupos escolares foram erguidos para além da capital mineira.

Em 1907, os diamantinenses receberam João Pinheiro da Silva para inaugurar o primeiro Grupo Escolar de Diamantina. Essa instituição escolar, criada em 20 de setembro de 1907, passou a ter uma nova denominação em 1926: Grupo Escolar Matta Machado. O primeiro grupo escolar de Diamantina funcionou no prédio da Câmara Municipal da cidade, onde também funcionou a Escola Normal Oficial de Diamantina. Nos anos de 1920 e 1930, políticos, intelectuais e, especialmente, “educadores profissionais” traçaram projetos de Brasil

pautados pela defesa da escola pública laica, universal e gratuita. Nesse período, várias reformas da instrução pública foram implementadas em vários estados brasileiros. No caso de Minas Gerais, destaca-se a reforma Francisco Campos (1927-1930). Para ele, a escola primária era destinada à instrução e também à educação e devia orientar, disciplinar e “adaptar” a criança à vida social. Mesmo com muitas particularidades em diversas manifestações nos diferentes estados, nota-se que os objetivos principais eram: atingir o nível primário de ensino; formar e qualificar os professores; legitimar o educador profissional; reestruturar os cursos normais e trabalhar com novos métodos de ensino-aprendizagem.

As mudanças urbanas e econômicas, os enfrentamentos de crises nacionais e internacionais das primeiras décadas do século XX, somadas ao crescimento demográfico e ao baixo número de alunos matriculados até o momento, impuseram ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a ampliação de vagas nas escolas públicas. Por outro lado, o surgimento do modelo urbano-industrial exigiu a formação de recursos humanos adequados ao modelo econômico emergente. Nesse contexto, a educação escolar foi considerada instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma parcela da população que almejava um lugar nesse processo e também para os políticos que tinham no populismo o recurso do poder.

Dentre as imagens construídas sobre a realidade brasileira no período que abarca esta pesquisa, de 1951 a 1961, um tempo de mudança seria a mais recorrente. “Contudo, convém lembrar que tais mudanças aconteciam praticamente em todo o mundo ocidental, transformando as estruturas de produção, as necessidades de consumo, os valores e o modo de vida das pessoas” (XAVIER, 2012, p. 211). Se os anos de 1951 a 1961 podem ser descritos como um tempo de modernização, voltada para a urbanização e a industrialização no Brasil, a escolarização foi considerada o veículo de preparação para a vida numa sociedade industrial e democrática. Cobrou-se da escola a função de formar uma nova consciência nacional capaz de integrar o indivíduo ao modo de vida democrático, com habilidades requeridas pelo “mundo moderno”.

O momento da criação, construção e inauguração do terceiro grupo escolar em Diamantina (1951-1954) se insere em um período no qual a sociedade civil e o Estado se mobilizaram em torno de um amplo debate político e acadêmico sobre a modernização e o desenvolvimento nacional. Em âmbito local, as discussões envolviam parte significativa da elite intelectual diamantinense, que se orgulhava de ter Juscelino Kubitschek de Oliveira ocupando o cargo de governador do Estado. Por outro lado, políticos, religiosos e intelectuais

vislumbravam concessões e apoios para realizar obras na cidade, a fim de promover o desenvolvimento, o progresso almejado e o futuro político de determinados grupos.

Durante sua passagem pelo governo de Minas, JK solicitou ao arquiteto Oscar Niemeyer que desenvolvesse projetos para Diamantina: uma sede social para a Praça de Esportes; um hotel, denominado Hotel Tijuco; uma escola pública primária - o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, e a Faculdade de Odontologia. Além disso, encarregou o Departamento de Estradas de Rodagem de asfaltar a estrada que ligava Diamantina a Curvelo, e esta a Belo Horizonte. Nota-se que o arquiteto teve a preocupação de integrar elementos modernos da arquitetura: pilotis, grandes aberturas, elementos vazados e panos de vidro ao panorama natural e construído do antigo arraial do Tijuco. Mas também lhe foi dada a liberdade para construir em um sítio histórico tombado desde 1930.

Nas edições analisadas do jornal **A Estrela Polar**, nota-se o fortalecimento do governo mineiro. Percebe-se que o discurso de modernização e progresso tinha uma intenção promissora para o governador. Associado ao discurso, sua gestão buscava obras de grande porte que “representavam” o seu plano desenvolvimentista para o Estado e, em um futuro bem próximo, para o país. Não só o jornal **A Estrela Polar**, mas também nos outros impressos analisados nesta pesquisa não se encontra posicionamento contrário às ações políticas do diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A escolha do arquiteto, bem como as diversas visitas realizadas pelo governador mineiro revelam que o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek “sustentava”, além da homenagem à sua mãe, os ideais modernos, políticos e sociais do estadista. O cuidado com a escolha do terreno, do arquiteto, das esculturas e quadros que compunham a cultura material da instituição demonstra o interesse de JK em homenagear a sua mãe de forma marcante na sua cidade natal e de misturar interesses privados em uma obra pública.

Ao exaltar e fomentar as ideias desenvolvimentistas do governador e do arquiteto, a imprensa local procurou aquilatar a importância de se construir um novo prédio escolar com traços arquitetônicos modernos e que iria “atender” às demandas do ensino primário e às exigências das propostas educacionais da década. As ideologias do progresso e da modernidade, bem como os discursos pedagógicos são percebidos a cada jornal impresso, que registra desde o decreto de criação do grupo escolar, em 13 de julho de 1951, como também o seu funcionamento provisório, a escolha do terreno, a construção e a inauguração do educandário. Entende-se que a imprensa diamantinense foi um pilar para a política estadual e municipal na década de 1950, fortalecendo os ideais, discursos e práticas de dirigentes

políticos, religiosos e intelectuais de uma época, os quais tinham seus feitos retratados como históricos e até mesmo *heroicos*.

Para refletir sobre o cotidiano da escola, o presente estudo procurou centrar as suas análises nas orientações indicadas nas atas por meio do registro das ações da diretora Helena Lopes e inspetores que visitavam a escola. Foi possível perceber que, em todo o período pesquisado, ocorria uma sintonia grande entre as legislações estaduais, as informações e as orientações repassadas em reuniões escolares. Além do caráter de formação profissional, as reuniões tinham um caráter administrativo. Ao longo das reuniões, a diretora da instituição realizava diversas leituras das legislações e orientações publicadas no **Minas Gerais**, dava informes sobre os procedimentos pedagógicos, sobre as avaliações, sobre os auditórios e excursões. Analisar essas reuniões por meio dos registros das atas é buscar uma história que coloca em relevo a cultura escolar, um conjunto de dizeres e fazeres, de normas reinventadas na prática, pelas ações dos principais protagonistas das disciplinas escolares, especialmente os professores.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que a cidade patrimônio expressou o modo como o novo e a tradição dialogaram em Diamantina. Por fim, é necessário possibilitar um novo olhar sobre o passado, o presente e o futuro sobre o papel que o grupo escolar cumpriu, cumpre e poderá cumprir na escolarização da população diamantinense.

REFERÊNCIAS

ABREU, Claudia Bergerhoff Leite de; EITERER, Carmem Lucia. A ênfase metodológica na formação de professores no PABAE. **LINHAS**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 93-108, jan.-jun. 2008.

ALMG. Lei n. 840, de 26 de dezembro de 1951. Belo Horizonte. In: SOARES, Layane Campos; VIEIRA, Flávio César Freitas. Histórias de Instituições Educativas, Diamantina/MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/HISTORIAS%20DE%20INSTITUICOES%20EDUCATIVAS,%20DIAMANTINA-MG.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2016.

ALVARENGA, Rogério. Entrevista virtual com João Pinheiro da Silva. 2012. Disponível em: <<http://literariovirtual.blogspot.com.br/2012/09/joao-pinheiro-da-silva-entrevista.html>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 233-257.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Ideias políticas de João Pinheiro**. Apresentação de Luís Viana Filho. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 1998.

BIOGRAFIA de Oscar Niemeyer. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/oscar_niemeyer/>. Acesso em: 23 out. 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; FREITAS, Vera Aparecida de Lucas. Revisitando **O Livro da Lili**: uma cartilha eficiente que combinava métodos de alfabetização. **Polyphonia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 383-392, jul.-dez. 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A política na arquitetura de Niemeyer em Diamantina e Brasília. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK**: margens da Modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002. p. 69-90.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-1961-353722-pl.pdf>. Acesso em: 20/10/2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na História da Educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR: UNISAL, 2005. p. 41-58.

CAMISASSA, Maria Marta dos Santos. **A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos de 1960-1970**. X Seminário Docomomo Brasil. Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975. Curitiba, Paraná, 2013.

CARVALHO, Marta. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia- MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 67-90.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da educação na modernidade luso-brasileira no fim do século XIX e início do XX**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira de. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 141-158, set. 2011-fev. 2012.

CERTIDÃO - Aquisição pelo estado do imóvel e terreno. Cartório de Ofício de Registro de Imóveis. Comarca de Diamantina, Minas Gerais. Folhas 109, livro 3 J, 8 de julho de 1955.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira**: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois? São Paulo: Edição Saraiva, 1978.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso - Colégio Estadual do Paraná (1943-1953). In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 220-257.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: ser, saber e fazer; elementos da história do pensamento ocidental. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

CRIADO o nosso 3º Grupo Escolar. Jornal Impresso **A Estrela Polar**, 22 de julho de 1951. p. 1.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio-ago. 2009.

DIK, S. **The theory of Functional Grammar**. Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

EM DIAMANTINA o Exmo. Sr. Núncio Apostólico. Jornal **Voz de Diamantina**, 15 de setembro de 1957, ano LI, n. 47, p. 1, col. 1-5.

ESPAÇO ESCOLAR. Glossário. História, Sociedade e Educação no Brasil. **HISTEDBR** - Faculdade de Educação - UNICAMP. Verbete elaborado por Ana Cristina Pereira Lage. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_espaco_escolar.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000a.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio-ago. 2000b.

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917**. 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: Caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

FRAGO, Antônio Viñao. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001 2001.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, civilização e educação Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p.197-225.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no Conjunto Urbano tombado-1938-1967**. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOODWIN JÚNIOR, James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884 a 1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GRUPO “Júlia Kubitschek”. Jornal Impresso **A Estrela Polar**, 25 de outubro de 1953. p. 1.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HELIODORO, Affonso. **JK, exemplo e desafio**. Brasília: Thesaurus, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INAUGURAÇÃO do Grupo “Júlia Kubitschek”. Jornal Impresso **A Estrela Polar**, 20 de junho de 1954. p. 1.

IPHAN. Diamantina, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Centro%20Hist%C3%B3rico%20de%20Diamantina>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 1, p. 9-43, jan.-jun. 2001.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas**: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. 2010. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LAGE, Ana Cristina Pereira. O ensino de História na Escola Normal de Diamantina, MG (1879-1906). Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Estadual de Maringá, PR, 2015.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. **Enciclopédia Einaudi**. v. 1: Memória-História. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (Fevereiro de 1950 – Novembro de 1960). **Livros de Recortes do Minas Gerais**.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. Livros de Recortes do **Minas Gerais**. Apreciação do trabalho das professoras.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Geraldo Gonçalves de. **Impactos das reformas João Pinheiro (1906) e Francisco Campos (1927/28) em Patrocínio – MG: o Grupo Escolar Honorato Borges**. V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2009. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/7.institucoes_educacionais_e_ou_cientificas/11.Geraldo%20Goncalves%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

LIVRO DE PONTO. Grupo Escolar de Diamantina. Folha de Pagamento. Diamantina, 9 de novembro de 1907.

MACEDO, Danilo Matoso. **A matéria da invenção**: criação e construção das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. 1938-1954. 2002. 559 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MACEDO, Danilo Matoso. As obras de Oscar Niemeyer em Belo Horizonte. mdc. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2006/02/28/as-obras-de-oscar-niemeyer-em-belo-horizonte/> Acesso em : 20/09/2016.

MACIEL, Francisca I. P. **Ler, escrever e contar...**: a história da alfabetização em Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Catálogo de exposição).

MACIEL, Francisca Isabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **A história da alfabetização nas cartilhas escolares**: práticas pedagógicas, produção e circulação em Minas Gerais (1834-1997). Pesquisa integrada CEALE apresentada na 21ª Reunião da ANPED, UFMG, 1998.

MARTINS, Júnia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 17, p. 11-19, jun. 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete método Decroly. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/metodo-decroly/>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

MINAS GERAIS, 12 de março de 1953. Departamento de Educação. Instruções n. 7. LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. Verso da página 16.

MINAS GERAIS, 14 de fevereiro de 1950. Departamento de Educação. LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. Verso da página 02.

MINAS GERAIS, 20 de setembro de 1952. Secretaria da Educação. Portaria n. 1.168. LEGISLAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO.

MINAS GERAIS. Decreto n. 3.591, de 13 de julho de 1951. Cria um grupo escolar na cidade de Diamantina. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 14 de julho de 1951, p. 2, col. 1. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1951-07-13;3591>>. Acesso em: 22 out. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto n. 8.823, de 14 de outubro de 1928. Cria um segundo grupo escolar em Diamantina, com a denominação Joaquim Felício dos Santos. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1928-10-14;8823>>. Acesso em: 22 out. 2015.

MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Acervo Virtual da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. Relatórios dos Secretários do Interior e Justiça - 1904. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

MINAS GERAIS. Lei n. 4.817, de 11 de junho de 1968. Dispõe sobre a construção, ampliação, reparo e conservação dos prédios escolares do Estado e dá outras providências. *Diário do Executivo de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 de junho 1968. Disponível em: <<http://hera.almg.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do Secretário ao presidente do estado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK**: margens da Modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 17-4, p. 291-321, maio-ago. 1992.

NEIVA, Gilsa Rezende Avelar. **Novo enfoque da inspeção escolar no estado de Minas Gerais, 2013**. Disponível em: <<http://www.posgraduacaoredentor.com.br/artigos/pag/2>>. Acesso em: 1º maio 2016.

NEVES, Leonardo dos Santos. **“Sentido novo da vida rural”**: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963). 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves de. A matriz positivista na Educação brasileira: uma análise das portas de entrada no período republicano. **Diálogos Acadêmicos**, Revista Eletrônica da Faculdade Semar/Unicastelo, v. 1, n. 1, p. 1-17, out.-jan. 2010.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A escalada política**: meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1976.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **QUATRO ANOS NO GOVERNO DE MINAS GERAIS, 1951-1955**: síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira de. **Seminário Sagrado Coração de Jesus**: os padres lazaristas e a formação religiosa em Diamantina - MG, 1950-1964. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã**: a coleção Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PAIVA, Edil Vasconcellos; PAIXÃO, Lea Pinheiro. **PABAAE (1956-1964): a americanização do ensino elementar?** Niterói: EdUFF, 2002.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: ____ (Org.). **Pedagogia Cidadã, Cadernos de Formação**. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP. Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.

PÉRET, Paulo. **José Amedée Péret: Dados biográficos**. Fax. Folha Avulsa. Acervo do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitscheck. Belo Horizonte, 01 de setembro de 2005.

PEZATTI, Erotilde Goreti (Org.). **Pesquisa em gramática funcional: descrição do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Panorama geral das teorias funcionalistas. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 153-166, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/3644/3404>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

REGIMENTO ESCOLAR – Histórico. Arquivo da Escola Estadual “Joaquim Felício dos Santos”, p. 3-4, 2014.

REGIMENTO ESCOLAR. **Histórico**. Acervo Colégio Diamantinense, p. 2, 2014.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A organização Escolar**. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. **A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará (1907-1916)**. Dissertação (Mestrado em 20 de agosto de 2008). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. A repetência e a reprovação em um grupo escolar mineiro, nas primeiras décadas do século XX. **Revista Intersaberes**. Vol.11, nº 22, p.27-44. Jan-abril/2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação Brasileira: 1930/1970**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Dayse Lucide Silva. **Cidades de vidro: a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina (1900 a 1940)**. 2015. Tese (Doutorado em 30/11/2015) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. **A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudo e Pesquisas, 2013.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX”. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9- 57.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em 24/09/2016.

SILVA, Ieda Maria; CRUZ, Rodrigo Martins; LEAL, Luciana Angélica Silva (Orgs.). **Manual de normalização: dissertações, monografias e teses**. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJM, 2015.

SOARES, Layane Campos; VIEIRA, Flávio César Freitas. **Histórias de instituições educativas, Diamantina/MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951)**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro da História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá: Mato Grosso, 2013.

SOUZA, João Valdir Alves de. Instituições escolares e formação de professoras no nordeste de Minas na primeira metade do século XX. Artigo apresentado no V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais, 2009.

SOUZA, R. F. de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 109-162.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

SOUZA, R. F.; FARIA FILHO, L. M. de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

TERMO DE POSSE. Período: 11 de junho de 1952 a 30 de julho de 1985. Rascunho do Decreto n. 3.591, 13 de julho de 1951. Verso da folha 03.

TERMO DE POSSE. Portaria de Nomeação e Termos de Posse. 1929-1963.

TERMO DE POSSE. Rascunho do Decreto n. 3.591, 13 de julho de 1951. Verso da folha 03.

TERMOS DE VISITAS E ATAS DAS REUNIÕES. Atas das reuniões realizadas no Grupo Escolar Professora “Júlia Kubitschek”.

TERMOS DE VISITAS E ATAS DAS REUNIÕES. Este livro contém 50 folhas e se destinam ao registro de termos da visita e atas das reuniões de professoras do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek. Diamantina, 11 de junho de 1952. Helena Lopes, diretora.

VELHOS sonhos que se transformam em realidade. Jornal Impresso **O Nordeste**, 29 de março de 1952. Número avulso, p. 1.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VISITA do Governador do Estado. Jornal Impresso **A Estrela Polar**, 20 de maio de 1951. p. 1.

WOLFF, Silvia F.S. **Espaço e educação**: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 1992.

XAVIER, Maria do Carmo. A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Moderno, Modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 205-229.

YAZBECK, Lola. Um projeto modernizador: o Grupo Escolar numa cidade de vocação Industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1853-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 259-276.